

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

CAMPUS ARAQUARI

OUTUBRO/2022



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES  
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Diretor Geral do Campus Araquari  
Cleder Alexandre Somensi

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Cristiane Vanessa Tagliari Corrêa

Coordenador Geral de Ensino Superior  
Marlise Pompeo Claus

Coordenador do Curso  
Uberson Rossa

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC  
Alceu Kunze  
Deivisson Ferreira da Silva  
Fernando Prates Bisso  
Francisco Jose Montorio Sobral



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Geancarlo Takanori Katsurayama

Gisele Gutstein

Griscele Souza de Jesus

Jean Eduardo Sebold

Sergio Gomes Delitsch

Simão Alberto

Teomar Duarte Da Silva

Uberson Rossa



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	7
3. CONTEXTO EDUCACIONAL	11
3.1 Histórico da Instituição - Campus	11
3.2 Justificativa da Criação do Curso	11
3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	14
4. OBJETIVOS DO CURSO	16
4.1 Objetivo Geral	16
4.2 Objetivos Específicos	16
4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso	16
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	18
5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação	18
5.1.1 Políticas de Ensino	18
5.1.2 Políticas de Extensão	19
5.1.3 Política de Pesquisa e Inovação	22
5.2 Políticas de Apoio ao Estudante	26
5.2.1 Assistência Estudantil	28
5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão	30
5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado	31
5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)	31
5.2.3 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)	32
5.2.4 Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES)	33
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	34
6.1 Perfil do Egresso	34
6.1.1 Competências, Atitudes e Habilidades do Licenciado	34
6.2 Campo de Atuação	35
6.3 Organização Curricular	35
6.3.1 Relação Teoria e Prática	40
6.3.2 Prática Profissional	41
6.3.3 Prática como Componente Curricular	41
6.3.4 Interdisciplinaridade	42
6.5 Matriz Curricular	45



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

6.5.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023	46
6.5.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos	51
<b>7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO</b>	<b>52</b>
7.1 Ações de Extensão	53
7.2 Curricularização da Extensão e da Pesquisa	53
7.3 Linhas de Pesquisa	55
7.4 Atividades Curriculares Complementares	56
7.5 Atividades de Monitoria	59
7.6 Trabalho de Conclusão de Curso	59
7.7 Estágio Curricular Supervisionado	59
7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	60
7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório	62
<b>8 AVALIAÇÃO</b>	<b>63</b>
8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	63
8.2 Sistema de Avaliação do Curso	66
8.3 Aproveitamento de Estudos	67
8.4 Avaliação de Extraordinário Saber	67
8.5 Expedição de Diploma	68
<b>9 EMENTÁRIO</b>	<b>69</b>
9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	69
9.2 Componentes Curriculares Optativos	126
<b>10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO</b>	<b>140</b>
10.1 Descrição do Corpo Docente	140
10.2 Coordenação de Curso	143
10.3 Núcleo Docente Estruturante	144
10.4 Colegiado de Curso	146
10.5 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível	149
10.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	150
<b>11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL</b>	<b>153</b>
11.1 Biblioteca	153
11.2 Áreas de Ensino e Laboratórios	153
11.2.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	153
11.2.2 Espaço de trabalho para o coordenador	154



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

11.2.3 Salas de aula	154
11.2.4 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática	154
11.2.5 Unidades de Ensino-Aprendizagem (UEA) e Laboratórios do Campus Araquari	154
11.3 Áreas de Esporte e Convivência	159
11.4 Áreas de Atendimento ao Estudante	159
11.5 Acessibilidade	160
<b>12 REFERÊNCIAS</b>	<b>162</b>
<b>14 ANEXOS</b>	<b>164</b>
<b>15 APÊNDICE I - DESCRIÇÃO DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>165</b>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

## **1. APRESENTAÇÃO**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrícolas, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

## 2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

<b>DENOMINAÇÃO DO CURSO</b>	Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrícolas
<b>COORDENADOR</b>	Uberson Rossa Siape: 4204259 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: cienciasagricolas.grad.araquari@ifc.edu.br
<b>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</b>	Nome: Alceu Kunze Siape: 1524633 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Mestre Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: alceu.kunze@ifc.edu.br
	Nome: Deivisson Ferreira da Silva Siape: 2335839 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Mestre Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: deivisson.silva@ifc.edu.br
	Nome: Fernando Prates Bisso Siape: 1815440 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: fernando.bisso@ifc.edu.br
	Nome: Francisco Jose Montorio Sobral Siape: 53965 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: francisco.sobral@ifc.edu.br
	Nome: Geancarlo Takanori Katsurayama siape: 2354945 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: geancarlo.katsurayama@ifc.edu.br
	Nome: Gisele Gutstein siape: 1019906 Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 h Titulação: Mestra Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: gisele.gutstein@ifc.edu.br
	Nome: Griscele Souza de Jesus





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	siape: 1296611 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 h Titulação: Mestra Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: griscele.jesus@ifc.edu.br
	Nome: Jean Eduardo Sebold siape: 1463790 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: jean.sebold@ifc.edu.br
	Nome: Sergio Gomes Delitsch siape: 1159375 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 h Titulação: Mestre Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: sergio.delitsch@ifc.edu.br
	Nome: Simão Alberto siape: 2302970 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: simao.alberto@ifc.edu.br
	Nome: Teomar Duarte Da Silva siape: 2691544 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 h Titulação: Mestre Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: teomar.silva@ifc.edu.br
	Nome: Uberson Rossa siape: 4204259 Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 h Titulação: Doutor Telefone: (47) 3803-7200 E-mail: uberson.rossa@ifc.edu.br
<b>MODALIDADE</b>	Presencial
<b>GRAU</b>	Licenciatura
<b>TITULAÇÃO</b>	Ao integralizar o curso, o aluno receberá o título de Licenciado em Ciências Agrícolas
<b>LOCAL DE OFERTA</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Araquari Endereço: Rodovia BR 280 – Km 27; Caixa Postal 21 – Araquari – SC CEP: 89.245-000 Telefone/Fax: (47) 3803-7200 E-mail de contato: gabinete.arauari@ifc.edu.br Site da unidade: <a href="http://www.arauari.ifc.edu.br/">http:// www. arauari.ifc.edu.br/</a>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>TURNO</b>	Noturno
<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	40 vagas
<b>CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>	Formação Geral: 945 horas
	Prática como Componente Curricular: 405 horas
	Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas
	Atividades Curriculares Complementares: 100 horas
	Curricularização da Extensão e da Pesquisa: 358 e 354 h
	Carga horária Total do Curso: 3280 horas
<b>PERIODICIDADE DE OFERTA</b>	Oferta anual
<b>PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO</b>	8 semestres
<b>RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO</b>	Resolução do Consuper/IFC nº 072/2013
<b>Legislação vigente para o curso:</b>  Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996; Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003. Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004. Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002; Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005; Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004. Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010; Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017. Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.	



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.

Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei ° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010.

Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019.

Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

### 3. CONTEXTO EDUCACIONAL

#### 3.1 Histórico da Instituição - Campus

O Campus Araquari é uma das instituições pioneiras no ensino agrícola em Santa Catarina, e sua história tem início através de um acordo entre o estado de Santa Catarina e o Governo Federal, com sua publicação no Diário Oficial da União nº 63, em 18 de março de 1954. Este acordo criou a “Escola de Iniciação Agrícola de Araquari”. Até 1959 a escola esteve em construção. Este ano de 1959 marcou o começo das atividades do curso de Iniciação Agrícola, que contou em sua primeira turma com 20 alunos e passou a ser denominada “Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira”. No ano de 1968 a escola passou a ser vinculada a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Desse modo, integrou-se ao sistema federal de ensino, oferecendo a formação para técnicos agrícolas e estudantes que ingressavam no Segundo Grau. Com a publicação da Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a unidade passou a ser denominada Campus Araquari. De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Araquari é “IF Campus - 90/70 Agrícola”. Deste modo, o Campus organiza a oferta de educação profissional, desde a qualificação profissional até a pós-graduação, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Infraestrutura e de Formação de Professores. (IFC, 2019, p. 23-24)

#### 3.2 Justificativa da Criação do Curso

Os Institutos Federais foram criados pela Lei 11.892/2008, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFC, 2019): “Os cursos de Graduação ofertados pelo IFC, como um dos níveis de formação profissional, visam garantir uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal”.

Atendendo ao novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica criado pelo MEC, o foco dos Institutos Federais é a justiça social, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Levando em consideração que os IFs responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, o Instituto Federal Catarinense Campus Araquari apresenta o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas vem ao encontro com o espírito inovador do Instituto Federal Catarinense, visando suprir a carência de formação de profissionais para atuarem na docência na área de ensino agrícola.

O licenciado em Ciências Agrícolas se qualifica para atuar no ensino agrícola em nível fundamental e médio, em escolas de nível fundamental que desenvolvem preparação para o trabalho no setor primário, em especial as do campo, em escolas de nível médio que oferecem o Curso Técnico na área de Ciências Agrárias, escolas ou instituições que desenvolvam programas de educação agrícola para jovens e adultos, instituições que trabalhem com capacitação de recursos humanos para a agricultura nos setores de assistência técnica, de extensão rural, de produção e de serviços afins.

Em sua atuação o Professor Licenciado em Ciências Agrícolas pode exercer mudanças diretas e indiretas que atendem a expectativa de melhoria da qualidade de vida da comunidade local e da sociedade como um todo, uma vez que estes professores têm imersão profissional em escolas; secretarias de agricultura, planejamento, meio ambiente e assuntos fundiários; propriedades rurais; organizações governamentais e não-governamentais; instituições de pesquisa; instituições de ensino superior; e instituições de extensão rural. Nas instituições de ensino, sua formação é voltada para lecionar disciplinas na grande área das Ciências Agrárias, especialmente na Educação Básica, Superior, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação de Jovens e Adultos.

O Licenciado em Ciências Agrícolas também poderá atuar em espaços não-formais de educação, como movimentos sociais, ONGs, sindicatos, associações de produtores e moradores.

Para pensar espaços de atuação profissional e de ensino, é importante definir o que se entende como educação não-formal. Alguns argumentos sobre esta ideia são definidos por Gohn (1999). Para este autor, a educação não-formal,

envolve a aprendizagem política dos direitos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um conselho de escola poderá desenvolver essa aprendizagem; [envolve] a capacidade dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; [envolve] a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; [envolve] a aprendizagem dos conteúdos da escolarização



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Aqui o ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea, e as formas sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer as finalidades a que se destinam àquelas práticas (...) (GOHN, 1999, p.95-96).

Considerando a amplitude de espaços de atuação possíveis, o Licenciado em Ciências Agrícolas poderá exercer diferentes funções no decorrer de suas trajetórias profissionais. Esse percurso pode oportunizar a ampliação de experiências pelas especificidades dos espaços diversos de atuação supracitados. Ao ter seu universo de atuação expandido, o Licenciado possui também oportunidades de refletir sobre sua profissão e sua prática profissional enriquecidas tanto nas dimensões política quanto pedagógica. Nesse espaço diverso (formal e não-formal) acontece igualmente a possibilidade de relações com profissionais de distintas áreas do conhecimento; mais um fator ímpar no processo de profissionalização.

A educação não-formal, afirmam Simson, Park e Fernandes (2001), pode ser desenvolvida em diversos espaços, e estes declinam muitas vezes de uma organização estruturada e própria para o desenvolvimento das relações de ensinar e aprender. Silva e Perrude (2013), acerca desse mesmo assunto entendem que

nesse campo não há um padrão para sua estrutura, podendo esta acontecer em espaços de poder público estadual e municipal, associações de bairro, centros comunitários, grupos religiosos em parcerias com empresas, organizações não-governamentais e em outros espaços promovidos por organizações da sociedade civil. Se os espaços são diferenciados, isso se deve, na maioria das vezes, em função de quem está propondo tal ação (...) (SILVA, PARK, PERRUDE; 2013, p. 49-50).

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas contempla também em seu perfil a atuação dos seus egressos na Educação do Campo. Além de atuar como agente capacitado tecnicamente para as questões relacionadas ao campo e às ciências agrárias, o Licenciado em Ciências Agrícolas deve contribuir para a desconstrução da visão urbanocêntrica, revendo as dicotomias historicamente construídas entre campo e cidade.

Diante da identificação de crescente demanda por professores de ciências atuantes nos últimos anos do ensino fundamental - inclusive alguns egressos do curso já em atividade -, no ano de 2022 adequações na matriz do curso são realizadas considerando afinidade de área de conhecimento, visando a fundamentação teórica e científica para capacitação em ciências.

Estes são, por excelência, as dimensões de atuação do Licenciado em Ciências Agrícolas.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura em Ciências Agrícolas do IFC - *Campus Araquari* foi aprovado pela Resolução N° 72/2013 - Consuper/IFC, tendo início de suas atividades no ano de 2010. Desde então o curso passou por estudos junto ao Núcleo Estruturante e Colegiado de curso para discussões e reformulações no Projeto Pedagógico do Curso.

Em 2021 foram realizados encontros entre cursos de mesma nomenclatura no IV Fórum de Formação de Professores do IFC. Posteriormente, foram constituídos grupos de trabalho com o objetivo de revisar a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense. Por isso, o presente projeto considera a Política de Formação de Professores do IFC (IFC, 2022) e os resultados da avaliação quadrienal dos cursos.

### **3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso**

A ação educativa está situada na dimensão sociopolítica da existência, como eixo norteador nas construções dos sujeitos atuantes na sociedade. A formação do educador no cenário atual configura-se como um processo multicultural e contínuo em direção ao crescimento pessoal e profissional, a partir da valorização dos saberes e competências de que são portadores e da relação teoria e prática. Dessa forma, o professor é concebido como mediador da construção do conhecimento, portanto, tem a função de organizar, coordenar e criar situações de aprendizagem desafiadoras e significativas, com vistas a desenvolver no educando a postura crítica e a ação transformadora.

A formação dos professores observará esses princípios norteadores e ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, tendo a competência docente como concepção nuclear dos cursos, mantendo a coerência entre o desenvolvimento das aptidões pedagógicas e o fortalecimento do conhecimento técnico necessário para a atitude mediadora entre teoria e prática.

O conhecimento técnico e as práticas sociais relacionadas ao setor agrícola apresentam-se hoje como um desafio, no sentido de serem elementos-chave diante do crescimento econômico e das perspectivas de desenvolvimento social. A existência de agentes capazes de subsidiar um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e socialmente justo requer a atenção para a



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

formação dos profissionais da educação, que possam se constituir em sujeitos ativos e participantes na construção de uma sociedade participativa, capaz de proceder aos julgamentos éticos dos processos econômicos e sociais vinculados ao progresso técnico-científico.

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas pretende assim garantir ao egresso a constituição das competências na Educação Básica, orientado por princípios éticos, estéticos, humanísticos, políticos e pedagógicos. É desta forma que a atuação profissional do egresso do curso privilegia a atuação em determinados espaços historicamente menos favorecidos pelas políticas públicas, e por vezes com menos visibilidade social, como populações ribeirinhas, quilombolas e comunidades assentadas.

O espaço da formação possibilitará, aos futuros professores, experiências de aprendizagem que integram a teoria e a prática profissional, valorizando a interdisciplinaridade, através da qual, professores em formação e professores formadores poderão vivenciar um trabalho coletivo, solidário e interativo.

As atividades do processo formativo serão orientadas pelo princípio metodológico da ação-reflexão-ação, sendo a problematização da realidade estratégia didática privilegiada e a contextualização do princípio pedagógico fundamental. Assim, pretende estabelecer a concretude da ação educativa através da mediação entre as práticas subjetivas do conhecimento filosófico e pedagógico e as práticas sócio produtivas do trabalho e da ação social.





## **4 OBJETIVOS DO CURSO**

### **4.1 Objetivo Geral**

Formar educadores emancipados e habilitados para o ensino na docência da educação básica e tecnológica, e também vinculado ao espaço rural, capazes de compreender as mudanças estruturais e conjunturais do seu tempo. Desenvolver a competência técnica e a abordagem da ética e da responsabilidade social e ambiental.

### **4.2 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos do curso são:

- Formar educadores/as com habilitação para o ensino das Ciências Agrárias em nível básico e tecnológico;
- Diagnosticar as necessidades educacionais do ponto de vista técnico, social e cultural, a partir das práticas desenvolvidas no mundo das Ciências Agrárias;
- Desenvolver processos e métodos de ensino mais compatíveis com as necessidades reais do mundo do trabalho;
- Possibilitar uma formação técnico educacional em Ciências Agrárias, compatível com os saberes dominantes e as perspectivas de desenvolvimento aplicadas à realidade do mundo rural.

### **4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso**

A seleção para os Cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo SISU para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei 12.711/2012, Lei 13.409/2016 e Resolução 37/2016 do Consuper.

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrícolas é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrícolas através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC. São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes



**Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso e de campus), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência ex officio, conforme determinação da legislação vigente.



## 5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

### 5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

#### 5.1.1 Políticas de Ensino

O Instituto Federal Catarinense oferta cursos de graduação, como um dos níveis de formação profissional, visando garantir uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal. A oferta deste nível de ensino tem por objetivo garantir o direito dos cidadãos ao ingresso no nível superior, pois, na qualidade de direito, este deve ser universal. Assim, essa oferta aspira à universalidade e é definida por sua autonomia intelectual e pelo ideal de democratização do conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê e se caracteriza, principalmente, pela ênfase na formação profissional em diferentes áreas do conhecimento. De acordo com o art. 43 da LDB (9394/96), são finalidades da educação superior:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII. atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Ainda, de acordo com a Lei 11.892/08, os Institutos Federais devem promover esta oferta educacional, sendo definido que:



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

- I. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- II. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- III. cursos de bacharelado, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- IV. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- V. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense, os cursos superiores de Licenciatura objetivam a formação de professores para a Educação Básica e Educação Profissional, no desafio de desenvolver metodologias que estabelecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada. O IFC, assim, contribui para o atendimento das demandas regionais na formação inicial de professores para Educação Básica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Propõe-se nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio da inserção do estudante no espaço escolar, de ambientes de aprendizagem, de projetos integradores interdisciplinares e da pesquisa e processos educativos estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à educação básica e profissional.

A construção do conhecimento pode ocorrer em tempos, espaços e movimentos formais e não formais de ensino. Assim, o IFC implementa programas e projetos com vistas ao fortalecimento do ensino e da aprendizagem, compreendendo a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e da formação profissional. Nesse contexto, os acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas podem participar de projetos de ensino e monitoria, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e do Programa de Residência Pedagógica.

#### 5.1.2 Políticas de Extensão

No Instituto Federal Catarinense, a extensão é compreendida como processo educacional que



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível à própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas da comunidade, visando atender a concretude dos processos formativos. É preciso ressaltar, a relevância da extensão para a renovação da prática e métodos acadêmicos. As atividades extensionistas quando desenvolvidas em diálogo com a comunidade colaboram para superar a repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade. Neste sentido, o IFC empenha-se na superação da desigualdade, fator que ainda gera exclusão dentre os cidadãos. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, os Programas, Projetos e Ações da Instituição devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação.

As políticas públicas de extensão são garantidas a partir Constituição Brasileira (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que determina 10% da carga horária dos cursos em curricularização da extensão e das Diretrizes Nacionais de Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito da Rede EPCT e do IFC, a extensão é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Assim conceituada e à luz da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, as diretrizes de extensão do Instituto Federal Catarinense são:

I. Interação dialógica: pretende-se fazer ações COM a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois entende-se a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação.

II. Indissociabilidade com o ensino, pesquisa e inovação: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).

III. Impacto e Transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem aporte decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a apropriação de compromissos éticos e sociais; ademais, entende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia da comunidade, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

IV. Interdisciplinaridade: busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas cf. FORPROEXT: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

V. Avaliação formativa: propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

A política perpassa todas as modalidades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais, sejam aquelas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, ou aquelas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros. As modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são:

Programas: constituirá de um conjunto de ações de caráter orgânico institucional, com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino, pesquisa e inovação.

Projetos: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, discentes, e a comunidade, com prazo definido, sendo projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos e de grupos de estudos.

Serviços, produtos e processos tecnológicos: atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Eventos: constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia.

Estágio e emprego: compreende ações que visam à inserção dos alunos do IFC no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego do setor produtivo. O estágio deve atender ao perfil de egresso da formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional.

Produção e publicação: elaboração de materiais didáticos, tais como livros, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros, articuladas com às Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa-Inovação e de Extensão;

Em suma, a política de extensão do IFC resulta na responsabilidade social coletiva (estudantes, servidores e comunidade em geral) com a participação de todos para uma formação profissional capaz de compreender a educação como processo social emancipatório que proporciona para os cidadãos o exercício consciente da cidadania.

### 5.1.3 Política de Pesquisa e Inovação

No âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação, cujo objetivo é à geração e à ampliação do conhecimento e está necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, e necessariamente, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente. O IFC organiza a política de pesquisa e inovação de modo a contemplar as indicações expressas na Lei 11.892/2008, quanto à finalidade e características dos IFs: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.” (BRASIL, 2008). Nesta mesma lei, pode-se citar que um dos objetivos dos IFs é o de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.” Neste contexto, podemos considerar que as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência pode ser entendida como procedimento sistemático, criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade.

Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem campus instalado.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

A política de pesquisa do IFC atende aos princípios do marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente (BRASIL, 2016), em que se destacam:

- a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;
- a promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;
- a redução das desigualdades regionais;
- a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado;
- a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;
- a promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação; dentre outros.

De acordo com o Regulamento das Atividades de Pesquisa, os objetivos no âmbito do IFC são:

I – Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores e conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade e de seus segmentos;

II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico;

IV – Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado a curiosidade e investigação científica;

V – Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como, promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual;





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

VI – Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a iniciação científica e tecnológica, bem como, subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação.

Para fomentar o desenvolvimento de pesquisas entre servidores e alunos é ofertado o Programa de Bolsas regulamentadas por dispositivos internos específicos, em consonância às orientações nacionais. As bolsas de pesquisa são distribuídas em cotas, para alunos do ensino médio e da graduação, para estimular o desenvolvimento de pesquisas orientadas por servidores da instituição. Deste modo, o programa de bolsas de iniciação científica e tecnológica para graduação possui as seguintes modalidades:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que disponibiliza bolsas para estudantes de graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), destinadas a participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no Ensino Superior;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) para estudantes do Ensino Superior e voltado ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação;
- Bolsas de Pesquisa Interna do IFC, para alunos de graduação distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição.

O IFC, além disso, desenvolve um programa de apoio à produção e publicação científica, em que se destacam as seguintes ações realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:

- Fomento a projetos de pesquisa, destacando-se a chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- Apoio à publicação de artigos em periódicos científicos e apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- Apoio à publicação de livros, manuais e congêneres na Editora do IFC;
- Apoio à realização de eventos técnico-científicos; dentre outros.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

A inovação, particularmente, é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, extensão e pesquisa, tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para os problemas locais. A Política de Inovação, sintonizada com a Política de Pesquisa, trata de modo mais específico dos aspectos relativos à inovação, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e de conhecimento, às criações e produções científicas e tecnológicas do IFC, aos direitos delas decorrentes, ao empreendedorismo, à prestação de serviços, à inovação/tecnologia social e à cooperação, tendo por base as seguintes diretrizes:

I. A promoção de ações de incentivo à inovação científica e tecnológica visando contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do estado e do país;

II. A difusão dos conceitos e demais aspectos relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à importância estratégica para a proteção dos direitos decorrentes, como fator de desenvolvimento institucional;

III. A transferência de tecnologia/conhecimento protegida e pertencente ao IFC, visando a sua efetiva aplicação junto à sociedade;

IV. O apoio às ações institucionais voltadas ao empreendedorismo, tais como Incubadoras, Centros de Inovação, Parques Tecnológicos, entre outros arranjos;

V. A formação de alianças cooperativas e interinstitucionais para a criação de ambientes voltados à inovação científica e tecnológica.

A Política de Inovação está alinhada ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, tendo como principais princípios relacionados:

- estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País;
- incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;
- apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

sistema produtivo, dentre outros.

Cabe destacar que a Política de Inovação do IFC a concebe em duas perspectivas: a tecnológica, quando orientada à criação e/ou melhoria de processos, produtos e serviços de interesse do setor produtivo; e social, quando orientada à melhoria das condições de vida de grupos sociais e desenvolvidos em interação com a comunidade, tendo em vista estabelecer mecanismos de transformação social. Além disso, na perspectiva da inovação social, parte-se da premissa de que a tecnologia correspondente, a tecnologia social, deve ser apropriada pela população-alvo.

As ações desenvolvidas são voltadas para:

- gestão da propriedade intelectual produzida no IFC;
- acompanhamento e apoio aos projetos diagnosticados com potencial de inovação;
- realização de palestras e treinamentos aos servidores do IFC sobre temas relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia;
- intermediação entre as demandas identificadas junto à sociedade e a capacidade institucional de atuação;
- orientação e acompanhamento dos processos de transferência de tecnologia; dentre outros.

## **5.2 Políticas de Apoio ao Estudante**

No Campus Araquari, a política de apoio aos estudantes é voltada ao desenvolvimento de programas e ações que venham ao encontro da vida estudantil, como preconiza o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC, com destaque ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens da educação superior pública federal.

Tais programas e ações são desenvolvidos com objetivo de promover atividades com vistas à identidade juvenil, à integração dos estudantes, à promoção da aprendizagem, participação em eventos técnico-científico-esportivos e culturais, além de estratégias para acesso, permanência e êxito destes na Instituição, que podem ser permanentes ou temporárias por meio de projetos de monitoria, de ensino, pesquisa e/ou extensão. Estes objetivos são um compromisso de toda instituição, contudo, para garantir espaços permanentes de discussão, estudos e atendimento aos



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

estudantes, o IFC conta com um setor, com uma equipe multiprofissional, com núcleos específicos, além de outras ações voltadas à assistência estudantil.

Neste sentido, o campus dispõe do setor de **Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE)**, ligado à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), o qual realiza atendimento aos estudantes sob uma perspectiva integral e interdisciplinar. Neste setor, o atendimento é realizado por uma equipe multiprofissional que participa do planejamento, da elaboração e da implementação de programas e ações que tenham como objetivo o desenvolvimento do processo pedagógico e o atendimento ao estudante, a partir do seu acolhimento, escuta e orientação.

A equipe multiprofissional do SISAE de Araquari é composta por profissionais da área da pedagogia, serviço social, psicologia, enfermagem e assistentes de alunos. Por meio desta equipe, são desenvolvidas atividades voltadas aos discentes, como ações de apoio e orientação pedagógica, psicológica, social, de saúde e identificação das demandas apresentadas pela comunidade escolar. Em articulação com os núcleos inclusivos - Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Neges), Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) e Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi), realiza-se orientação e sensibilização sobre temáticas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade, inclusão de estudantes com deficiência, atendimento educacional especializado, promoção de saúde e bem estar, entre outros.

Os cursos superiores também contam com a assessoria do **Núcleo Pedagógico (NuPe)**, órgão de estudos, pesquisas e assessoramento, regulamentado pela Resolução nº 20/2022 do IFC, que, dentre outros objetivos: propõe discussões e estratégias para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, através de ações e encaminhamentos; contribui para a melhoria da qualidade do ensino e dos processos pedagógicos, pautados na pesquisa e reflexão contínua; e assessora em demandas didático-pedagógicas, na perspectiva da indissociabilidade do Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação nos processos de ensino e aprendizagem. Os membros do NuPe atuam através da emissão de pareceres pedagógicos, pareceres substanciados sobre Projetos Pedagógicos, participação e assessoria em Colegiados de Curso, Núcleos Docentes Estruturantes, entre outras atribuições.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Além da oferta de **atividades monitoria**, que servem de apoio ao êxito dos estudantes, fortalecem a articulação entre teoria e prática e a integração curricular, promovem a cooperação mútua entre discentes, técnico-administrativos e docentes e permitem ao estudante a experiência com as atividades técnico didáticas, o IFC regulamentou o desenvolvimento de **Projetos de Ensino**, de maneira similar aos Projetos vinculados à Pesquisa e à Extensão, também fomentando a realização de ações integradas entre eles. Caracterizados como ações de ensino e aprendizagem, de trabalho educativo e/ou de intervenção, de atualização ou retomada de conteúdos, de dinamização dos componentes curriculares, bem como de prática profissional, os Projetos de Ensino são desenvolvidos de maneira extracurricular ou complementar, sob a orientação de docente ou técnico administrativo. São exemplos de Projetos de Ensino: palestras, encontros, oficinas, minicursos, jornadas, workshops, treinamentos esportivos, grupos de estudo, atividades de laboratório, cursos, atualizações, nivelamentos, formações, produção de material didático, entre outros.

Importante também destacar o incentivo às atividades de **representação estudantil**, por meio do diálogo e parceria com os diversos setores do Campus Araquari junto aos Centros Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes, os quais contam com espaço próprio para organização e desenvolvimento de suas atividades, articulam e promovem reuniões com pautas relacionadas à vida estudantil. Essa integração é importante pois possibilita espaço para o debate e avaliação dos serviços prestados, em especial sobre as ações a eles destinadas.

Além disso, os estudantes de todos os cursos de graduação do IFC, podem realizar **estágios**, conforme item 6.12.2, e **intercâmbios** (nacionais e internacionais), para isso, contam com apoio, encaminhamento e acompanhamento por meio da Coordenação de Extensão, Estágio e Egressos do Campus Araquari.

#### 5.2.1 Assistência Estudantil

A principal ação voltada à assistência estudantil no IFC está institucionalizada por meio do **Programa de Assistência Estudantil (PAE)**, que tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros, nas modalidades auxílio-moradia,



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

auxílio-permanência I e auxílio-permanência II. O programa é divulgado por meio de editais específicos, com publicação periódica semestral e, no Campus Araquari, este programa é coordenado pela equipe do SISAE.

Adicionalmente, o IFC Araquari possui **Seguro de Vida e Assistências Especiais** contratado para seus estudantes e todos são segurados contra Acidentes Pessoais e Coletivos.

Dentre as ações de apoio ao estudante, também encontram-se as que visam incentivar e fomentar a **participação em eventos, visitas técnicas, atividades esportivas, culturais, de lazer e bem estar**, como os Jogos Internos do IFC (JIFC) e o IF Cultura, que visa incentivar a cultura e o crescimento profissional, científico e tecnológico nas diversas modalidades e linguagens artísticas.

O apoio a participação em eventos e visitas técnicas é uma ação institucional promovida por meio de edital específico, com objetivo de oferecer auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes e representações estudantis em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva.

O campus também dispõe dos seguintes espaços para **alimentação**, de segunda à sexta-feira, em dias letivos: 1. Refeitório: Atende no horário de almoço, é administrado por uma empresa terceirizada, sendo assim, os estudantes dos cursos superiores podem acessar o refeitório mediante compra do ticket de refeição. 2. Anexo do Refeitório: Espaço equipado com mesas, cadeiras e micro-ondas para livre acesso dos estudantes que levam sua própria refeição. 3. Cantina: Atende em todos os turnos (matutino, vespertino e noturno), comercializando produtos observando a Lei nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001, que dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina.

Informações sobre os editais do Programa de Auxílios Estudantis (PAE), de Apoio à participação em eventos e visitas técnicas, Jogos Internos do IFC (JIFC), IF Cultura, entre outros, são disponibilizadas no Portal do Estudante <<https://estudante.ifc.edu.br/>>.

Estas e outras informações sobre as ações e programas que integram a Política de Apoio aos Estudantes do Campus Araquari podem ser encontradas no site institucional, no menu Vida no



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Campus.

### **5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão**

A resolução nº 33/2019 do Conselho Superior do Instituto Federal Catarinense, dispõe sobre a Política Inclusão e Diversidade do IFC e orienta ações de promoção da inclusão, diversidade e os direitos humanos, para o acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais.

Os objetivos da Política Inclusão e Diversidade do IFC estão em consonância direta com a missão da instituição de “proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional” (IFC, 2019, p. 13), descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de criar mecanismos que promovam inclusão, diversidade e direitos humanos, evitem a evasão e favoreçam a permanência na instituição e essa Política se concretiza e se organiza pelas seguintes instâncias no âmbito das unidades do IFC (em cada campus e na Reitoria):

- Comitê de Diversidade e Inclusão, composto pelos núcleos inclusivos.
- Núcleos inclusivos:
  - a) Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi)
  - b) Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)
  - c) Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Neges).

São objetivos específicos da Política Inclusão e Diversidade do IFC, conforme seu artigo 5º:

- I - promover na instituição a cultura da educação inclusiva, contemplando a diversidade e os direitos humanos, buscando a eliminação das barreiras e preconceitos, sejam estes quais forem;
- II - promover o respeito aos direitos humanos, a inclusão e a diversidade em todos os seus matizes por meio de ações de pesquisa, ensino e extensão;
- III - contribuir para que as instâncias de inclusão e diversidade trabalhem de forma integrada na busca de uma cultura de inclusão, de diversidade e acessibilidade no IFC;
- IV - incentivar e apoiar a comunidade acadêmica para que promova, nos diferentes âmbitos do IFC a educação para as relações na diversidade;
- V - desenvolver ações, visando apoiar a permanência e êxito dos estudantes do IFC mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico;

VI - incentivar e apoiar ações que promovam o combate aos preconceitos relacionados a: necessidades específicas e pessoas com deficiência, gênero e sexualidade, diversidade étnico-racial, cultural e religiosa ou de outras características individuais, coletivas e sociais;

VII - Promover a cultura da paz visando a sustentabilidade social, a garantia dos direitos humanos, com respeito a interculturalidade, a promoção das relações pacíficas e a prevenção de conflitos. (IFC, 2019)

### **5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado**

Além da Política Inclusão e Diversidade do IFC, o IFC conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado pela Resolução nº 15/2021, do Conselho Superior do IFC, que compreende “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes” (IFC, 2021) e tem por finalidade

contribuir para a promoção da inclusão e a equidade de condições para participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário. (IFC, 2021)

O Atendimento Educacional Especializado é destinado aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo e/ou esporádico, mediante avaliação da equipe de AEE, para os quais podem ser realizadas flexibilizações curriculares como ferramentas pedagógicas, de modo a suscitar suas potencialidades, sendo também regulamentada a certificação diferenciada.

No Campus Araquari, a equipe de AEE é constituída via portaria, composta por pedagoga, psicóloga e professora de Educação Especial. As atividades são desenvolvidas em sala própria para o Napne e AEE, localizada no Bloco E.

### **5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)**

O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

específicas, e desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Conforme a Resolução n. 33/2019, do Conselho Superior do IFC, destacamos o compromisso do Napne em articular e promover ações referentes à proteção dos direitos das pessoas com necessidades específicas, sensibilizar a comunidade por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, propor formação continuada para a comunidade, assessorar e prestar consultoria em situações ou casos que envolvam essas temáticas, na instituição, propor práticas pedagógicas que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, dentre outras atribuições.

O Napne é um órgão de natureza propositiva e consultiva e encontra-se, no Campus Araquari, ligado diretamente à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), designado por portaria específica, sendo facultada a participação de discentes, membros da comunidade externa com atuação em movimentos sociais e demais membros que tenham afinidade com as temáticas dos núcleos.

### **5.2.3 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)**

Segundo o artigo 13º da resolução nº 33/2019, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) está voltado para o fomento a estudos das questões étnico-raciais e para o desenvolvimento de ações de valorização das identidades afrodescendentes e indígenas.

Dentre suas atribuições, destacamos seu compromisso em assessorar o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, complementada pela Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, divulgar a influência e a importância das culturas indígenas, negras e/ou afrodescendentes na formação do povo brasileiro, bem como na sua arte, ciência e tecnologia, articular e promover ações, formações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, a exemplo do racismo, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

No Campus Araquari, o Neabi atua de forma articulada aos demais núcleos inclusivos, é constituído por meio de portaria e encontra-se ligado à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE).

#### **5.2.4 Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES)**

Assim como o Napne e o Neabi, o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Neges), também é regulamento pela Resolução nº 33/2019 do IFC, sendo voltado para o fomento a estudos das questões relativas à temática de gênero, identidade de gênero e sexualidades no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa e desenvolvimento de ações que promovam o combate ao preconceito.

Destacamos, dentre suas atribuições, o compromisso de propor programas, projetos e atividades que promovam a equidade de gênero e uma educação não sexista, em uma perspectiva étnica, racial e de classe, realizar estudos e pesquisas, articular, promover ações e prestar consultoria à instituição, em situações e casos que envolvam essas temáticas,

Nesse sentido, o Neges do Campus Araquari, também é designado por meio de portaria, encontra-se ligado à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e atua de forma articulada com os demais núcleos inclusivos, buscando promover ações relacionados à promoção da inclusão, diversidade e o respeito aos direitos humanos.



## 6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 6.1 Perfil do Egresso

Ao Licenciado em Ciências agrícolas pelo Instituto Federal Catarinense Campus Araquari caberá ter desenvolvido em seu perfil profissional, conhecimentos pedagógico, técnico-científico e sociopolítico, exercendo papel de agente de desenvolvimento com habilidades para exercer a docência em Ciências Agrárias na educação básica e tecnológica, e também em equipes multidisciplinares que visam contribuir para o desenvolvimento rural e conservação do meio ambiente.

#### 6.1.1 Competências, Atitudes e Habilidades do Licenciado

- Capacidade crítica e ética, conhecimentos teóricos e metodológicos que possam fundamentar o exercício da docência na educação básica e coordenação de programas que articulem as experiências educacionais;

- Iniciativa para produzir conhecimentos, que favoreçam uma relação sustentável entre o homem e o meio ambiente, criando alternativa relacionada ao mundo do trabalho no campo das Ciências Agrárias;

- Habilidades de comunicação para socializar o conhecimento produzido;

- Competências para interpretar de forma crítica os determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e seus impactos no meio ambiente;

- Compreender a formação e a operacionalização das cadeias produtivas Agrárias regionais, levando em conta a inserção delas nos vários níveis de mercado;

- Interpretar o conceito de sustentabilidade pela heterogeneidade dos seus ecossistemas;

- Diagnosticar as necessidades educacionais do ponto de vista técnico, social e cultural, a partir das práticas desenvolvidas no mundo das Ciências Agrárias e da Ciência na Educação Básica;

- Desenvolver processos e métodos de ensino mais compatíveis com as necessidades reais do mundo do trabalho.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

## 6.2 Campo de Atuação

O Licenciado em Ciências Agrícolas exercerá a docência em Ciências Agrárias na educação básica, pode atuar no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico Profissionalizante e Instituições de Ensino Superior. Poderá também atuar como Consultor em Confederação de Agricultores, órgãos de Extensão Rural, Centros de Gestão (Prefeituras: Secretarias de Educação e Agricultura) e Organização Não-governamental (ONG). Assim como em espaços não-formais de educação e na Educação do Campo.

## 6.3 Organização Curricular

A organização curricular do curso está prevista em oito semestres e tem como princípios orientadores a preparação e o desenvolvimento de profissionais para o magistério na educação básica em suas etapas do ensino fundamental e ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação quilombola e educação a distância.

O currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas está em consonância com os princípios institucionais e legais articulando, de forma indissociável o ensino, a pesquisa, extensão e inovação.

No quadro a seguir pode ser visualizado um resumo da distribuição da carga horária do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas:

NÚCLEO	CARGA HORÁRIA (horas)
Núcleo de Formação Geral	945
Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos	1755
Estágio Supervisionado	405
Prática como Componente Curricular*	405
Núcleo de Estudos Integradores	100



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Componentes curriculares optativos (mínimo a ser cursado)	75
<b>Carga horária total</b>	<b>3145</b>

\*A carga horária de Prática como Componente Curricular está contabilizada também dentro dos núcleos de Formação Geral e de Aprofundamento e diversificação de estudos

I) Eixo Pedagógico Obrigatório

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (horas)		
	Teórica	PCC	Total
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	0	60
DIDÁTICA GERAL	60	0	60
DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	60	15	75
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	60	0	60
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	0	60
GESTÃO EDUCACIONAL	60	30	90
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	60	0	60
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	60	30	90
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	0	60
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	60	0	60
TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	60	0	60
<b>Total</b>	<b>660</b>	<b>75</b>	<b>735</b>

II) Núcleo de Formação Geral

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (horas)
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60
DIDÁTICA GERAL	60
DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	75



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	60
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60
GESTÃO EDUCACIONAL	90
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	60
INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	60
LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	60
LIBRAS	60
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	90
SOCIEDADE E SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS RURAIS	30
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	60
TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	60
<b>Total</b>	<b>945</b>

III) Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (horas)
AGROECOSSISTEMAS	60
ADMINISTRAÇÃO RURAL	60
BIOLOGIA GERAL	30
CIÊNCIAS I	30
CIÊNCIAS II	45
CLIMATOLOGIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	30
DEFESA FITOSSANITÁRIA I	60
DEFESA FITOSSANITÁRIA II	60
ENGENHARIA AGRÍCOLA I	60



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

ENGENHARIA AGRÍCOLA II	60
ENGENHARIA AGRÍCOLA III	60
ESTATÍSTICA E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA	30
EXTENSÃO RURAL	60
FITOTECNIA GERAL	60
FITOTECNIA I	60
FITOTECNIA II	60
GESTÃO AMBIENTAL	30
MATEMÁTICA FUNDAMENTAL	30
MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA	30
QUÍMICA	30
SOLOS	60
TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	60
ZOOTECNIA GERAL	60
ZOOTECNIA I	60
ZOOTECNIA II	60
ZOOTECNIA III	60
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	90
PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO	90
<b>Total</b>	<b>1755</b>

#### IV) Práticas Pedagógicas

##### IV.1) Estágios Supervisionados



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

COMPONENTES CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (horas)		
	TEÓRICA	ESTÁGIO	TOTAL
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	30	60	90
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	30	75	105
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	30	75	105
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	30	75	105
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>285</b>	<b>405</b>

#### IV.2) Prática como Componente Curricular (PCC)

COMPONENTES CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (horas)	
	PCC	TOTAL
DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	15	75
EXTENSÃO RURAL	30	60
GESTÃO EDUCACIONAL	30	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	60	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	60	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	60	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	60	90
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	30	90
PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO	60	90
<b>Total</b>	<b>405</b>	<b>765</b>

#### V) Núcleo de Estudos Integradores

No curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, o núcleo de estudos integradores corresponde a 100 horas de Atividades Curriculares Complementares, sendo caracterizadas como atividades teórico-práticas de aprofundamento, complementares à formação e ao enriquecimento





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

curricular.

VI) Pesquisa e Processos Educativos - PPE

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas possui quatro disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos, estando presentes do primeiro ao quarto semestre do curso.

COMPONENTES CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (horas)		
	TEÓRICA	PCC	TOTAL
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	30	60	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	30	60	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	30	60	90
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	30	60	90
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>240</b>	<b>360</b>

### 6.3.1 Relação Teoria e Prática

A concepção de educação, de ciência, de ensinar e aprender se materializa no fazer, na prática, a forma como o docente estabelece relação com seus pares, com os alunos, na forma como planeja as aulas e como avalia. Pensar a relação teoria e prática supõe compreender que a teoria em si – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos (homens) que vão ocasionar com seus atos reais efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a prática se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações concretas reais e efetivas (VÁZQUEZ, 1998).

Neste sentido, uma teoria é a prática na medida em que se materializa, através de uma série de modificações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.

A presença de disciplinas que preparam os alunos para experiências investigativas relaciona-se com a intenção de formar um profissional autônomo e crítico, capaz de analisar a



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

realidade e buscar soluções em seu campo de trabalho.

O que se pretende é que o curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas apresente à sociedade de Araquari e região, a cada ano, profissionais competentes, os quais possam caminhar autonomamente para seu próprio aperfeiçoamento, com base em conhecimentos sólidos, atualizados e pertinentes às demandas sociais.

### **6.3.2 Prática Profissional**

Sabe-se que a prática profissional é um elemento indispensável para uma aprendizagem efetiva do estudante. Isto porque ela aprimora o conhecimento teórico adquirido em sala de aula, tornando-se um fator consolidador das informações trabalhadas nas disciplinas. Em outras palavras, ela permite a articulação entre os conhecimentos já mencionados com a prática real do campo do trabalho. A prática profissional na Licenciatura em Ciências Agrícolas é realizada principalmente durante o Estágio Supervisionado do quinto ao oitavo semestre do curso.

Algumas outras estratégias para a realização da Prática Profissional são: visitas técnicas, oficinas, estudos de caso, participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, estágios curriculares não obrigatórios.

### **6.3.3 Prática como Componente Curricular**

A prática como componente curricular deve garantir ao acadêmico experiências formativas na área de atuação do licenciado em Ciências Agrícolas, a partir do desenvolvimento de atividade de pesquisa e de extensão.

A prática como componente curricular encontra espaço privilegiado nas disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos, que são ofertadas do primeiro ao quarto semestre do curso (Pesquisa e Processos Educativos I, II, III e IV).

As disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos, além de curricularizar a pesquisa e a extensão, também promoverão a articulação entre as demais disciplinas da matriz curricular dentro do semestre.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

A disciplina de PPE ocorrerá nos quatro primeiros semestres do curso, com carga horária de 90 horas cada, sendo 30 horas em sala de aula e 60 de prática como componente curricular. Cada uma das disciplinas – PPE I, II, III e IV – apresentará uma temática central que norteará a produção dentro da disciplina.

Além destas disciplinas descritas acima, a prática como componente curricular está presente nas seguintes disciplinas do curso: Didática para o Ensino de Ciências Agrárias, Extensão Rural, Fitotecnia II, Gestão Ambiental, Gestão Educacional e Políticas Públicas da Educação, conforme tabela a seguir. Como as disciplinas envolvem a prática como componente curricular, cada disciplina possui uma etapa prática. Dessa forma, as disciplinas se organizam conforme está exposto em APÊNDICE 1.

Código do componente	Nome do componente curricular	Carga horária de PCC	Carga horária total
LCD0206	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	60	90
LCD0214	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	60	90
LCD0219	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	60	90
LCD0224	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	60	90
LCD0225	PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO	60	90
LCD0230	DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	15	75
LCD0232	EXTENSÃO RURAL	30	60
LCD0234	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	30	90
LCD0238	GESTÃO EDUCACIONAL	30	90

### 6.3.4 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade tem sua presença marcada com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71 e a partir daí sua presença no cenário educacional brasileiro tem se intensificado e, recentemente, mais ainda, com a nova LDB Nº 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ela coloca em pauta as diferentes maneiras de focar um tema, nos diálogos que várias disciplinas estabelecem quando analisam um dado objeto.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

A interdisciplinaridade, portanto, supõe disciplinas que se interseccionam, que se sobrepõem e se organizam. Segundo os PCNs, a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002). Hilton Japiassú (1976), um dos pioneiros da interdisciplinaridade no Brasil ao abordar os tipos de interdisciplinaridade, menciona a Interdisciplinaridade heterogênea, a pseudo-interdisciplinaridade, a interdisciplinaridade auxiliar, a Interdisciplinaridade compósita e a Interdisciplinaridade unificadora, sendo esta última a forma legítima de interdisciplinaridade.

Fazenda (1994, p. 82) fortalece a ideia de interdisciplinaridade quando fala das atitudes de um “professor interdisciplinar”:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida.

Nessa direção, destaca-se a possibilidade de um trabalho interdisciplinar transcender o espaço epistemológico, enveredando num espaço antropológico, sendo incorporada aos valores e atitudes humanas que compõem o perfil profissional/pessoal do professor interdisciplinar.

Severino (1998) também realça a ênfase ao enfoque antropológico da interdisciplinaridade em detrimento do epistemológico, pois, segundo ele, é importante não se priorizar a perspectiva epistemológica, excessivamente valorizada pela modernidade, pois a referência fundamental da existência humana é a prática.

Para tanto, as seguintes estratégias e ações serão desenvolvidas:

- Organizar e planejar projetos interdisciplinares no curso, a cada período;
- Reunir os professores do colegiado para discutir prováveis desafios e obstáculos que os



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

acadêmicos enfrentarão quando profissionais, objetivando a criação da problematização, com vistas à interdisciplinaridade;

- Promover estratégias que privilegiem o trabalho da equipe docente do curso com outros profissionais, possibilitando uma visão interdisciplinar das questões que envolvem os futuros profissionais.

Os temas transversais, tais como educação ambiental, educação étnico-racial e de direitos humanos, serão trabalhados ao longo do curso, em eventos e outras atividades extracurriculares, e em especial nas seguintes disciplinas: Teorias Educacionais e Curriculares; Introdução às Ciências Agrárias; Climatologia aplicada às Ciências Agrárias; Pesquisa e Processos Educativos II e III; Defesa Fitossanitária I e II; Gestão Ambiental; Fitotecnia II; História da Educação; Sociologia da Educação; Educação, Diversidade e Inclusão; e, Sociedade e Subjetividade em Contextos Rurais.

#### 6.3.4.1 Educação Ambiental

Segundo a Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas a temática ambiental será desenvolvida nos componentes curriculares Gestão Ambiental, Introdução às Ciências Agrárias; Climatologia aplicada às Ciências Agrárias, Pesquisa e Processos Educativos II, Defesa Fitossanitária I e II, Fitotecnia II.

O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

#### 6.3.4.2 Educação Étnico-Racial

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares História da Educação, Sociologia da Educação, Teorias Educacionais e Curriculares.

#### 6.3.4.3 Direitos Humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2): “Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário”.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos serão trabalhados no PPC nos componentes curriculares Educação, Diversidade e Inclusão, Pesquisa e Processos Educacionais III, Teorias Educacionais e Curriculares e Sociedade e Subjetividade em Contextos Rurais.

### 6.5 Matriz Curricular

A seguir apresenta-se a matriz curricular, com as disciplinas, distribuídas por períodos contendo os créditos correspondentes.

Salientamos que as aulas são ministradas em horário e calendário definidos anualmente, normalmente são 18 semanas de aula por semestre, desta forma divide-se a carga horária total em aulas de 50 min, sendo que para uma disciplina de 60 horas serão ministradas 72 aulas, e estas serão registradas no diário de classe. Do mesmo modo disciplinas de 30 horas-relógio terão registro de 36 aulas, disciplinas de 90 horas-relógio serão registradas 108 aulas, e assim sucessivamente, observando o seguinte cálculo:

$$\text{Número de aulas} = \frac{60 \times \text{Carga horária (horas)}}{50}$$



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

As disciplinas componentes da Matriz Curricular estão distribuídas em oito semestres, conforme apresenta o quadro abaixo, carga horária teórica, carga horária prática, carga horária EAD, carga horária de prática como componente curricular (PCC), carga horária de estágio e carga horária total. A carga horária de curricularização não é somada às demais, servindo somente para identificar a carga horária correspondente a curricularização da pesquisa e/ou extensão.

### 6.5.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023

1º semestre										
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
		CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0201	BIOLOGIA GERAL	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0203	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0204	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0205	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0206	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	30	0	60	0	0	0	0	60	90
LCD0207	QUÍMICA	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0208	TÓPICOS ESPECIAIS EM MATEMÁTICA ELEMENTAR	30	0	0	0	0	0	0	0	30
	<b>Total</b>	275	15	60	0	90	0	0	60	360



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

2º semestre											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0210	CLIMATOLOGIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	-	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0211	ESTATÍSTICA E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA	-	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0212	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0213	LIBRAS	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0214	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	-	30	0	60	0	0	0	0	60	90
LCD0215	SOLOS	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
	Total	-	240	15	60	0	0	0	0	60	330

3º semestre											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0216	EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0217	ENGENHARIA AGRÍCOLA I	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0218	MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA	-	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0219	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	-	30	0	60	0	0	0	0	60	90
LCD0220	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0221	ZOOTECNIA GERAL	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
	Total	-	285	15	60	0	0	0	0	60	360





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

4º semestre											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0222	DIDÁTICA GERAL	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0223	ENGENHARIA AGRÍCOLA II	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0224	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	-	30	0	60	0	0	0	0	60	90
LCD0225	PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO	-	0	0	90	0	0	0	0	90	90
LCD0226	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0228	ZOOTECNIA I	-	45	15	0	0	0	4	0	0	60
	<b>Total</b>	-	240	30	150	0	0	4	0	150	420

5º semestre											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0229	DEFESA FITOSSANITÁRIA I	-	45	15	0	0	0	6	6	0	60
LCD0230	DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	-	60	0	15	0	0	4	4	0	75
LCD0231	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	-	30	0	0	60	0	0	0	0	90
LCD0232	EXTENSÃO RURAL	-	30	0	30	0	0	8	8	0	60
LCD0233	FITOTECNIA GERAL	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0234	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	-	60	0	30	0	0	0	0	0	90



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	<b>Total</b>	-	270	30	75	60	0	18	18	0	435
--	--------------	---	-----	----	----	----	---	----	----	---	-----

<b>6º semestre</b>											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0235	DEFESA FITOSSANITÁRIA II	-	45	15	0	0	0	6	6	0	60
LCD0236	ENGENHARIA AGRÍCOLA III	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0237	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	-	30	0	0	75	0	0	0	0	105
LCD0238	GESTÃO EDUCACIONAL	-	60	0	30	0	0	10	0	0	90
LCD0239	ZOOTECNIA II	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
	<b>Total</b>	-	225	45	30	75	0	16	6	0	375

<b>7º semestre</b>											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0240	AGROECOSSISTEMAS	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0241	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	-	30	0	0	75	0	0	0	0	105
LCD0242	FITOTECNIA I	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0243	SOCIEDADE E SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS RURAIS	-	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0227	TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0244	ZOOTECNIA III	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
	<b>Total</b>	-	255	30	0	75	0	0	0	0	375



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>8º semestre</b>											
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		PCC	Estágio	CH EAD	CH de curricularização			CH Total
			CH Teórica	CH Prática				Extensão (CE)	Pesquisa (CP)	Extensão e Pesquisa (CEP)	
LCD0245	ADMINISTRAÇÃO RURAL	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
LCD0246	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	-	30	0	0	75	0	0	0	0	105
LCD0247	FITOTECNIA II	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0248	GESTÃO AMBIENTAL	-	30	0	0	0	0	0	0	0	30
LCD0249	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	-	45	15	0	0	0	0	0	0	60
LCD0250	TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	-	60	0	0	0	0	0	0	0	60
	<b>Total</b>	-	270	30	0	75	0	0	0	0	375

A Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas é composta por:

<b>Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas</b>	<b>CH</b>
<b>Carga horária teórica</b>	<b>1935</b>
<b>Formação Geral</b>	<b>945</b>
<b>Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos</b>	<b>1755</b>
<b>Núcleo de Estudos Integradores</b>	<b>100</b>
<b>Eixo pedagógico obrigatório</b>	<b>660</b>
<b>Prática como Componente Curricular (PCC)</b>	<b>405</b>
<b>Atividades Curriculares Complementares</b>	<b>100</b>
<b>Carga horária mínima de optativas</b>	<b>75</b>
<b>Estágio Curricular Supervisionado</b>	<b>405</b>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Curricularização da Extensão e da Pesquisa</b>	<b>330</b>
<b>Curricularização da Extensão</b>	<b>38</b>
<b>Curricularização da Pesquisa</b>	<b>24</b>
<b>Carga horária Total do Curso</b>	<b>3205</b>

### 6.5.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Código no SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	Carga horária (horas)			
			Teórica	Prática	EaD	Total
LCD0251	Botânica Sistemática	-	30	0	0	30
LCD0252	Carcinicultura	LCD0228	30	0	0	30
LCD0253	Cultura Brasileira e Afrodescendente	-	30	0	0	0
LCD0254	Educação Ambiental	-	30	0	0	30
LCD0255	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	-	60	0	0	60
LCD0256	Hidráulica Agrícola	LCD0208	30	0	0	30
LCD0257	Hidrologia Agrícola	LCD0208	30	0	0	30
LCD0258	Leitura e Escrita Acadêmica	-	30	0	0	30
LCD0259	Língua Brasileira de Sinais II	LCD0234	30	0	0	30
LCD0260	Malacocultura	LCD0228	30	0	0	30
LCD0261	Manejo Integrado de Cultivos	LCD0229 e LCD0235	30	0	0	30
LCD0262	Projetos de Irrigação Localizada	LCD0208	30	0	0	30
LCD0263	Projetos de Irrigação por Aspersão Convencional	LCD0208	30	0	0	30



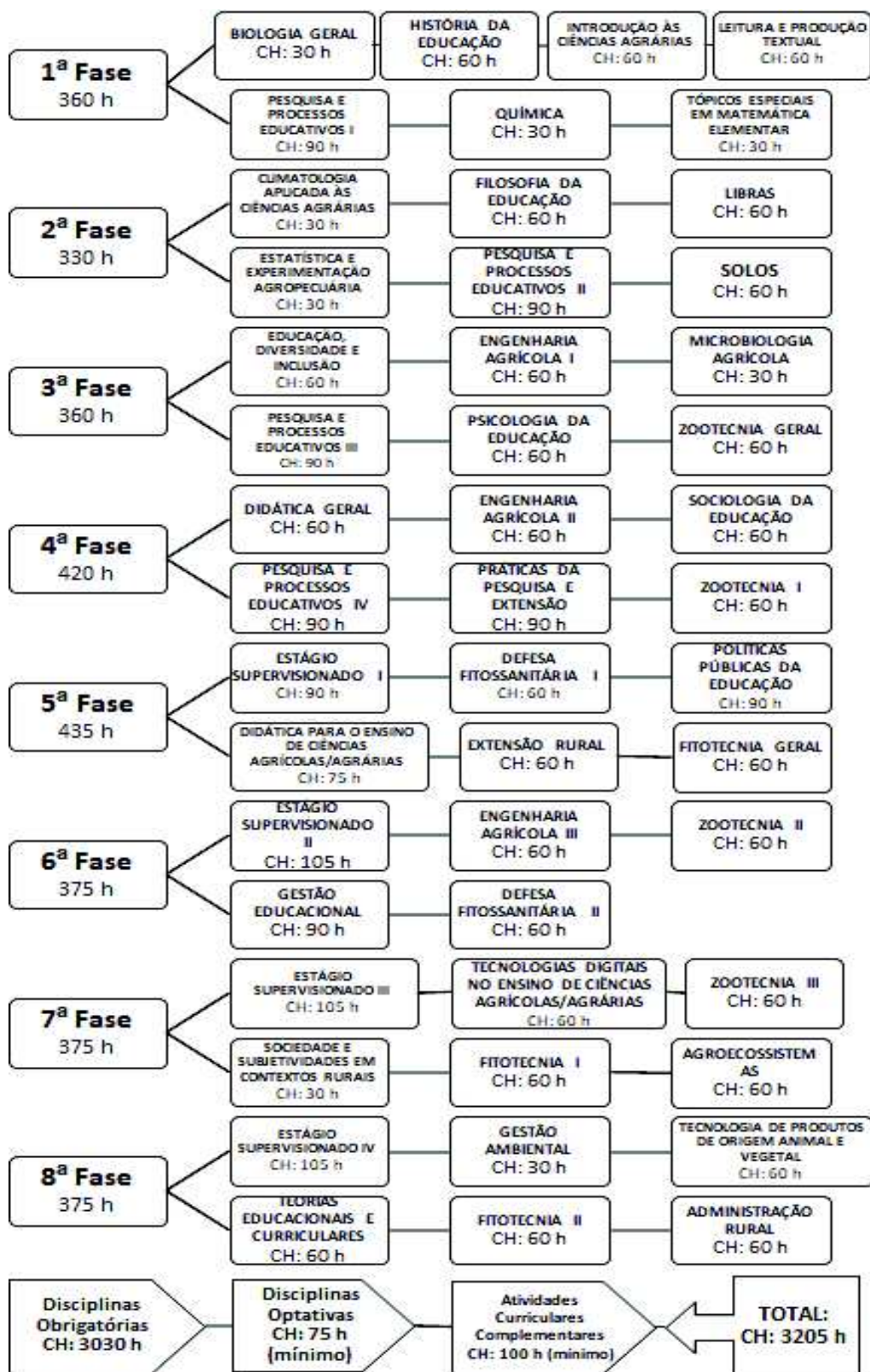
**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

### 7.1 Ações de Extensão

Quanto à extensão, destaca-se a implementação de políticas de fomento a atividades que permitam a integração da instituição de ensino superior à comunidade. Neste sentido, tais iniciativas podem incluir consultorias por parte de professores e acadêmicos, parcerias entre a instituição de ensino superior e as empresas e desenvolvimento de projetos relacionados ao curso de Licenciatura em Ciências Agrárias. Além dessas iniciativas, a extensão pode ser vislumbrada dentro do item “Curricularização da Extensão e da Pesquisa” a seguir.

### 7.2 Curricularização da Extensão e da Pesquisa

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.

No Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, as atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas da seguinte forma:

I - Como disciplina(s) específica(s) do curso:

Componente Curricular	Curricularização de pesquisa e extensão	
	CH	Percentual
PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO	90 h	2,8%

II - Como parte da carga horária de disciplina(s):



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Componente Curricular	CH de curricularização		
	Pesquisa	Extensão	Pesquisa e Extensão
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	0	0	60
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	0	0	60
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	0	0	60
PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV	0	0	60
ZOOTECNIA I	0	4	0
DEFESA FITOSSANITÁRIA I	6	6	0
DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	4	4	0
EXTENSÃO RURAL	8	8	0
DEFESA FITOSSANITÁRIA II	6	6	0
<b>Total</b>	24	28	240

Nas atividades de curricularização da pesquisa e extensão, estão previstas atividades em que a curricularização da pesquisa e extensão ocorrerão de maneira integrada, sendo que estas ocorrerão nas disciplinas de PPE I a IV e PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO. Durante o primeiro semestre, na disciplina de PPE I, os acadêmicos elaborarão um projeto de pesquisa e extensão envolvendo a comunidade externa ao campus, como por exemplo, pesquisas a serem executadas em hortas escolares ou comunitárias. A fase de execução ocorrerá nas disciplinas de PPE II a IV, sendo que na disciplina de PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO, os acadêmicos irão planejar um evento/momento de socialização das informações e experiências obtidas ao longo do projeto.

Nas demais disciplinas, a curricularização da pesquisa ocorrerá por meio de elaboração/execução de projetos de pesquisa e/ou revisões na literatura sobre temas de interesse ao curso. A curricularização da Extensão, ocorrerá por meio de visitas à propriedade, a oferta de atividade de capacitação direcionada ao público externo, dias de campo, entre outros, a ser definido no plano de ensino da disciplina.

Na tabela a seguir pode ser visualizado um resumo da carga horária de curricularização da





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

pesquisa e/ou extensão no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

<b>Curricularização</b>	<b>Carga horária (horas)</b>	<b>Percentual do curso (%)</b>
Pesquisa	24	0,73
Extensão	28	0,85
Pesquisa e Extensão	330	10,06
<b>Total de Pesquisa</b>	<b>354</b>	<b>10,79</b>
<b>Total de Extensão</b>	<b>368</b>	<b>11,21</b>

Dessa forma, serão desenvolvidas 354 h (10,79% da carga horária total do curso) para curricularização da pesquisa e 368 h (11,21% da carga horária total do curso) para curricularização da extensão no Curso de Ciências Agrícolas - Campus Araquari, em atendimento a Resolução do CNE 07/2018 e Resolução do Consuper IFC 13/2022. A regulamentação das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão serão definidas e aprovadas pelo Colegiado de Curso, em Regulamento Específico.

### **7.3 Linhas de Pesquisa**

No que diz respeito à pesquisa, a instituição e o corpo docente pretendem investir no desenvolvimento de grupos de pesquisa na área da educação, com vistas ao enriquecimento curricular da graduação e promoção de oportunidades de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) na área de Licenciaturas. A criação de cursos de pós-graduação na área, também cumprirá o objetivo de formação específica de docentes.

As atividades de iniciação à pesquisa podem ser exercidas tanto voluntariamente, quanto mediante à concessão de bolsas de Iniciação Científica providas por órgãos financiadores. As atividades destinam-se a estudantes de cursos de graduação que se proponham a participar, individualmente ou em equipe, de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado, que se responsabiliza pela elaboração e implementação de um plano de trabalho a ser executado com a colaboração do candidato por ele indicado.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

No IF Catarinense há a possibilidade de obter bolsas de Iniciação científica e de extensão, conforme resoluções IFC/CONSUPER N° 005/2010 e IFC/CONSUPER N° 070/2013.

#### **7.4 Atividades Curriculares Complementares**

De acordo com o artigo 123 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper, as atividades complementares são obrigatórias nos cursos de graduação. De forma a proporcionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, é obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam ensino, extensão, pesquisa e inovação.

No curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, os estudantes deverão, ao longo do curso, realizar no mínimo 100 horas de atividades complementares.

#### **Descrição das Atividades Curriculares Complementares**

(Anexo III da Resolução 010/2021 do IFC)

##### **I - Ensino**

<b>Item</b>	<b>Atividades</b>	<b>Critério</b>	<b>Horas</b>
1	Disciplinas cursadas com aprovação não previstas na estrutura curricular do curso		carga horária comprovada
2	Semana acadêmica dos cursos, quando registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
3	Participação em atividades de monitoria ou projetos e programas de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
4	Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do IFC, quando não obrigatória.		carga horária comprovada
5	Visita Técnica, associada a projetos de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
6	Participação em cursos/minicursos relacionados à área afim do curso e de língua		carga horária comprovada



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	estrangeira.		
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de ensino com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
8	Apresentação de trabalhos em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	cada apresentação	15h
9	Avaliação de projetos e trabalhos de ensino	cada avaliação	5h

## II – Extensão

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em programas ou projetos de extensão		carga horária comprovada
2	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de extensão com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
3	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de extensão.	cada apresentação	15h
4	Visita Técnica, associada a atividade de extensão, quando não registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
5	Participação em ações sociais, cívicas e comunitárias.	cada participação	até 5h
6	Estágio não- obrigatório na área do curso formalizado pelo IFC.		carga horária comprovada
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	cada mês	até 5h
8	Avaliação de projetos e trabalhos de extensão.	cada avaliação	5h

## III – Pesquisa e Inovação

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Autoria e co-autoria em artigo publicado em periódico com <i>qualis</i> na área afim.	cada artigo	60h
2	Livro na área afim.	cada obra	90h
3	Capítulo de livro na área afim.	cada capítulo	60h



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

4	Publicação em anais de evento científico e artigo publicado em periódico sem <i>qualis</i> na área afim.	cada trabalho	15h
5	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de pesquisa e inovação.	cada trabalho	15h
6	Participação em projeto ou programa de pesquisa e inovação.		carga horária comprovada
7	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico.	cada evento	15h
8	Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	cada projeto	60h
9	Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias.		carga horária comprovada (caso o comprovante não especifique a carga horária, será considerado 1,0 h)
10	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de pesquisa com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
11	Visita Técnica associada a atividade de pesquisa e inovação, quando não registrada na carta horária da disciplina.		carga horária comprovada
12	Participação em cursos de qualificação na área de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.		carga horária comprovada
13	Avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa e inovação.	cada avaliação	5h

#### IV – Outras Atividades

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em órgão, conselho, comissão, colegiado e atividades de representação estudantil.		carga horária comprovada
2	Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

### **7.5 Atividades de Monitoria**

Inicialmente, os docentes interessados devem encaminhar os projetos de monitoria quando houver editais abertos. Se aprovados, os acadêmicos que atenderem as normativas vigentes poderão se inscrever para as vagas de monitoria conforme processo de seleção previsto no projeto.

### **7.6 Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE) é considerado como o trabalho de conclusão de curso, elaborado na última fase do programa de estágio supervisionado. Os Relatório de Estágio de Observação, o Projeto de Estágio de Intervenção Ensino-aprendizagem e o Relatório de Estágio em Docência e Relatório de Análise Crítica que foram elaborados durante os Estágios Supervisionados I, II, III e IV, respectivamente, serão convertidos em capítulos dentro do TCE.

Na produção do TCE, o acadêmico refletirá de forma crítica sobre a própria prática docente, pautada em referenciais teóricos que deverão ocorrer objetivando um processo construtivo de sua identidade docente, com entendimento sócio-histórico dos contextos por ele vivenciados.

O TCE será avaliado pelo professor responsável pela disciplina, juntamente com uma banca de professores do curso de Ciências Agrícolas. Posteriormente o trabalho será apresentado em forma de seminário, socializando assim os saberes constituídos.

O detalhamento do trabalho de conclusão do estágio está definido no regulamento disponível em ANEXO I.

### **7.7 Estágio Curricular Supervisionado**

O curso de Ciências Agrícolas do Instituto Federal Catarinense Campus Araquari, seguindo as diretrizes curriculares para a formação de docentes para a educação básica, estabelecida pelo MEC, determina que todo acadêmico que ingressa em um curso de licenciatura terá de realizar os estágios supervisionados, sendo esse um componente obrigatório para a aprovação e conclusão do curso.

Nesse sentido, é de fundamental importância entender o estágio como componente integrante do currículo e não como atividade extracurricular realizada para cumprimento de uma carga horária encaminhada de forma isolada e descontextualizada do curso. Dessa forma, constituir-se como um



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

espaço e tempo de aprendizagem extremamente importante para o processo formativo dos licenciados em Ciências Agrícolas/Agrárias e que conjuntamente com as demais disciplinas do curso de formação, torna-se responsável em contribuir com o fazer profissional do futuro professor.

Por meio dos estágios é possível consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e estabelecer relação entre teoria e prática. Sendo assim, o estágio supervisionado se torna um componente curricular que proporciona ao acadêmico a reflexão contextualizada, dando condições para que se torne autor de sua própria prática profissional.

A disciplina de Estágio Curricular terá uma dimensão teórico-prática, contemplando leituras, produções textuais, relatórios, observações dos campos de estágio, produção e aplicação de projetos, produção do Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE) de curso a partir do estágio, e outros. Em todos os estágios o acadêmico deverá organizar e produzir a documentação e relatórios pertinentes a cada etapa vivenciada.

#### 7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O estágio obrigatório está baseado na Lei No 11.788/2008 de 25/09/2008 e regido pelo Regimento Geral dos Estágios Curriculares de Cursos de Graduação e Técnicos, do Instituto Federal Catarinense.

O estágio dar-se-á de modo gradativo, para que o acadêmico possa realizar reflexões acerca da atuação do licenciado em Ciências Agrícolas /Agrárias, correlacionando a fundamentação teórica obtida nas demais disciplinas da matriz Curricular do curso. Nesse sentido, o estágio curricular do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas /Agrárias será realizado em 04 (quatro) etapas:

**1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I – 30h+60h** – será destinado aos estudos e observação da realidade educacional, contextualização e discussão sobre planejamento educacional, curricular e ensino nas distintas organizações promotoras de ensino. Também serão abordados o conhecimento da organização administrativa e pedagógica das instituições escolares da educação básica (educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), podendo abranger as esferas: municipal, estadual ou federal e também, em diversos contextos e situações: públicas, privadas, de centro e de periferias. A realização do estágio deverá resultar na: a)



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

produção da documentação referente à realização do estágio supervisionado, a partir da fundamentação teórica discutida na disciplina; b) produção do relatório de estágio da fase de observação a partir da fundamentação teórica estudada nas aulas de estágio supervisionado; c) seminário de socialização sobre os saberes pedagógicos e experienciais construídos durante o estágio.

**2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II – 30h+75h** – será destinado à produção de um projeto de estágio, permeado pela pesquisa. O desenvolvimento deste projeto de pesquisa no estágio envolverá o conhecimento apreendido nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso de Ciências Agrícolas/Agrárias. Nesse sentido, deverá ser desenvolvido a partir de eixos temáticos que envolvam a atuação do Licenciado em Ciências Agrícolas/Agrárias em consonância às suas atribuições profissionais. Ao final da disciplina o acadêmico deverá apresentar o seu projeto de pesquisa de estágio sendo aprovado pelos professores do curso, e também, pela equipe pedagógica da escola de educação básica, campo de estágio. Haverá seminário de socialização sobre os projetos de estágio construídos, possibilitando assim a partilha de saberes entre os acadêmicos.

**3ª. Etapa: Estágio Supervisionado III – 30h+75h** – o projeto de estágio, desenvolvido na disciplina de Estágio II, será aplicado nas instituições escolares, campo de estágio. Após a aplicação do projeto de estágio haverá: a) produção da documentação referente à realização do estágio supervisionado, a partir da fundamentação teórica discutida na disciplina; b) produção do relatório de estágio a partir da fundamentação teórica estudada nas aulas de estágio supervisionado; c) seminário de socialização sobre as experiências e saberes vivenciados durante a aplicação do projeto de estágio;

O campo de estágio para a aplicação do projeto compreenderá:

- Escolas públicas: municipais, estaduais, federais e particulares;
- Curso técnico de Agropecuária do IF Catarinense Campus Araquari;
- Fazenda Escola, especificamente durante as visitas realizadas pelas escolas da região para conhecimento do campus.
- Instituições públicas e privadas que realizam atividades de Extensão Rural;



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

- Instituições públicas e privadas de aprendizagem rural;

**4ª. Etapa: Estágio Supervisionado IV – 30h+75h** – o acadêmico deverá produzir, a partir do projeto de pesquisa do estágio, o Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE) do curso. O TCE consiste na produção de relatório de experiências vivenciadas nos Estágios Supervisionados I, II e III e será avaliado pelo professor responsável pela disciplina, juntamente com uma banca de professores do curso de Ciências Agrárias. Posteriormente o trabalho será apresentado em sala em forma de seminário, aberto ao público, socializando assim os saberes constituídos.

O Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas está disponível em ANEXO II.

#### 7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório

O Estágio não obrigatório é aquele realizado como atividade opcional para enriquecer a formação profissional do acadêmico (§ 2º do Art. 2º da Lei 11.788/2008). Este deverá ser realizado em áreas correlatas a sua formação.

Somente será permitida a realização de estágio NÃO OBRIGATÓRIO enquanto o acadêmico estiver cursando componente (s) regular(es) do curso em que estiver matriculado.





## 8 AVALIAÇÃO

### 8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O papel do professor na avaliação escolar deve ser o de um agente facilitador, tendo como princípios básicos a percepção que os acertos, os erros, as dificuldades, as dúvidas e o contexto social e econômico que os alunos apresentam, são evidências significativas de como ele interage com a apropriação do conhecimento.

A verificação do rendimento acadêmico será feita através de testes, provas, trabalhos e outros meios que permitam avaliar o progresso do aluno e o esforço dispensado no processo de aprendizagem e o rendimento verificado nas atividades de cada disciplina, área de estudo ou atividade, dará origem à nota. As notas atribuídas para o rendimento acadêmico variarão de zero (0,0) a dez (10,0), podendo ser fracionada até décimos. Durante o semestre letivo, cada aluno receberá no mínimo 2 (duas) Notas Parciais (NP) resultantes das avaliações e trabalhos acadêmicos atribuídos pelo professor, sendo que, para ser aprovado em uma disciplina, o estudante deverá atingir média semestral maior ou igual a 6,0 (seis inteiros).

O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem. No Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, a reavaliação da aprendizagem será realizada ao final de cada semestre, sendo que os instrumentos avaliativos serão informados pelo professor no plano de ensino da disciplina e, caso o resultado obtido na reavaliação seja maior, substituirá a nota reavaliada.

Além da média semestral maior ou igual a 6,0 (seis inteiros), o estudante precisará de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) para ser aprovado na disciplina.

**Art. 199** - A avaliação da aprendizagem acadêmica é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso, expressos no rendimento acadêmico e assiduidade.

**Art. 200** A aprovação está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico mínimo exigido na avaliação da aprendizagem e na assiduidade.

**Art. 201** Cabe cumulativamente ao docente, coordenação de curso, Colegiado de Curso



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

e/ou Conselho de Classe a análise dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo, bem como dos prováveis motivos que originaram tais resultados, a fim de repensarem a metodologia, a prática pedagógica, as estratégias de ensino e o acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes.

**Art. 202** Entende-se por rendimento acadêmico o resultado da participação do estudante nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular. Parágrafo único. Os registros do rendimento acadêmico são realizados pelo docente individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

**Art. 203** - As avaliações da aprendizagem, considerando as finalidades das avaliações, quais sejam diagnosticar o rendimento da aprendizagem bem como propor formas de sanar o rendimento inferior à média, devem verificar o desenvolvimento dos conhecimentos e versar sobre os objetivos e conteúdos propostos no programa do componente curricular.

**Art. 204** - Para o processo avaliativo, devem ser utilizados instrumentos diversificados pelo docente, que deve considerar a sistemática de avaliação definida no PPC, de acordo com a natureza do componente curricular e especificidades da turma.

**Art. 205** - O docente deve, no ato da devolução do instrumento de avaliação ao estudante, discutidos os resultados obtidos em cada procedimento e instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados. Parágrafo único. O docente deve devolver o instrumento de avaliação ao estudante no prazo de até 20 (vinte) dias letivos após a realização da avaliação.

**Art. 206** - O rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

**Art. 209** - O rendimento acadêmico de cada ciclo avaliativo é calculado a partir dos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas no ciclo, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular, de acordo com o PPC.

Parágrafo único. O número das avaliações da aprendizagem aplicadas em cada ciclo pode variar, de acordo com as especificidades do componente curricular e o plano de ensino, devendo ser no mínimo duas avaliações.

**Art. 210** - Nos cursos subsequentes, concomitantes e de graduação o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem, sendo ao longo do processo ou no exame final.

**Art. 211** A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.

**Art. 212** O registro da nota da reavaliação da aprendizagem podem ocorrer:

I - após cada avaliação; ou

II - ao final de cada ciclo.

§ 1º A reavaliação da aprendizagem no curso Técnico Integrado ocorrerá na forma de recuperação paralela.

§ 2º O resultado obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada.

§ 3º Cada estrutura curricular de curso deve adotar somente uma forma de reavaliação, devendo estar expressa nos PPC's.

**Art. 214** O estudante com falta sem justificativa no dia da realização da avaliação, não tem direito à reavaliação, quando:

I - não realizou a atividade avaliativa, quando a reavaliação ocorrer após cada avaliação;

II - não realizou nenhuma das atividades avaliativas, quando a reavaliação ocorrer ao final de cada unidade.

**Art. 215** É obrigatória a divulgação do rendimento acadêmico do ciclo conforme Calendário Acadêmico.

§ 1º A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita por meio do sistema oficial de registro e controle acadêmico, sem prejuízo da possibilidade de utilização



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

de outros meios adicionais.

§ 2º No ato da divulgação do rendimento acadêmico de uma unidade, o docente já deve ter registrado no sistema oficial de registro e controle acadêmico a frequência do estudante naquela unidade.

§ 3º O rendimento acadêmico só é considerado devidamente divulgado quando atendidos os requisitos do *caput* e dos parágrafos 1º e 2º.

**Art. 216** É permitido ao estudante, mediante requerimento fundamentado, solicitar revisão de rendimento acadêmico obtido em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem, inclusive recursos quanto às reavaliações.

§ 1º A revisão de rendimento acadêmico é requerida à Coordenação de Curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da entrega do instrumento avaliativo.

§ 2º A revisão de rendimento acadêmico é realizada por uma comissão formada por 3 (três) servidores (1 membro da equipe pedagógica designada pela DEPE e dois docentes, sendo, no mínimo, um deles da área do conhecimento), indicados pela Coordenação de Curso, sendo vedada a participação dos docentes que corrigiram a avaliação em questão.

§ 3º O resultado da revisão de rendimento acadêmico deve ser comunicado ao docente do componente curricular e ao estudante e encaminhado à coordenação do curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após publicação do resultado, em relato sumário.

§ 4º Não cabe recurso da decisão da comissão de revisão do rendimento acadêmico.

**Art. 217** -Em cada componente curricular, a média parcial é calculada pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos em cada unidade.

Parágrafo único. A média parcial é divulgada simultaneamente com a divulgação do resultado do rendimento acadêmico da última unidade.

**Art. 218** - É considerado aprovado o estudante que atender os seguintes critérios:

**II** - ter média parcial igual ou superior a 6,0 (seis), nos cursos que não possuem exame final.

**Art. 220** O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado.

**Art. 221** Nos cursos EJA-EPT, Subsequente, Concomitante, Graduação e Pós-graduação o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

**Art. 222** Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação.

§ 1º O pedido de nova avaliação deve ser protocolado na CRACI no prazo de 3 (três) dias úteis após o fim do impedimento;

§ 2º Cabe a CRACI analisar e dar parecer do pedido de nova avaliação e, caso deferido o pedido, encaminhar ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação.

§ 3º O pedido de nova avaliação deve conter a justificativa e os documentos comprobatórios da ausência.

§ 4º São considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação.

§ 5º Casos não contemplados no §4º devem ser encaminhados ao colegiado de curso para análise e deliberação.

O acadêmico pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina, haja disponibilidade de tempo livre dos docentes e discentes. Para isso, o docente da disciplina concentrada deve encaminhar o plano de ensino para ser avaliado e aprovado pelo NDE e Colegiado de curso.

## **8.2 Sistema de Avaliação do Curso**

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069/2014 do Consuper/IFC.

A avaliação do curso é realizada, integrando três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: autoavaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): visitas in loco de comissões externas e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada Câmpus.

No Campus Araquari, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil.

O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliações in loco do curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

autoavaliação institucional, através da CPA do IFC.

Conforme a Organização Didática do IFC, o NDE do Curso deverá acompanhar, junto a coordenação do curso e CPA/CLA os processos de avaliação interna e externa, de forma de contribuir com ações de desenvolvimento do curso.

Sendo assim, o Núcleo Docente Estruturante Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, a partir dos resultados das avaliações realizadas, se reunirá para discutir e sugerir ações de melhoria.

### **8.3 Aproveitamento de Estudos**

O aproveitamento de estudos está regulamentado na Organização Didática do IFC. O aproveitamento de estudos, permite que estudos realizados pelo estudante, em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC possam ser passíveis de serem aproveitados. Para tanto, os cursos devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados, para que seja possível o aproveitamento. Para solicitar o aproveitamento, o requerimento deverá ser protocolado, pelo estudante, na secretaria acadêmica do campus, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico do campus, com os documentos solicitados de acordo com a Organização Didática do IFC.

O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

### **8.4 Avaliação de Extraordinário Saber**

A Avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade do estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC de Licenciatura em Ciências Agrícolas, de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

### **8.5 Expedição de Diploma**

O título de Licenciado em Ciências Agrárias será concedido ao acadêmico, após ter cumprido todos os créditos necessários e sido aprovado nas disciplinas, bem como no estágio curricular obrigatório, além de ter comprovado as horas de atividades complementares necessárias, conforme resoluções pertinentes.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

---

## 9 EMENTÁRIO

### 9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

#### 1º SEMESTRE

Disciplina	BIOLOGIA GERAL	Carga Horária	30 h
Ementa	Noções básicas sobre origem, evolução e classificação dos seres vivos; Introdução a biologia celular; Noções básicas sobre morfologia e fisiologia celular, com foco nos avanços tecnológicos e aplicação econômica, social e ambiental da biologia celular e molecular.		
Objetivos	Contribuir com a formação dos acadêmicos acerca dos conhecimentos básicos de origem e evolução da vida, da química, estrutura e funcionamento celular.		
Metodologia	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.		
Critérios e Formas de avaliação	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
Bibliografia Básica	LOPES, S.; ROSSO, S. <b>Bio</b> : volume único. 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2013  DE ROBERTIS, E.; HIB, J. <b>Bases da Biologia Celular e Molecular</b> . 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2006.  RAVEN, P. et al. <b>Biologia vegetal</b> . 7 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2010.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ALBERTS, B. et al. <b>Biologia molecular da célula</b>. 5 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010.</p> <p>AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. <b>Biologia: biologia das células</b>. Vol. 1, 2ª edição, São Paulo: Ed. Moderna, 2004.</p> <p>BEGON, M., et all. <b>Ecologia de indivíduos e ecossistemas</b>. 4º edição, Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>COOPER, G. M.; HAUSMANN, R. E. <b>A célula: uma abordagem molecular</b>. 4ª edição, Porto Alegre: Ed. ArtMed. 2007.</p> <p>JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. <b>Histologia Básica</b>. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>ODUM, E. P. <b>Ecologia</b>. 1ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988.</p>
----------------------------------	--

<b>Disciplina</b>	<b>CIÊNCIAS I</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30 h</b>
<b>Ementa</b>	Ensino de ciências na educação básica. Célula como unidade da vida; Interação entre os sistemas locomotor e nervoso; Lentes corretivas; Diversidade de ecossistemas; Fenômenos naturais e impactos ambientais; Programas e indicadores de saúde pública; Mecanismos reprodutivos; Sexualidade; Hereditariedade; Ideias evolucionistas; Preservação da biodiversidade.		
<b>Objetivos</b>	A disciplina pretende abordar temas da área de Vida e Evolução das disciplinas de Ciências dos anos finais do ensino fundamental, especialmente, proporcionar aos discentes capacidade adequada à docência deste público.		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>CAMPOS, Maria Cristina da Cunha; NIGRO, Rogério G. <b>Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação</b>. São Paulo: FTD, 1999. 190 p. (Conteúdo e metodologia). ISBN 8532242464.</p> <p>LOPES, S.; ROSSO, S. <b>Bio: volume único</b>. 3º edição, São Paulo: Saraiva, 2013</p> <p>ODUM, E. P. <b>Ecologia</b>. 1ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988.</p>		





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BEGON, M., et all. <b>Ecologia de indivíduos e ecossistemas</b>. 4º edição , Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>COOPER, G. M.; HAUSMANN, R. E. <b>A célula: uma abordagem molecular</b>. 4ª edição, Porto Alegre: Ed. ArtMed. 2007.</p> <p>DE ROBERTIS, E.; HIB, J. <b>Bases da Biologia Celular e Molecular</b>. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. <b>Histologia Básica</b>. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>TRIVELATO, Sílvia; SILVA, Rosana Louro Ferreira. <b>Ensino de ciências</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 135 p. (Coleção Ideias em Ação). ISBN 9788522110933.</p>
----------------------------------	--

<b>Disciplina</b>	<b>QUÍMICA</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30 h</b>
<b>Ementa</b>	Propriedade das substâncias. Reações Químicas. Estrutura atômica. Tabela Periódica. Ligações químicas. Interações intermoleculares. Funções Inorgânicas e Orgânicas.		
<b>Objetivos</b>	Introduzir conhecimentos básicos de Química para que o aluno possa reconhecer a importância desta ciência no universo moderno e para sua atuação profissional.		
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.		
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>ATKINS, P. W.; JONES, L. <b>Princípios de Química</b> – Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>SOLOMONS, T. W. G.; FRHYLE, C. B. <b>Química Orgânica</b>. 9ª Ed., v. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p>		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	<p>KOTZ, J. C.; TREICHEL Jr, P. <b>Química geral e reações químicas</b>. 5. ed., v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Thompson, 2005.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BARBOSA, L. C. A. <b>Introdução de Química Orgânica</b>. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>BRADY, J. E., HUMISTON, G. E. <b>Química Geral</b>. Vols. 1 e 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.</p> <p>BROWN, T. L.; LEMEY Jr., H. E.; BURTEN, B. E.; BURDGE, J. R. <b>Química: a ciência central</b>. 9ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>GRAY, T. <b>Os elementos</b> – Uma exploração visual dos átomos conhecidos no universo. São Paulo: Blucher, 2011.</p> <p>RUSSEL, J. B. <b>Química Geral</b>. 2. ed., v. 1 e 2., São Paulo: Makron Books, 1994.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena e quilombola.		
<b>Objetivos</b>	Levar o acadêmico a compreender a complexidade da transformação humana e a refletir acerca do que somos, do que pensamos, de como agimos enquanto agentes de uma cultura produzida historicamente em movimentos de permanências e rupturas, conservação e transformação. Promover o entendimento da educação, bem como de seu processo histórico, iniciando na antiguidade até a atualidade, considerando os diversos fatores (sociais, culturais, políticos e econômicos) que orientaram o processo educacional; Favorecer o pensamento crítico sobre as relações de poder e os modos de produção da vida em sociedade em distintos tempos históricos e suas consequências para a		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	educação; Proporcionar a reflexão sobre a relevância de se estudar a história da educação para a percepção da condição da educação brasileira na atualidade; Conhecer e analisar a História da educação de Santa Catarina em distintos contextos históricos.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>SAVIANI, D. <b>História das ideias pedagógicas no Brasil</b>. Campinas: Autores Associados, 2013. ISBN 9788574962009</p> <p>MANACORDA, M. A. <b>História da Educação</b>: da antiguidade aos nossos dias. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>CUNHA, Maria Teresa Santos. <b>A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES (1980-2000)</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao_Historia_e_Filosofia/Mesa_Redonda/10_30_21_m79-248.pdf">http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao_Historia_e_Filosofia/Mesa_Redonda/10_30_21_m79-248.pdf</a>&gt;</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BRANDÃO, Z. (org). <b>A Crise dos paradigmas e a educação</b>. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v.35).</p> <p>LOPES, E. M. <b>500 anos de educação no Brasil</b>. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>ARROYO, M. G. <b>Da escola carente à escola possível</b>. 6ª ed. São paulo: Loyola, 2003.</p> <p>SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). <b>História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual</b>. 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.</p> <p>SCHEIBE, L.; VALLE, I. R. <b>A formação dos professores no Brasil e em Santa Catarina</b>: do normalista ao diplomado na educação superior. Disponível em:&lt;<a href="http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-16.pdf">http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-16.pdf</a>&gt;</p>

<b>Disciplina</b>	<b>INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
-------------------	--	----------------------	-------------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	Estrutura do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias nas áreas básica, pedagógica e técnica. IFC: conceito, estrutura e articulação com a sociedade. História da agricultura. Agricultura, ciência, desenvolvimento e meio ambiente. Noções sobre a realidade das agriculturas mundial, brasileira e catarinense. Estatuto da Terra. O Licenciado em Ciências Agrárias: perfil e atribuição profissional; áreas de atuação e mercado de trabalho; a relação docente e a atribuição dos profissionais da área técnica agrícola; legislação profissional. Ética profissional. Papel do profissional licenciado em Ciências Agrárias no ensino, na pesquisa e na extensão.
<b>Objetivos</b>	Proporcionar ao educando conhecimentos que os possibilitem a inter-relacionar a sua formação técnica-pedagógica ao exercício da profissão do Licenciado em Ciências Agrárias, em seu campo de atuação, no setor público, privado e em organizações sociais nas diversas áreas da formação e em extensão rural, pesquisa e ensino, com a sociedade e com o meio ambiente. Proporcionar ao aluno conhecer princípios gerais de ética profissional e legislação acerca de sua formação e atuação profissional nos distintos espaços de trabalho. Desenvolver senso crítico profissional para exercício pleno de suas atribuições frente aos desafios socioeducacionais contemporâneos.
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.
<b>Critérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>FREIRE, P. <b>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</b>. 43ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GLIESSMAN, S. <b>Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável</b>. -2.ed.- Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2001.</p> <p>SAVIANI, D. <b>Educação Brasileira: estrutura e sistema</b>. 11ª Ed.</p>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	Campinas: Autores Associados, 2012.
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>Projeto Pedagógico do Curso (PPC); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IF Catarinense. <b>Disponível em <a href="http://www.ifc.edu.br">www.ifc.edu.br</a></b></p> <p>Lei 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. <b>Disponível em <a href="http://www.mec.gov.br">www.mec.gov.br</a></b>[GTK1]</p> <p>BARRETTO, N. R.; CHAVES, P. H. <b>Agropecuária: atividade de alto risco</b>. 2. ed. São Paulo, SP: AP Artpress, 2009.</p> <p>EHLERS, E. <b>Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma</b>. -2.ed. (rev. e at.)- Guaíba : Agropecuária, 1999.</p> <p>SILVA, J. G. da.; LIMA, R. K. de; SILVA, P. C. da. <b>Agricultura geral: modulo 1</b>. Rio de Janeiro (RJ): Jose Olympio, 1973.</p>

<b>Disciplina</b>	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.		
<b>Objetivos</b>	A disciplina pretende aprofundar as habilidades de leitura e compreensão textual e, especialmente, proporcionar, aos discentes, plena capacidade de expressão oral e escrita adequadas à docência, à vida em sociedade e às práticas acadêmicas.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. <b>Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores</b> . 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.  FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b> . 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.  MARTINS, D. S. <b>Português Instrumental</b> . Porto Alegre: Atlas, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>	DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2009. Porto Alegre: Porto Editora, 2009.  MACHADO, A. R. (coord.). <b>Resumo, v. 1. e Resenha, v. 2</b> . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.  MEDEIROS, J. B. <b>Português Instrumental</b> . 7. ed. São Paulo: Altas, 2008.  MESQUITA, R. M. <b>Gramática da Língua Portuguesa</b> . São Paulo: Saraiva, 1999.  MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). <b>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras</b> . v. 2. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

<b>Disciplina</b>	TÓPICOS ESPECIAIS EM	<b>Carga Horária</b>	30 h
-------------------	----------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	MATEMÁTICA ELEMENTAR		
<b>Ementa</b>	Conjuntos dos números reais; Axiomas e Operações no conjunto dos números reais; Propriedades para operações no conjunto dos números reais. Aplicações em: Cálculo de Área e Volume; Unidades de Medida; Razões Trigonométricas.		
<b>Objetivos</b>	Desenvolver a capacidade de raciocínio matemático para operações elementares; verificar a aplicação prática dos conteúdos estudados na ementa; apresentar algumas técnicas de ensino de matemática elementar visando a formação de professores.		
<b>Bibliografia Básica</b>	ANTAR NETO, A. et al. <b>Matemática Básica</b> . São Paulo: Atual, 1984.  IEZZI, G.; MURAKAMI, C. <b>Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos e Funções</b> . 9a. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2013. ISBN 8535704558  IEZZI, G.; MURAKAMI, C. <b>Fundamentos da Matemática Elementar: Trigonometria</b> . 9a. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	GIOVANNI J. R; BONJORNO, J. R. <b>Matemática completa</b> . São Paulo: FTD, 2002.  LEONARDO, Fabio Martins (Editor Responsável). <b>Conexão com a Matemática</b> . Vol. 1. São Paulo: Moderna, 2013.  IEZZI, G.; MURAKAMI, C. <b>Fundamentos da Matemática Elementar: Logaritmos</b> . 9a. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.  IEZZI, G.; MURAKAMI, C. <b>Fundamentos da Matemática Elementar: Geometria Analítica</b> . 9a. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.  IEZZI, G.; MURAKAMI, C. <b>Fundamentos da Matemática Elementar: Complexos, Polinômios e Equações</b> . 9a. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.		

<b>Disciplina</b>	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	<b>Carga Horária</b>	90 h
-------------------	-----------------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	Metodologia da pesquisa. Tipos de Conhecimento. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Epistemologia da pesquisa em educação. Iniciação à pesquisa em educação. Abordagens qualitativas e quantitativas. Prática de pesquisa e a realidade educativa. Identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional/escolar do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias.
<b>Objetivos</b>	Oportunizar ao acadêmico o estudo do aspecto epistemológico da pesquisa, bem como a compreensão sobre fundamentos teóricos sobre os tipos de conhecimentos e métodos científicos. Capacitar os alunos envolvidos para a identificação de temas relevantes para as ciências agrárias e a educação, que necessitam de organização, discussão e aprimoramentos. Realizar a iniciação à pesquisa científica em educação.
<b>Bibliografia Básica</b>	LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <b>Metodologia científica</b> . São Paulo: Atlas, 2007.  SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b> . Edição Revisada e Atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.  PÁDUA, E. M. M. <b>Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática</b> . 17ª Ed. Campinas, Papirus, 2012.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. J. <b>Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica</b> . 2ª ed. São Paulo: MAKRON, 2000.  LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <b>Fundamentos da metodologia científica</b> . São Paulo: Atlas, 1991.  DEMO, P. <b>Introdução à metodologia científica</b> . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.  CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. <b>Metodologia científica</b> . 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.  RUIZ, J. Á. <b>Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos</b> . 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

**2º SEMESTRE**





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Disciplina</b>	<b>CIÊNCIAS II</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>45 h</b>
<b>Ementa</b>	Ensino de ciências na educação básica. Misturas homogêneas e heterogêneas; Separação de materiais; Materiais sintéticos; Transformações químicas; Máquinas simples; Formas de propagação do calor; Equilíbrio termodinâmico e vida na Terra; História dos combustíveis e das máquinas térmicas; Fontes e tipos de energia; Transformação de energia; Cálculo de consumo de energia elétrica; Circuitos elétricos; Uso consciente de energia elétrica; Aspectos quantitativos das transformações químicas; Estrutura da matéria; Radiações e suas aplicações na saúde. Forma, estrutura e movimentos da Terra; Composição do ar; Efeito estufa; Camada de ozônio; Fenômenos naturais (vulcões, terremotos e tsunamis); Placas tectônicas e deriva continental; Sistema Sol, Terra e Lua; Clima; Composição, estrutura e localização do Sistema Solar no Universo; Astronomia e cultura; Vida humana fora da Terra; Ordem de grandeza astronômica; Evolução estelar.		
<b>Objetivos</b>	A disciplina pretende abordar temas da área de Matéria, Energia, Terra e Universo das disciplinas de Ciências dos anos finais do ensino fundamental, especialmente, proporcionar aos discentes capacidade adequada à docência deste público.		
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.		
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
<b>Bibliografia Básica</b>	ATKINS, P. W.; JONES, L. <b>Princípios de Química</b> – Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman,		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	<p>2006.</p> <p>HEWITT, P. G. <b>Física Conceitual</b>. 11ª Ed.: Bookman, 2011.</p> <p>POZO, Juan Ignacio; GÓMEZ CRESPO, Miguel Ángel. <b>A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico</b>. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p. ISBN 9788536319889 (broch.).</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. <b>Fundamentos de Física</b> V. 1 – Mecânica 8ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>KOTZ, J. C.; TREICHEL Jr, P. <b>Química geral e reações químicas</b>. 5. ed., v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Thompson, 2005.</p> <p>NUSSENZVEIG, H. M. <b>Física Básica</b> Vol. 1 - Mecânica. 4. Ed., Edgard Blücher: 2002.</p> <p>SOLOMONS, T. W. G.; FRHYLE, C. B. <b>Química Orgânica</b>. 9ª Ed., v. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>TRIVELATO, Sílvia; SILVA, Rosana Louro Ferreira. <b>Ensino de ciências</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 135 p. (Coleção Ideias em Ação). ISBN 9788522110933.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>CLIMATOLOGIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30 h</b>
-------------------	---	----------------------	-------------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	Compreensão dos conceitos fundamentais da meteorologia e climatologia. A importância da climatologia para a Agropecuária. Estudo da atmosfera terrestre, os fatores geográficos determinantes do tempo e do clima e suas dinâmicas. Estudo dos principais instrumentos da Meteorologia e dos dados meteorológicos. Aptidão climática das regiões para os cultivos. Zoneamento agroclimático. O ensino da Climatologia Agrícola nos diferentes níveis de aprendizagem e na educação rural/do campo. Reflexão crítica sobre a Crise ambiental e entendimento dos fatores e agentes envolvidos.
<b>Objetivos</b>	Possibilitar ao acadêmico os conhecimentos necessários para que seja capaz de ensinar Climatologia Aplicada às Ciências Agrárias nos diferentes níveis de aprendizagem.
<b>Bibliografia Básica</b>	PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, A. R. <b>Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas</b> . Guaíba: Agropecuária, 2002.  AYOADE, J. O. <b>Introdução à Climatologia para os Trópicos</b> . 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.  MOTA, F. S. <b>Meteorologia agrícola</b> . 4. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1979.
<b>Bibliografia Complementar</b>	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária. <b>Atlas do zoneamento agroclimático [do] Estado de Santa Catarina</b> . Florianópolis, SC, Pallotti, 1978. 27f : il.  MULLER, P. B. <b>Bioclimatologia aplicada aos animais domésticos</b> . 3. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Sulina, 1989.  TUBELIS, A. <b>A chuva e a produção agrícola</b> . São Paulo: Nobel, 1988. 85p. ISBN 8521305613.  MONTEIRO, C. A.F. <b>Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico</b> . Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1991.  FERRETTI, E. R. <b>Geografia em ação: práticas em climatologia</b> . 2. ed. Curitiba: Aymar, 2012. 143 p. (Mundo das ideias)



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Disciplina</b>	ESTATÍSTICA E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA	<b>Carga Horária</b>	30 h
<b>Ementa</b>	Como promover o estudo da Estatística Básica e Experimentação aplicada às ciências Agrárias: Estatística Descritiva. Distribuição de probabilidades. Inferência: estimação e teste de hipóteses. Amostragem. Correlação e Regressão linear. Introdução ao planejamento e à análise de experimentos em software estatístico.		
<b>Objetivos</b>	Conhecer e utilizar os fundamentos e recursos da estatística e experimentação agropecuária para aplicá-los no campo de atuação do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.		
<b>Bibliografia Básica</b>	BARBETTA, Pedro A. <b>Estatística Aplicada às Ciências Sociais</b> . 7ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.  MORETTIN, Luiz G. <b>Estatística Básica: probabilidade e inferência. Volume único</b> . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.  STORK, L. et al. <b>Experimentação vegetal</b> . 2ª ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. <b>Estatística Básica</b> . 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.  COSTA NETO, P. L. O. <b>Estatística</b> . 2ª Ed. São Paulo: Blucher, 2002.  MAGALHÃES, M. N. & LIMA, C. P. <b>Noções de Probabilidade e Estatística</b> . 6ª ed., Ed. Edusp, São Paulo, 2005.  MEYER, P. L. <b>Probabilidade: aplicações à estatística</b> . 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983.  MONTGOMERY, D. C; RUNGER, George C. <b>Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros</b> . 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.		

<b>Disciplina</b>	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e educação.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Objetivos</b>	Filosofar sobre a educação, considerando problemas e soluções.
<b>Bibliografia Básica</b>	ARANHA, M. L. A. <b>Filosofia da Educação</b> . 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.  GILES, T. R. <b>Filosofia da Educação</b> . São Paulo: EPU, 1993.  SAVIANI, D. <b>Educação: do senso comum à consciência filosófica</b> . 18ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	RODRIGUES, A. T. <b>Sociologia da educação</b> . 6ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.  CHAUI, M. <b>Convite à filosofia</b> . 13ª Ed. São Paulo: Ática, 2008. LUCKESI, C. C. <b>Filosofia da Educação</b> . 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 2011.  SEVERINO, A. J. <b>Filosofia da educação: construindo a cidadania</b> . São Paulo: FTD, 1994.  CHAUI, M. <b>Convite à filosofia</b> . 14ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.

<b>Disciplina</b>	<b>LIBRAS</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.		
<b>Objetivos</b>	Proporcionar o conhecimento sobre a comunidade surda: cultura, história e identidade e, as especificidades do processo educacional (metodologias e Políticas Públicas), na intenção de colocar os acadêmicos em alteridade com as pessoas surdas. Além disso, promover o ensino da Língua Brasileira de Sinais abordando sua estrutura gramatical básica, vocabulário e sua utilização no cotidiano.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.
<b>Critérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	CAPOVILLA, Fernando César (coord.). <b>Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em Suas Mãos</b> . 3 Volumes. São Paulo: Edusp, 2017.  QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b> . Porto Alegre: Artmed, 2004.  STROBEL, K. <b>As imagens do outro sobre a cultura surda</b> . 2. Ed. rev. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BRANDÃO, F. <b>Dicionário ilustrado de libras: língua brasileira de sinais</b> . São Paulo: Global, 2011.  BRITO, Lucinda Ferreira. <b>Por uma gramática de línguas de sinais</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 2010.  QUADROS, Ronice M. <b>Libras</b> . São Paulo: Parábola, 2019.  SACKS, O. <b>Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</b> . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.  SEGALA, S. R.; KOJIMA, C. K. <b>Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento</b> . São Paulo. Ed. Escala. 2012.

<b>Disciplina</b>	SOLOS	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	-------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	Estratégia de ensino da ciência do solo nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Noções básicas da gênese do solo, Intemperismo e Composição mineralógica do solo; Fatores e processos de formação do solo; Propriedades físicas do solo; Trocas iônicas; Reações no solo; Mecanismos de suprimento de nutrientes; Macro e micronutrientes e avaliação da fertilidade; Amostragem do solo; Matéria orgânica; Manejo do solo e a sustentabilidade agrícola; Indicadores de qualidade do solo; Erosão do solo; Controle da erosão hídrica; Práticas conservacionistas; Principais sistemas de cultivo. Fertilizantes e corretivos. Legislação sobre Comércio e Uso de Fertilizantes e Corretivos.
<b>Objetivos</b>	Ao final da disciplina o aluno estará apto realizar levantamento bibliográfico, a organização do conteúdo e a organização dos materiais necessários para ministrar aulas expositivas e práticas sobre o tema solos.
<b>Bibliografia Básica</b>	BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. <b>Conservação do solo</b> . 6ª ed. São Paulo: Ícone, 2008.  MEURER, E. J. <b>Fundamentos de Química do Solo</b> . 5ª Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.  NOVAIS, R. F. Et al (editor). <b>Fertilidade do Solo</b> . Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>	FONTES, P.C.R. <b>Diagnóstico do estado nutricional das plantas</b> . Viçosa: UFV, 2001.  MALAVOLTA, E. <b>Manual de nutrição mineral de plantas</b> . São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 2006.  MELO, V. F. ; ALLEONI L. R. <b>Química e mineralogia do solo</b> . Parte I - Conceitos Básicos. Viçosa: SBCS. 2009.  MELO, V. F. ; ALLEONI L. R. <b>Química e mineralogia do solo</b> . Parte II - Aplicações. Viçosa: SBCS. 2009.  WICANDER, R.; MONROE, J. S. <b>Fundamentos de Geologia</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2009.

<b>Disciplina</b>	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	<b>Carga Horária</b>	90 h
-------------------	------------------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Abordagem técnica para a grande área das Ciências Agrárias, para a Sustentabilidade integrada à educação, com enfoque nas cinco dimensões do conceito e aplicabilidade de sustentabilidade.
<b>Objetivos</b>	O objetivo da disciplina é trabalhar o tema Sustentabilidade, especialmente envolvendo as dimensões do conceito de Sustentabilidade.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>D'AGOSTINI, L. R.; SCHLINDWEIN, S. L. <b>Dialética da avaliação do uso e manejo das terras</b>: da classificação interpretativa a um indicador de sustentabilidade. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 121 p.</p> <p>GADOTTI, M. <b>Pedagogia da terra</b>. 6.ed. São Paulo: Peirópolis, 2009. 217p. (Brasil Cidadão).</p> <p>GRANDO, S. J. <b>Ambientes da democracia ambiental</b>. Florianópolis: Insular, 2006. 86 p.</p> <p>RUSCHEINSKY, A. <b>Sustentabilidade</b>: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004. 181 p.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BRASIL Ministério do Meio Ambiente; TOLEDO, A. A. F. <b>Agenda ambiental na administração pública</b>. 2. ed. Brasília, DF: MMA, 2005. 107 p.</p> <p>EFF, E. <b>Saber ambiental</b>: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 494 p. ISBN 8520503705.</p> <p>FERRY, Luc. <b>A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem</b>. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.</p> <p>GADOTTI, M. <b>Educar para a sustentabilidade</b>: uma contribuição a década da educação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012. 127 p. (Série Unifreire 2).</p> <p>THOREAU, Henry David. <b>Walden ou a vida nos bosques</b>. São Paulo: Edipro, 2018.</p>

**3º SEMESTRE**

<b>Disciplina</b>	EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	-------------------------	----------------------	------





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	INCLUSÃO		
<b>Ementa</b>	Direitos humanos e formação para a cidadania. Educação como direito fundamental. Educação e diversidade. Marcadores sociais da diferença: gênero e sexualidade. Racismo estrutural. Capacitismo. Educação inclusiva e legislação. Acesso, inclusão, permanência, êxito. Políticas afirmativas em educação.		
<b>Objetivos</b>	A disciplina tem como objetivo instrumentalizar os estudantes com conhecimentos e experiências, inscritos no campo da Educação Inclusiva, com vistas à uma prática pedagógica que acolha a diversidade no contexto da educação e promova um ensino que respeite as diferenças e especificidades de estudantes público-alvo da Educação Especial.		
<b>Bibliografia Básica</b>	LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). <b>Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.</b> Editora Vozes, 2011.  MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. <b>Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.</b> São Paulo: Summus, 2006.  RIBEIRO, Djamila. <b>Pequeno manual antirracista.</b> 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	FREIRE, Ana Maria Araújo; MENDONÇA, Erasto Fortes. <b>Direitos Humanos e educação libertadora - Gestão Democrática da educação Pública na cidade de São Paulo.</b> 1 edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.  HALL, Stuart. <b>Identidade cultural na pós-modernidade.</b> Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.  RIBEIRO, Djamila. <b>O que é lugar de fala?</b> Belo Horizonte: Letramento; 2017.  SKLIAR, C. (Org.). <b>Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.</b> 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.  VIEIRA, José Carlos. <b>Democracia e Direitos Humanos no Brasil.</b> São Paulo: Edições Loyola, 2005.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Disciplina</b>	ENGENHARIA AGRÍCOLA I	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	Como ensinar desenho técnico e topografia nos diferentes níveis de aprendizagem e em distintas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Execução de desenhos e aplicação de normas técnicas. Utilização adequada de materiais de desenho. Estudo das unidades de medidas e das convenções de desenho técnico. Elaboração e interpretação de plantas. Introdução a Ciência topográfica. Estudo das relações trigonométricas de interesse em topografia, do Sistema de Coordenadas e de orientação geográfica. Noções básicas dos métodos e equipamentos de medições angulares e lineares. Noções básicas de levantamentos topográficos e suas aplicações. Instrumentos topográficos simples e funcionais como trena, pé de galinha e nível de mangueira, hipsômetros. Experiências vivenciadas no ensino da Engenharia Agrícola. Como organizar aulas práticas.		
<b>Objetivos</b>	Possibilitar aos estudantes os conhecimentos necessários para que sejam capazes de ensinar desenho técnico e topografia nos diferentes níveis de aprendizagem.		
<b>Bibliografia Básica</b>	CASACA, J.; MATOS, J.; BAILO, M. <b>Topografia Geral</b> . 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.  MCCORMAC, J. <b>Topografia</b> . 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.  MONTENEGRO, G. <b>Desenho Arquitetônico</b> . 4.ed. rev. e at. São Paulo: Edgard Blücher. 2001.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	BORTOLUCCI, M. A. & CORTESI, M. V. P. <b>Sistemas geométricos</b> . São Paulo: EESC-USP., 1995.  BORGES, A. C. <b>Topografia</b> . Vol. 1. São Paulo: Ed. Edgard Blucher Ltda., 1977.  CARNEIRO, A. F. T. <b>Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis</b> . Porto Alegre: SAFE, 2003.  ESPARTEL, L. <b>Curso de Topografia</b> . Rio de Janeiro: Globo, 1987.  FONSECA, R S. <b>Elementos de Desenho Topográfico</b> . São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil Ltda., 1973.		

<b>Disciplina</b>	MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	O ensino da microbiologia agrícola nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Aplicação prática da microbiologia agrícola nos sistemas de produção agrícola. Introdução a Microbiologia. Caracterização geral de bactérias, fungos e vírus. Técnicas de isolamento e observação de microrganismos. Técnicas de esterilização e desinfecção. Preparo de meios de cultura e cultivo de microrganismos. Microbiologia do solo, ar, água e alimentos.
<b>Objetivos</b>	Ao final da disciplina o aluno deverá demonstrar conhecimentos básicos sobre as principais classes de microrganismos, suas características morfológicas, identificação e caracterização, bem como a sua relação com processos biológicos.
<b>Bibliografia Básica</b>	MADIGAN, M.T.; MARINKO, J.M.; PARKER, J. <b>Microbiologia de Brock</b> . 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.  PELCZAR, M.; REID,R.; KRIEG, N.R. <b>Microbiologia: Conceitos e aplicações</b> . Volumes I e II, São Paulo, Makron Books, 1996.  SILVA FILHO, G. N.; OLIVEIRA, V. L. <b>Microbiologia: Manual de aulas práticas</b> . 2. Ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>	TORTORA, G. J. <b>Microbiologia</b> . 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.  ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. [Ed.] <b>Métodos em Fitopatologia</b> . Viçosa: Ed. UFV, 2007.  LORDELLO, L. G. E. <b>Nematóides das plantas cultivadas</b> . 6.ed. São Paulo: Nobel, 1981.  RAO, S. N. S. <b>Soil microbiology (Fourth Edition of Soil microorganisms and Plant Growth)</b> . 4.ed. Enfield: SCIENCE PUBLISHERS, 2001.  FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M.. <b>Microbiologia dos alimentos</b> . São Paulo, SP: Atheneu, 2008.

<b>Disciplina</b>	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeito subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.
<b>Objetivos</b>	Analisar as concepções de desenvolvimento humano e de aprendizagem relacionando-as ao contexto contemporâneo escolar e aos espaços de atuação de docente em Ciências Agrárias e as relações interpessoais presentes nesses espaços, sendo orientadas para a condução de práticas socioeducativas.
<b>Bibliografia Básica</b>	ARIES, P. <b>História Social da Criança e da Família</b> . Guanabara: RJ, 1981.  BOCK, A. M, FURTADO, O., TEIXEIRA, M. de L. (org). <b>Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia</b> . São Paulo: Saraiva. 14a. Edição.  VYGOTSKY, L. S. <b>A construção do pensamento e da linguagem</b> . 2a.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	LA TAILLE, Y. de. <b>Piaget, Vygotski, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão</b> . São Paulo: Summus, 1992.  MARCONDES, A. Fernandes A. & ROCHA, M. L. <b>Novos Possíveis no encontro da psicologia com a educação</b> . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.  MARTINEZ, A. SIMAO, L. (org). <b>O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática em Psicologia</b> . São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.  VYGOTSKI, Lev S. <b>Imaginação e criação na infância</b> . São Paulo, Ática, 2009.  ZANELLA, A. V. <b>Vygotski contexto, contribuições à Psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal</b> . Itajaí: Ed. UNIVALI, 2001.

<b>Disciplina</b>	ZOOTECNIA GERAL	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	-----------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Formas de ensinar Zootecnia Geral em organizações de ensino, pesquisa e extensão. Introdução ao estudo da zootecnia. Conceitos básicos de anatomia e fisiologia dos animais domésticos. Espécie, origem, evolução, classificação, domesticação e domesticidade. Raça, variedade, linhagem, família, tipo, cruzamentos e grau de sangue. Caracteres étnicos ou raciais e econômicos. Ezoognosia e terminologia zootécnica. Uso dos animais domésticos. Ambiência e bioclimatologia. Reprodução dos animais domésticos. Comportamento e bem-estar animal.
<b>Objetivos</b>	Construir a base do conhecimento de produção animal, fundamentando o aluno, nesta área, para o exercício da docência em Licenciatura de Ciências Agrícolas.
<b>Bibliografia Básica</b>	CAMARGO, M. X. de. <b>Ezoognosia</b> . São Paulo (SP): Instituto de Zootecnia, 1971. 320 p.  DOMINGUES, O. <b>Elementos de zootecnia tropical</b> . 3. ed. São Paulo (SP): Nobel, 1977. 143 p  FRANDSON, R. D.; WILKE, W. L.; FAILS, A. D. <b>Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BROOM, D. M; FRASER, A. F. <b>Comportamento e Bem-Estar dos Animais Domésticos</b> . 4ª Ed. Barueri: Manole, 2010.  KÖNIG, H. E; LIEBICH, H. <b>Anatomia dos Animais Domésticos: texto e atlas colorido</b> . 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.  REECE, W.O. Dukes: <b>fisiologia dos animais domésticos</b> . 12ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.  SOBESTIANSKY, J. et al. <b>Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho</b> . Brasília, DF: EMBRAPA, SPI, 1998.  SINGER, P. <b>Libertação Animal</b> : o clássico definitivo sobre movimento pelos direitos dos animais. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

<b>Disciplina</b>	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	<b>Carga Horária</b>	90 h
-------------------	-------------------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Construção do conceito direitos humanos como resultado das lutas da sociedade civil organizada (MST, Comunidades tradicionais e nativas). De um conceito sociológico ao conceito jurídico: direitos humanos e legislação brasileira. Os limites atuantes dos direitos humanos: as questões de gênero, ambientais e as guerras injustas.
<b>Objetivos</b>	O objetivo da disciplina é trabalhar o tema dos direitos humanos, especialmente do direito pela terra, na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão, como campos de atuação do Licenciado em Ciências Agrícolas.
<b>Bibliografia Básica</b>	BARCELLOS, C. A.; FERREIRA, D.; BALESTRERI, R. B. <b>Educando para a cidadania</b> : os direitos humanos no currículo escolar. Porto Alegre: SBAI, CAPEC, 1992.  DIMENSTEIN, G. <b>O cidadão de papel</b> : a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 20. ed. reform. e atual. São Paulo: Ática, 2003.  STÉDILE, J.; FERNANDES, B. M. <b>Brava gente</b> : a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.
<b>Bibliografia Complementar</b>	DALLARI, D. A. <b>O que são direitos da pessoa</b> . 5a ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.  DIREITOS humanos no Brasil: conferências para educadores. São Paulo, SP: MPA, 1986.  LOBO, R. (Org.). <b>Crítica da imagem e educação</b> : reflexões sobre a contemporaneidade. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.  OLIVEIRA, A. U. de. <b>A geografia das lutas no campo</b> . 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 1990.  RADOSTITS, O. M.; ZENAIDE, M. N. T.; GUIMARÃES, V. M. G. (Orgs.). <b>Gênero, diversidade sexual e educação</b> : conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: UFPB, 2008.

**4º SEMESTRE**

<b>Disciplina</b>	<b>PRÁTICAS DA PESQUISA E</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>90 h</b>
-------------------	-------------------------------	----------------------	-------------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	EXTENSÃO		
<b>Ementa</b>	A disciplina está estruturada em torno de atividades que os acadêmicos desenvolveram nos projetos de pesquisa/extensão nas disciplinas de PPE. Os acadêmicos, sob supervisão do docente da disciplina, serão responsáveis pela organização de eventos, como por exemplo, simpósios, apresentação de painéis, conferências, mini-cursos, para socialização dos projetos de pesquisa/extensão. Os docentes viabilizarão a infra-estrutura, enquanto aos acadêmicos cabe a articulação, logística e execução do evento.		
<b>Objetivos</b>	Promover a discussão sobre temas do Licenciado em Ciências Agrícolas, contribuindo para a construção do conhecimento e exercício da capacidade crítica voltada à prática da ciência.		
<b>Metodologia</b>	As atividades realizadas podem contar com atividades síncronas, como webconferências, chats entre outras. As atividades assíncronas podem contar com vídeos, áudios, materiais de leituras, exercícios para fixação do conteúdo, acesso a fóruns de discussão, entre outros.		
<b>Critérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
<b>Bibliografia Básica</b>	FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10. Ed. SP.: Paz e Terra, 1988.  REA, L. M. Metodologia da Pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.  SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. Edição Revisada e Atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	ALMEIDA, J. A. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.  BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009  FACHIN, O. Fundamentos da metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.  LIBÂNEO, J. C. Didática: velhos e novos temas. [s.l].: Edição do Autor, 2002.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	VEIGA, I. P. A. Técnicas de Ensino: Por que não? 14° ed. Papirus, Campinas.2003.
--	--

<b>Disciplina</b>	<b>SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	O surgimento da sociologia. A construção do pensamento sociológico clássico e a educação. A educação e a escola diante das desigualdades sociais: econômica, étnico racial e gênero. O papel da escola nos processos de inclusão social e as ações afirmativas. As transformações no mundo do trabalho e os desafios da educação.		
<b>Objetivos</b>	Desenvolver uma reflexão sobre a relação entre sociedade e educação, particularmente a educação escolar, a partir da perspectiva sociológica.		
<b>Bibliografia Básica</b>	ALVES, G. L. (org.) <b>Educação no Campo</b> : recortes no tempo e no espaço. 1 ed. Campinas: Autores Associados/Uniderp, 2009.  FRIGOTTO, G. <b>A educação e a crise do capitalismo real</b> . 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.  RODRIGUES, A. T. <b>Sociologia da educação</b> . 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção Tudo o que você precisa saber sobre...)		
<b>Bibliografia Complementar</b>	ALVES, G. L. <b>A produção da escola pública contemporânea</b> . 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.  GOMES, C. R. <b>A educação em novas perspectivas sociológicas</b> . 4 ed. São Paulo: EPU, 2005.  GOMEZ, C. M. (et. al). <b>Trabalho e conhecimento</b> : dilemas na educação do trabalhador. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.  NOGUEIRA, M. A., CATANI, A. (orgs.). <b>Escritos em Educação. Pierre Bourdieu</b> . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.  QUINTANEIRO, T. (et al.). <b>Um toque de clássicos</b> : Marx, Durkheim, Weber. 2ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.		





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Disciplina</b>	DIDÁTICA GERAL	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	Abordagens da trajetória da didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino-aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.		
<b>Objetivos</b>	Desenvolver a Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática no ensino de ciências agrícolas de forma crítica, indicando diferentes possibilidades de práticas pedagógicas na área do conhecimento agropecuário.		
<b>Bibliografia Básica</b>	CANDAU, V. M. (org.). <b>Rumo a uma Nova Didática</b> . 22 ed. Petrópolis, Vozes, 2012  MARTINS, P. L. O. <b>A didática e as contradições da prática</b> . 2. ed. São Paulo: Papirus, 2003.  VEIGA, I. P. A. (Org). <b>Repesando a didática</b> . São Paulo: Papirus, 2003.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	CANDAU, V. M. (Org). <b>Didática em questão</b> . 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.  FREIRE, P. <b>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</b> . São Paulo: Paz e Terra, 1996.  LIBÂNEO, J. C. ; SANTOS, A. (Orgs.). <b>Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade</b> . Campinas: Alínea, 2005.  LIBÂNEO, J. C. <b>Didática</b> . São Paulo: Cortez, 1992.  PIMENTA, S. G. <b>Didática e Formação de Professor</b> . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.		

<b>Disciplina</b>	ENGENHARIA AGRÍCOLA II	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Como ensinar mecanização agrícola e irrigação e drenagem nos diferentes níveis de aprendizagem e em distintas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Noções básicas das fontes de energia e seus conversores. Apresentação de normas de segurança no trabalho. Orientação sobre a correta utilização de equipamentos e procedimentos de segurança. Noções básicas sobre classificação, funcionamento, operação, regulagem e manutenção dos principais tipos de motores, máquinas e implementos utilizados em atividades agropecuárias e florestais. A importância da água para agropecuária e os principais fatores e processos envolvidos na disponibilidade e qualidade de água no sistema solo-planta-atmosfera. Equipamentos e métodos utilizados na determinação dos principais parâmetros de interesse agrícola relacionados ao manejo da água na agricultura. Noções básicas de dimensionamento de sistemas de irrigação e de drenagem. Código de águas; Legislação de Recursos Hídricos. Experiências vivenciadas no ensino da Engenharia Agrícola. Como organizar aulas práticas relacionadas ao estudo da mecanização e irrigação e drenagem.
<b>Objetivos</b>	Oportunizar ao acadêmico o estudo e a compreensão dos fundamentos teóricos e as aplicações, assim como metodologias de ensino, da irrigação e drenagem e mecanização agrícola, necessários para a melhor compreensão do processo produtivo no ambiente agrícola.
<b>Bibliografia Básica</b>	BALASTREIRE, L.A. <b>Máquinas agrícolas</b> . São Paulo, 1987.  MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S; PALARETTI, L. F. <b>Irrigação: princípios e métodos</b> . 3ª Ed. Viçosa: UFV, 2009.  OLIVEIRA, A. S. (elab.). Et al. <b>A Irrigação e a Relação Solo-planta-atmosfera</b> . Brasília: LK, 2006.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BERNARDO, S. 1987. <b>Manual de irrigação</b> . 4 ed. Viçosa. UFV  CARLESSO, R.; ZIMMERMANN. <b>Água no solo: parâmetros para dimensionamento de sistemas de irrigação</b> . Santa Maria, UFSM. 2000.  SILVEIRA, G. M. <b>Máquinas para colheita e transporte</b> . Viçosa, 2001.  SILVEIRA, G. M. <b>Máquinas para plantio e condução das culturas</b> . Viçosa, 2001.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	TUBELIS, A. <b>Conhecimentos Práticos sobre Clima e Irrigação</b> . Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.
--	--

<b>Disciplina</b>	<b>ZOOTECNIA I</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	O ensino de técnicas de criação de animais de pequeno porte. Avicultura de postura, avicultura de corte, cunicultura, apicultura e aquicultura: importância e histórico; sistemas de produção; manejo reprodutivo, nutricional e sanitário; instalações e equipamentos; índices zootécnicos; abate, produtos e mercado. Importância da aquicultura. Principais parâmetros de qualidade de água relacionados com aquicultura. Conhecimento dos organismos presentes na água. Principais espécies de peixes, sistemas de cultivo, reprodução, noções de anatomia e nutrição. Infraestrutura, equipamentos, técnicas de fertilização e calagem de viveiros. Principais enfermidades de peixes. Animais aquáticos com potencial aquícola com ênfase em rãs, camarões e bivalves. Condução de aulas práticas para o ensino das técnicas zootécnicas de criação de animais de pequeno porte.		
<b>Objetivos</b>	Proporcionar ao aluno a compreensão das técnicas necessárias para criação de pequenos animais domésticos (aves, coelhos, peixes e abelhas).		
<b>Bibliografia Básica</b>	MELLO, H. V.; SILVA, J. F. <b>Criação de Coelhos</b> . Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.  MORENG, R. E.; AVENS, J. S. <b>Ciência e Produção de Aves</b> . São Paulo: ROCA, 1990.  PINHEIRO, M. R. (Org.). <b>Ambiência e instalações na avicultura industrial</b> . Campinas: Fcta-Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas, 1995.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	ALBINO, L. F. T. et al. <b>Criação de Frango e Galinha Caipira: avicultura alternativa</b> . 2.ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.  COTTA, T. <b>Galinha: Produção de Ovos</b> . Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.  _____. <b>Produção de Pintinhos</b> . Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.  _____. <b>Frangos de Corte</b> . Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.  VIEIRA, M. I. <b>Produção de coelhos</b> . São Paulo: Nobel, 1987.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Disciplina</b>	TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	A importância da informática nos métodos de ensino agrícola. Computador como meio e como fim. Ensino através das mídias sociais. Modalidades de aplicação da informática na educação. O uso de softwares na educação. A importância da internet na educação. Educação a distância e sua importância para o ensino agrícola no Brasil continental.		
<b>Objetivos</b>	Proporcionar aos alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas fundamentação teórica, e também a vivência prática na área de tecnologias de ensino a distância.		
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.		
<b>Critérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
<b>Bibliografia Básica</b>	COX, K. K. <b>Informática na Educação Escolar</b> . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.  KENSKI, M. V. <b>Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação</b> . 8 .ed. (Edição Revisada e Ampliada). São Paulo: Papiros, 2008.  TAJRA, S. F. <b>Informática na Educação</b> . 8. ed. (Edição Revisada e Ampliada). São Paulo: Érica, 2008.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>CASTELLS, M. <b>A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.</b> Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>FEDELI, R. D; POLLONI, E. G. F; PERES, F. E. <b>Introdução à Ciência da Computação.</b> 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>FEDELI, R. D. POLLONI, E. G. F; PERES, F. E. <b>Introdução à Ciência da Computação.</b> 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>LIBÂNEO, J. C; SANTOS, A. (orgs.). <b>Educação na Era do conhecimento em Rede e Transdisciplinaridade.</b> 3ª Ed. Campinas: alínea, 2010.</p> <p>SINTES, A. <b>Aprenda Programação Orientada a Objetos em 21 Dias.</b> São Paulo: Pearson education do Brasil, 2002.</p>
----------------------------------	---

<b>Disciplina</b>	<b>PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>90 h</b>
<b>Ementa</b>	Exploração teorizada e construção de práticas pedagógicas perante as condições sociais, políticas, culturais, psicossociais condicionantes das relações entre a práxis docente e o processo de ensino aprendizagem das Ciências Agrárias.		
<b>Objetivos</b>	Possibilitar ao Licenciando em Ciências Agrárias conhecimentos que os proporcionem a inter-relação entre sua formação técnica-pedagógica às múltiplas formas de promoção do ensino e capacitação em Ciências Agrárias, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas de sua área, considerando suas competências profissionais aplicadas ao exercício da profissão. Visando ao final do ciclo a socialização das práticas pedagógicas desenvolvidas, em distintos espaços de atuação (pesquisa, extensão e ensino).		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>GOMES, C. R. <b>A educação em novas perspectivas sociológicas.</b> 4 ed. São Paulo: EPU, 2005.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. (Coord.). <b>Práticas interdisciplinares na escola.</b> 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.</p> <p>SAVIANI, N. <b>Saber escolar, currículo e didática = problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico.</b> Campinas, SP. Ed. Autores Associados, 1998.</p>		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). <b>Ensino de ciências:</b> unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2004.</p> <p>DEWEY, J. <b>Como pensamos:</b> como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.</p> <p>JANTSCH, A. P. <b>Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa.</b> Florianópolis: UFSC, CED, NUP, 2001.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. <b>Pesquisa em educação:</b> abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012. 99 p.</p> <p>SOUZA, M. L. <b>Desenvolvimento de comunidade e participação.</b> São Paulo: Cortez, 1987.</p>
----------------------------------	--

**5º SEMESTRE**

<b>Disciplina</b>	<b>DEFESA FITOSSANITÁRIA I</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	O ensino das técnicas de defesa fitossanitária nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Aplicação prática da defesa fitossanitária nos sistemas de produção agrícola. Princípios básicos de entomologia; taxonomia, morfologia e fisiologia dos insetos, ecologia dos insetos; caracterização dos principais insetos-praga e métodos de controle dos insetos-praga; tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas e impacto ambiental, toxicologia dos pesticidas, receituário agrônomo. Biologia de plantas daninhas; Métodos de Manejo; Controle biológico; Alelopatia; Introdução ao controle químico; Mecanismos de ação dos herbicidas; Seletividade; Tecnologia da aplicação; Comportamento no ambiente. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Legislação.		
<b>Objetivos</b>	Estimular e desenvolver competências nos alunos por meio da aquisição de conhecimento e prática de ensino em defesa fitossanitária. Desenvolver habilidades nos discentes para o ensino da Defesa Fitossanitária I nas organizações de ensino, pesquisa e extensão. Ao fim do curso os discentes deverão apresentar habilidades e competências que permitam o ensino da aplicação prática da defesa fitossanitária nos sistemas de produção agrícola, considerando conhecimentos em entomologia geral e aplicada ao manejo de pragas de culturas agrícolas, bem		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	como ao manejo de plantas daninhas nos cultivos.
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	BUZZI, Z. J.; <b>Entomologia Didática</b> . 5ª edição. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.  GALLO, D. et al. <b>Entomologia agrícola</b> . Piracicaba, FEALQ, 2002.  OLIVEIRA JR, R.S. ; CONSTANTIN, J. <b>Plantas daninhas e seu manejo</b> . 1. ed. Guaíba, RS: Livraria e Editora Agropecuária, 2001.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BUENO, V.H.P.. <b>Controle biológico de pragas: produção massal e controle de qualidade</b> . Lavras: UFLA, 2009.  FUJIHARA, R. T. et al.; <b>Insetos de importância econômica: guia ilustrado para identificação de famílias</b> . Botucatu: Editora FEPAF. 2011.  LORENZI, H. <b>Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional</b> . 5 ed. Nova Odessa, SP: Plantarum Ltda, 2000.  LORENZI, H. <b>Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais</b> . 3 ed. Nova Odessa, SP: Plantarum Ltda, 2000.  NAKANO, O.; <b>Entomologia econômica</b> . São Paulo: Ceres, 2011.

<b>Disciplina</b>	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	<b>Carga Horária</b>	90 h
-------------------	--------------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	Estudo dos aspectos da realidade educacional através da leitura, síntese e apresentação de artigos científicos sobre o tema “estágio como iniciação ao trabalho”. Contextualização e discussão sobre Planejamento Educacional, Planejamento Curricular e Planejamento de Ensino nas distintas organizações promotoras de ensino. Estudo sobre os pontos a considerar na elaboração de uma aula: a realidade vivida pelos alunos, a clareza de objetivos, a seleção de conteúdos técnicos e científicos, os procedimentos de ensino, os recursos de ensino, os procedimentos de avaliação, a coerência, sequência, flexibilidade e a objetividade. Treinamento de docência/extensão e pesquisa: elaboração e apresentação de aulas considerando os pontos apreendidos. Contextualização sobre o tema “Ensino pela pesquisa” e papel da extensão para o ensino. Estudo e prática sobre o tema “Avaliação da Aprendizagem”. Desenvolvimento e treinamento de práticas avaliativas.
<b>Objetivos</b>	Proporcionar aos alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas fundamentação teórica, e também a vivência prática, por meio do estágio supervisionado, dos pressupostos técnico-pedagógicos que orientam o exercício de sua profissão, seja ela como docente no contexto da realidade escolar da educação básica (educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), ou atuando em programas educacionais nas organizações não escolares (MST, INCRA, EMPRESAS, ASSENTAMENTOS RURAIS, entre outros), ou na extensão rural (MAPA, MMA, SEAB, EPAGRI, companhias de fomento agrícola), ou no desenvolvimento regional rural (secretárias de agricultura, associação de municípios, sindicatos rurais), ou ainda na pesquisa básica aplicada (EMBRAPA, EPAGRI, empresas de pesquisa rural), especificamente no conhecimento da organização administrativa e pedagógica dessas organizações.
<b>Bibliografia Básica</b>	ALVES, N. <b>Formação de Professores: Pensar e Fazer</b> . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.  FREIRE, P. <b>Extensão ou Comunicação?</b> 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.  LUCKESI, C.C. <b>Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições</b> . 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BARRETO, E.S.S. (org) <b>Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras</b>. Campinas, SP. Ed. Autores Associados/Fund. Carlos Chagas, 1998.</p> <p>ENRICONE, D. et al. <b>Planejamento de Ensino e Avaliação</b>. 10 ed. Porto Alegre: PUC, EMMA, 1975.</p> <p>OLIVEIRA, M.R.N.S. (org) <b>Confluências e divergências entre currículo e didática</b>. Campinas, SP. Papyrus, 1998.</p> <p>SAVIANI, N. <b>Saber escolar, currículo e didática</b>: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP. Ed. Autores Associados, 1998.</p> <p>YUS, R. <b>Temas transversais em busca de uma nova escola</b>. Porto Alegre, Artmed, 1998.</p>
----------------------------------	--

<b>Disciplina</b>	<b>FITOTECNIA GERAL</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	O ensino da fitotecnia geral nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Aplicação prática da fitotecnia nos sistemas de produção agrícola. Noções de Anatomia, Morfologia e Sistemática Vegetal. Fisiologia Vegetal: fotossíntese, fotomorfogênese, relações hídricas planta-solo-ambiente, absorção e nutrição mineral, hormônios vegetais, germinação e dormência de sementes. Propagação sexuada e assexuada das plantas. Podas e sistemas de condução. Fundamentos da Ciência da Horticultura.		
<b>Objetivos</b>	Estimular e desenvolver competências nos alunos por meio da aquisição de conhecimento e prática de ensino em fitotecnia geral (anatomia, morfologia, sistemática, taxonomia e fisiologia, além de aspectos nutricionais e hormonais) das principais culturas de interesse agrícola. Desenvolver habilidades nos discentes para o ensino da Fitotecnia Geral nas organizações de ensino, pesquisa e extensão. Ao fim do curso os discentes deverão apresentar habilidades e competências para o ensino e aplicação da fitotecnia nos sistemas de produção agrícola de maneira geral.		
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	SOUZA, L. A. <b>Morfologia e Anatomia Vegetal:</b> célula, tecidos, órgãos e plântula. Ponta Grossa: UEPG, 2009.  SOUZA, J. L.; RESENDE, P. <b>Manual de Horticultura Orgânica.</b> Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.  TAIZ, L.; ZEIGER, E. <b>Fisiologia Vegetal.</b> 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A.; SESTARI, I. <b>Manual de Fisiologia Vegetal.</b> Piracicaba: Editora Agronômica Ceres, 2008.  KERBAUY, G.B. <b>Fisiologia Vegetal.</b> 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.  GONÇALVES, E. G.; LORENZI, H. <b>Morfologia Vegetal: Organografia e Dicionário Ilustrado de Morfologia das Plantas Vasculares.</b> 2 ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., 2011.  MAUSETH, J. D. <b>Plant Anatomy.</b> California, The Benjamin/Cummings Publishing Company, 1988.  RAVEN, P. H; EVERT, R. F. & EICHORN, S. E. <b>Biologia Vegetal.</b> 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

<b>Disciplina</b>	DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS	<b>Carga Horária</b>	75 h
-------------------	---	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Discussões acerca dos métodos necessários para o desenvolvimento didático do profissional licenciado em Ciências Agrícolas/Agrárias visando capacitação técnica-pedagógica para ser aplicado no ensino, pesquisa e extensão em ambientes formais e informais, oportunizando vivências necessárias para o diálogo teórico e prático na percepção da educação no campo para comunidades tradicionais, escolas familiares rurais, ensino agrotécnico e ambiental de nível fundamental e médio e em instituições de ensino superior. Análise do discurso técnico pedagógico para a formação técnica profissional no campo das Ciências Agrícolas/Agrárias, considerando aspectos multiculturais, sociais, ambientais e econômicos.
<b>Objetivos</b>	Desenvolver a Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática no ensino de ciências agrícolas de forma crítica, indicando diferentes possibilidades de práticas pedagógicas na área do conhecimento agropecuário.
<b>Bibliografia Básica</b>	CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J.; CALDART, R. S. <b>Educação do campo: identidade e políticas públicas</b> . 2. ed. São Paulo: ANCA, 2002. 136p.  ALVES, G. L. <b>Educação no campo: recortes no tempo e no espaço</b> . Campinas (SP): Autores Associados, 2009. 305 p.  MARTINS, P. L. O. <b>A didática e as contradições da prática</b> . 2 ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
<b>Bibliografia Complementar</b>	NERY, I.; KOLLING, E. J.; MOLINA, M. C. <b>Por uma educação básica do campo: memória</b> . 3. ed. São Paulo, SP: ANCA, c1999. 98p.  FREIRE, P. <b>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</b> . São Paulo: Paz e Terra, 1996.  LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (Orgs.). <b>Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade</b> . Campinas: Alínea, 2005.  LIBÂNEO, J. C. <b>Didática</b> . São Paulo: Cortez, 1992.  PIMENTA, S. G. <b>Didática e Formação de Professor</b> . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

<b>Disciplina</b>	EXTENSÃO RURAL	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	----------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Abordagens sobre o ensino da extensão rural. Histórico, conceitos e objetivos da construção, desenvolvimento rural comunitário. Planejamentos e ações a partir da metodologia participativa. Processos educacionais que visam à aprendizagem e aplicação de técnicas extensionistas perante a diversidade sociocultural. Políticas agrícolas de crédito. Pesquisa e extensão rural em direção à modernização do campo. Estudos de casos sobre a extensão rural e desenvolvimento rural: aplicações práticas.
<b>Objetivos</b>	Capacitar os discentes para conhecer, identificar e utilizar os conceitos e princípios da extensão rural para atuar na promoção e no desenvolvimento sustentável do meio rural.
<b>Bibliografia Básica</b>	FREIRE, P. <b>Extensão ou Comunicação?</b> 10. Ed. SP.: Paz e Terra, 1988.  OLINGER, G. <b>Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.</b> Florianópolis, EPAGRI, 1996.  SOUZA, M. L. <b>Desenvolvimento de comunidade e participação.</b> São Paulo: Cortez, 1987.
<b>Bibliografia Complementar</b>	ALMEIDA, J. A. <b>Pesquisa em extensão rural:</b> um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.  BRUM, A. <b>Modernização da Agricultura.</b> Petrópolis: Vozes, 1988.  OLINGER, G. <b>Métodos de extensão rural.</b> Florianópolis: Epagri, 2006.  RUAS, E. D. et al. <b>Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável:</b> MEXPAR. Belo Horizonte: Emater, 2006.  SIMON, A. A. <b>A Extensão Rural e o novo paradigma.</b> Florianópolis: Epagri, 1996.

<b>Disciplina</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>90 h</b>
<b>Ementa</b>	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Objetivos</b>	Compreender e refletir sobre os principais conceitos, experiências e problemática das políticas públicas da educação no contexto da história do processo político brasileiro e realidade da dinâmica das instituições educativas e das comunidades em que estão inseridas.
<b>Bibliografia Básica</b>	DEMO, P. <b>A nova LDB: ranços e avanços</b> . Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.  SAVIANI, D. <b>A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas</b> . Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.  SEVERINO, A. J.; FAZENDA, I. C. A. (Orgs.). <b>Políticas educacionais: o ensino nacional em questão</b> . São Paulo: Papirus, 2003.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BRANDÃO, C. F. <b>LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n.º 9.394/96)</b> . Comentada e interpretada, artigo por artigo. 3.ed.atual. São Paulo: Avercamp, 2007.  BRASIL/MEC. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.  BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília, MEC, 1998.  LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M. (orgs.). <b>500 Anos de Educação no Brasil</b> . 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.  NEVES, L. M. W. <b>Educação e política no Brasil hoje</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.  FRAGOSO, M. B. <b>Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: a responsabilidade social da universidade</b> . RJ: Dissertação de Mestrado defendida na UFF, 2001.

**6º SEMESTRE**

<b>Disciplina</b>	DEFESA FITOSSANITÁRIA II	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	O ensino das técnicas de defesa fitossanitária nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Aplicação prática da defesa fitossanitária nos sistemas de produção agrícola. Histórico da Fitopatologia; Reconhecimento, identificação e classificação dos microrganismos e das doenças que afetam os cultivos agrícolas; Estudar a sintomatologia, diagnose, etiologia,		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	epidemiologia e controle das doenças fitopatogênicas. A relação patógeno-hospedeiro e a ação do ambiente; Sobrevivência e disseminação de fitopatógenos; Manejo Integrado de Doenças de Plantas.
<b>Objetivos</b>	Estimular e desenvolver competências nos alunos por meio da aquisição de conhecimento e prática de ensino em defesa fitossanitária (fitopatologia). Desenvolver habilidades nos discentes para o ensino da Defesa Fitossanitária II nas organizações de ensino, pesquisa e extensão. Ao fim do curso os discentes deverão apresentar habilidades e competências que permitam a aplicação prática da defesa fitossanitária nos sistemas de produção agrícola, considerando conhecimentos em sintomatologia, diagnose, etiologia, epidemiologia e controle das doenças fitopatogênicas.
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. [Ed.] <b>Métodos em Fitopatologia</b> . Viçosa: Ed. UFV, 2007.  BERGAMIN FILHO, A., KIMATI, H. & AMORIM, L. (Editores) <b>Manual de Fitopatologia I. Princípios e conceitos</b> . 3 ed. São Paulo. Editora Agronômica Ceres Ltda. 1995.  ZAMBOLIM, L.; PICANÇO, M.C. (Eds.). <b>Controle biológico: pragas e doenças</b> . Viçosa: UFV/DFP, 2009.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ANDREI, E. <b>Compêndio de Defensivos Agrícolas</b>. 7. ed. São Paulo: Andrei Editora Ltda, 2005.</p> <p>LORDELLO, L. G. E. <b>Nematóides das plantas cultivadas</b>. São Paulo. Editora Nobel. 1980.</p> <p>MEDEIROS, R.B.; FERREIRA, M.A.S.V. &amp; DIANESE, J.C. <b>Mecanismos de agressão e defesa nas interações planta-patógeno</b>. Brasília: Editora UnB. 2003.</p> <p>ROMEIRO, R. S. <b>Bactérias Fitopatogênicas</b>. Viçosa: UFV, Impr. Univ. 1995.</p> <p>SILVA FILHO, G.N.; OLIVEIRA, V.L. <b>Microbiologia: Manual de aulas práticas</b>. 2. Ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC. 2007.</p>
----------------------------------	--

<b>Disciplina</b>	<b>ENGENHARIA AGRÍCOLA III</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	Como ensinar construções e instalações Rurais e jardinagem nas organizações promotoras de ensino. Estudo dos materiais de construção, dos elementos estruturais e de partes complementares de edificação. Técnicas construtivas. Plano de necessidades, interpretação e montagem de anteprojetos de edificações rurais e de jardins. Grupos de plantas. Implantação e manutenção de jardins. Estilos de jardins. Composição paisagística. Organização de práticas para o ensino dos temas, utilização e importância de laboratórios didáticos de construções e instalações para o ensino das técnicas construtivas e de jardinagem.		
<b>Objetivos</b>	Oportunizar ao acadêmico o estudo e a compreensão dos fundamentos teóricos e as aplicações que lhe possibilite ensinar construções e instalações rurais e jardinagem nas organizações promotoras de ensino		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>LORENZI, H.; SOUZA, H. M. <b>Plantas ornamentais no Brasil</b> : arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 4 ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.</p> <p>LIRA FILHO, J. A. <b>Paisagismo</b>: elaboração de projetos de jardins. Viçosa: UFV, 2003. il. (Coleção jardinagem e paisagismo. Série planejamento paisagístico; v.3)</p> <p>PEREIRA, M. F. <b>Construções Rurais</b>. [Reimpr.]. São Paulo: Nobel, 2009.</p>		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>CARNASCIALI, C. C. <b>Estruturas metálicas na prática</b>. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1974. 174 p.: Il.</p> <p>LIRA FILHO, J. A. <b>Paisagismo: princípios básicos</b>. Voçosa: UFV, 2001. 166 p.: il. - (Coleção jardinagem e paisagismo. Série planejamento paisagístico; v.1)</p> <p>PFEIL, W.; PFEIL, M. <b>Estruturas de Madeira</b>. 6ª Ed. Rev. e ampliada. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>PEREIRA, M. F. <b>Construções Rurais</b>. [Reimpr.]. São Paulo: Nobel, 2009.</p> <p>WENDLING I.; GATTO, A. <b>Substratos, Adubação e Irrigação na Produção de mudas</b>. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 166p.: il. (Coleção jardinagem e paisagismo. Série produção de mudas ornamentais; v.2)</p>
----------------------------------	---

<b>Disciplina</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO II</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>105 h</b>
<b>Ementa</b>	Projeto Político Pedagógico (PPP): o que é, princípios norteadores, elementos básicos para a construção de um PPP, estudos de caso sobre o PPP de organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão rural no Brasil. Projeto de pesquisa: componentes básicos de um projeto de pesquisa; elaboração, desenvolvimento e apresentação de um projeto de pesquisa com tema livre, relacionado à formação de professores, pesquisadores ou extensionista rurais; importância da produção científica; elaboração de um relatório e de um resumo científicos com base no projeto desenvolvido.		
<b>Objetivos</b>	Proporcionar aos alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas fundamentação teórica, e também a vivência prática, por meio do estágio supervisionado. Este espaço será destinado à produção de um projeto de estágio (plano), permeado pela pesquisa sobre os aspectos profissionais do licenciado em Ciências Agrícolas. O desenvolvimento deste projeto de pesquisa no estágio envolverá o conhecimento apreendido nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, enfatizando o ensino das ciências agrárias nas organizações de ensino formal e não formal nos distintos níveis e modalidades do ensino. Ou ainda, em programas educacionais nas organizações não escolares (MST, INCRA, EMPRESAS, ASSENTAMENTOS RURAIS, entre outros), ou na extensão rural (MAPA, MMA,		





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	<p>SEAB, EPAGRI, companhias de fomento agrícola), ou no desenvolvimento regional rural (secretárias de agricultura, associação de municípios, sindicatos rurais), ou ainda na pesquisa básica aplicada (EMBRAPA, EPAGRI, empresas de pesquisa rural), especificamente no conhecimento da organização administrativa e pedagógica dessas organizações. Ao final da disciplina o aluno deverá elaborar e apresentar o seu projeto de pesquisa de estágio sob a orientação dos professores do curso, e também, pela equipe pedagógica da organização de ensino do campo de estágio.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>PICONEZ, S. C. B. (coord.). <b>A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado</b>. 24ª Ed. Campinas, Papyrus, 2012.</p> <p>SAVIANI, D. <b>Escola e Democracia</b>. 41 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>QUELUZ, A.G.; ALONSO, M. <b>O Trabalho Docente: Teoria e Prática</b>. São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2003.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>FAZENDA, I. <b>Metodologia da pesquisa educacional</b>. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>GIL, A. C. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b>. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>HOFFMAN, J. <b>Avaliação : Mito e Desafio: Uma Perspectiva Construtivista</b>. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>MINAYO, M. C. S. <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b>. 4. Ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 1995.</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. <b>Estágio e Docência</b>. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>

<b>Disciplina</b>	ZOOTECNIA II	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	O ensino de técnicas de criação de animais de médio porte; Suinocultura, ovinocultura e caprinocultura: importância e histórico; sistemas de produção; manejo reprodutivo, nutricional e sanitário; instalações e equipamentos; índices zootécnicos; abate, produtos e mercado; Condução de aulas práticas para o		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	ensino das técnicas zootécnicas de criação.
<b>Objetivos</b>	Propiciar ao estudante uma visão geral de todas as etapas de criação de animais de médio porte, permitindo a ele promover discussões sobre o tema e realizar comparações com as várias técnicas zootécnicas.
<b>Bibliografia Básica</b>	BIANCHI, I. et al. <b>Manual PIGPEL de Suinocultura Intensiva</b> . Ed Universitária, PREC/UFPEL, 2009.  RIBEIRO, S. D. A.; ROSETO, A.L. <b>Caprinocultura: criação racional de caprinos</b> . São Paulo: Editora Nobel, 2003.  TONISSI, R.H. et al. <b>Produção e Qualidade em Ovinos de corte</b> . Ed. FUNEP, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	CARAMORI JÚNIOR, J. G. (elab.). <b>Manejo de Leitões: da maternidade à terminação</b> . 2ª Ed. Brasília: LK, 2006.  CORRÊA, M. N., et al. <b>Série NUPEC Produção Animal Ovinocultura</b> . Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – PREC – UFPEL, 2009.  FÁVERO, J.A. et al. <b>Produção de Suínos</b> . Brasília, Embrapa-SPI, Concórdia, CNPSA, 2003.  RIBEIRO, S. D. A. <b>Caprinocultura: Criação Racional de Caprinos</b> . São Paulo: Nobel, 1998.  SEGANFREDO, M. A. (editor). <b>Gestão Ambiental na Suinocultura</b> . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

<b>Disciplina</b>	GESTÃO EDUCACIONAL	<b>Carga Horária</b>	90 h
<b>Ementa</b>	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Objetivos</b>	Compreender a Gestão Educacional como um potencial recurso para gerir instituições escolares, bem como possibilitar e(ou) potencializar aos profissionais em Ciências Agrícolas saberes que os instigam a exercer com responsabilidade suas funções.
<b>Bibliografia Básica</b>	BELLO, R. A. <b>Princípios e normas de administração escolar</b> . São Paulo: Editora do Brasil, 1978.  FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.) <b>Gestão da educação</b> . 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.  OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). <b>Gestão democrática da educação</b> . 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BITTAR, M.; OLIVEIRA, J.F (Orgs). <b>Gestão e políticas da educação</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2004.  GARCIA, L. F. <b>Laboratório do Ensino a Distância formação empreendedora na educação profissional: capacitação a distância de professores para empreendedorismo</b> . Florianópolis: LED, 2000.  GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A. R.; TAVARES, T.M (Orgs). <b>Conversas sobre financiamento da educação no Brasil</b> . Curitiba: UFPR, 2006.  GRIFFITHS, D. E. <b>Teoria da administração escolar</b> . São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1978.  UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. <b>Laboratório do Ensino a Distância gestão escolar</b> . Florianópolis: LED, 2000.

**7º SEMESTRE**

<b>Disciplina</b>	AGROECOSSISTEMAS	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	Como ensinar práticas agroecológicas nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Conhecimentos norteadores para prática da agroecologia nos sistemas de produção agrícola. Fundamentos da agroecologia. Epistemologia da agroecologia. Diferentes correntes de agropecuária ecológica: natural, biodinâmica, orgânica, ecológica, permacultura. Agroecologia e ciência. Trofobiose. Agropecuária orgânica.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	Produtos orgânicos e sua certificação. Proteção de plantas. Técnicas de produção agroecológica.
<b>Objetivos</b>	Desenvolver competência técnica, científica e pedagógica no âmbito dos principais agroecossistemas de produção agroecológica, tendo em vista a formação de educadores emancipados e habilitados para atuarem no ensino das ciências agrárias, capazes de compreender as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade, com postura crítica, humanista e pró-ativa frente aos desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>ALTIERI, M. A. <b>Agroecologia</b>: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuaria, 2002. 592p.</p> <p>AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. <b>Agroecologia</b>: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, D.F.: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.</p> <p>GLIESSMAN, S. <b>Agroecologia</b>: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ALVES FILHO, J. P. <b>Uso de Agrotóxicos no Brasil</b>: controle social e interesses corporativos. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002.</p> <p>EHLERS, E. <b>Agricultura Sustentável</b>: origens e perspectivas de um novo paradigma. -2.ed. (rev. e at.)- Guaíba : Agropecuária, 1999.</p> <p>CARNEIRO, S. M. de T. P. G. (Ed.); TEIXEIRA, M. Z. et al. <b>Homeopatia para animais domésticos e de produção</b>: princípios e aplicações na agroecologia. Londrina: IAPAR, 2011.</p> <p>CARVALHO, M. M.; ALVIM, M. J.; CARNEIRO, J. C. [Ed.] <b>Sistemas agroflorestais pecuários</b>: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; Brasília: FAO, 2001.</p> <p>MACHADO, L. C. P. <b>Pastoreio racional voisin</b>: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2004.</p>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Disciplina</b>	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	<b>Carga Horária</b>	105 h
<b>Ementa</b>	Desenvolvimento de projeto com proposta de execução do estágio curricular de docência da educação básica profissional e tecnológica na área das ciências agrárias, com caráter interdisciplinar comprometida com os fundamentos da pedagogia crítica.		
<b>Objetivos</b>	Proporcionar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, em situações de estágio supervisionado que possam dimensionar os seus saberes pedagógicos e específicos a partir da vivência do processo ensino e aprendizagem no contexto da realidade escolar da educação básica, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos ou atuando em programas educacionais nas organizações não escolares, e assim, ter a oportunidade de vivenciar e refletir sobre o exercício da sua atuação profissional.		
<b>Bibliografia Básica</b>	AFONSO, A. J. <b>Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação: Para uma Sociologia das Políticas Avaliativas Contemporâneas.</b> 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.  ARROYO, M. G. A. <b>Da Escola Carente à Escola Possível.</b> 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.  FREIRE, P. <b>Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2011.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	GIL, A. C. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social.</b> 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.  MINAYO, M. C. S. <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade.</b> 4. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.  PIMENTA, S. G. <b>O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?</b> 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.  REA, L. M. <b>Metodologia da Pesquisa: do planejamento à execução.</b> São Paulo: Pioneira, 2000.  TRIVIÑOS, A. N. S. <b>Introdução à pesquisa em ciências sociais.</b> São Paulo: Atlas, 1987.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Disciplina</b>	FITOTECNIA I	<b>Carga Horária</b>	60 h
<b>Ementa</b>	O ensino da fitotecnia nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Estudo das principais espécies de olerícolas, bioativas, plantas ornamentais e de culturas de lavoura. Destacando a sua importância econômica e social, os sistemas de produção, tratos culturais, colheita e pós-colheita.		
<b>Objetivos</b>	Desenvolver competência técnica, científica e pedagógica no âmbito da olericultura, das plantas bioativas, ornamentais e de lavoura, tendo em vista a formação de educadores emancipados e habilitados para atuarem no ensino/pesquisa/extensão das ciências agrícolas, capazes de compreender as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade, com postura crítica, humanista e pró-ativa frente aos desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade.		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>FILGUEIRA, F. A. R. <b>Novo Manual de Olericultura:</b> Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 2 ed. [rev. e ampl.]. Viçosa: UFV, 2003.</p> <p>KÄMPF, A. N. (Coord.) <b>Produção comercial de plantas ornamentais.</b> Guaíba: Agropecuária, 2000.</p> <p>SARTÓRIO, M. L. et al. <b>Cultivo Orgânico de Plantas Medicinais.</b> Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.</p> <p>PUZZI, D. <b>Abastecimento e armazenagem de grãos.</b> -reimp. ed. atual.- Campinas, SP: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2000.</p>		
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ANDRIOLO, J. L. <b>Olericultura geral: princípios e técnicas.</b> Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.</p> <p>FRANCISCO NETO, J. <b>Manual de horticultura ecológica:</b> guia de auto-suficiência em pequenos espaços. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>LORENZI, H., <b>Plantas medicinais no Brasil:</b> nativas e exóticas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.</p> <p>SOUZA, J. L.; RESENDE, P. <b>Manual de Horticultura Orgânica.</b> Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.</p> <p>UPNMOOR, I. (Coord.) <b>Cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares.</b> Guaíba: Agropecuária, 2003. (Biblioteca da terra, 4)</p> <p>KÄMPF, A. Floricultura: <b>Técnicas de Preparo de Substratos.</b></p>		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	Brasília: Ed. LK, 2006.
--	-------------------------

<b>Disciplina</b>	<b>SOCIEDADE E SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS RURAIS</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30 h</b>
<b>Ementa</b>	Formação e Desenvolvimento da sociedade rural Brasileira. As relações sociais no campo e as interações entre rural e urbano. Pobreza, exclusão e relevância do capital humano no mundo rural. Visibilidade e intervenções voltadas para ensino, pesquisa e extensão, em um campo/rural não apenas como território de negócios, mas em constante processo construtivo de relações sociais. Subjetividade e educação na sociedade rural.		
<b>Objetivos</b>	Oportunizar ao acadêmico o estudo do aspecto sociológico no contexto rural, bem como a compreensão sobre fundamentos teóricos das relações sociais no campo no Brasil. Capacitar os alunos envolvidos para a identificação de temas relevantes para as ciências agrárias e a educação, que necessitam de organização, discussão e aprimoramento.		
<b>Bibliografia Básica</b>	CAMPOS, R. H. F. (Org). <b>Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia</b> . Petrópolis: Vozes. 1999.  KAGEYAMA, A. <b>Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2008.  MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. (Org.). <b>Por uma Educação Básica do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo</b> , n. 5, 2004. (Coleção por uma Educação do Campo).		
<b>Bibliografia Complementar</b>	BAUMAN, Z. <b>Vidas Desperdiçadas</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.  MARTINS, J. de S. <b>O Cativo da Terra</b> . São Paulo: Contexto, 2010.  PRADO Jr., C. <b>A formação do Brasil contemporâneo</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.  SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. <b>O Brasil: território e sociedade no início do século XXI</b> . 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	WANDERLEY, M. de N. <b>O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.</b> Porto Alegre: UFRGS, 2009.
--	--

<b>Disciplina</b>	<b>ZOOTECNIA III</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>60 h</b>
<b>Ementa</b>	O ensino de técnicas de criação de animais de grande porte. Bovinocultura de leite e de corte: importância e histórico; sistemas de produção; manejo reprodutivo, nutricional e sanitário; instalações e equipamentos; índices zootécnicos; abate, produtos e mercado. Equinocultura: histórico, importância e mercado, exploração comercial do cavalo, exognosia, identificação e raças equinas. Importância da Forragicultura. Características agrônomicas das principais espécies forrageiras. Implantação e manejo de pastagens. Conservação de forragem. Integração Lavoura – Pecuária – Floresta. Condução de aulas práticas para o ensino das técnicas zootécnicas de criação de animais de grande porte.		
<b>Objetivos</b>	Capacitar os futuros professores em ciências agrícolas a ensinar criteriosamente os ecossistemas pastoris considerando os princípios de sustentabilidade dos sistemas de produção animal a base de pasto.		
<b>Metodologia</b>	A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, tarefas em sala e tarefas extra sala. As atividades de ensino exigirão a participação ativa do aluno no processo de aprendizado, estando o mesmo predisposto a interagir e aprender.		
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
<b>Bibliografia Básica</b>	AUAD, A. M. et al. <b>Manual de Bovinocultura de Leite.</b> Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: Senar-AR/MG; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2010.  CINTRA, A.G.C. <b>O Cavalo</b> – Características, Manejo e Alimentação. Editora Roca. 384p. 2011.		





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	<p>CORRÊA, M.N. (Org.) <b>Produção Animal Bovinocultura de Corte</b>. 2. edição. Pelotas, RS: Editora e Gráfica Universitária/PREC/UFPel, 2011. (Série NUPEC).</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>KLUTHCOUSKI, J.; STONE, L.F.; AIDAR, H. <b>Integração Lavoura-Pecuária</b>. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão, 2003.</p> <p>LEME, D.P.; SILVA, E.L.; VIEIRA, M.C.; BUSS, L.P. <b>Manual de Boas Práticas de Manejo em Equideocultura</b>. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2017. Disponível em: <a href="http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/producao-animal/arquivo-s-publicacoes-bem-estar-animal/manual_boas_praticas_digital.pdf/view">http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/producao-animal/arquivo-s-publicacoes-bem-estar-animal/manual_boas_praticas_digital.pdf/view</a>. Acesso em 02/06/2020</p> <p>MILLS, D.S.; NANKERVIS, K.J. <b>Comportamento equino, princípios e prática</b>. Editora: Roca. 224p. 2004.</p> <p>OLIVEIRA, R.L. <b>Bovinocultura de Corte. Desafios e Tecnologias</b>. Salvador, BA: EDUFBA, 2014. 723p.</p> <p>SANTOS, G. T. et al. <b>Bovinocultura leiteira: bases zootécnicas, fisiológicas e de produção</b>. Maringá: EDUEM, 2010.</p>

**8º SEMESTRE**

<b>Disciplina</b>	ADMINISTRAÇÃO RURAL	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	---------------------	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	Introdução à economia: conceitos, definições e fundamentos; sistema econômico brasileiro; macroeconomia e microeconomia; interação da atividade agrícola com os demais setores da economia brasileira - governo, indústria e comércio. Contabilidade agrícola: fluxo contábil na atividade rural; controles gerenciais; inventário, depreciação e amortização na atividade agropecuária. Administração rural: processo administrativo; planejamento e projeto agrícola; marketing de empreendimentos rurais. Como ensinar administração rural.
<b>Objetivos</b>	Apresentar os conceitos e premissas presentes na administração rural, viabilizando a sua compreensão e retenção, tornando os alunos do LICA capazes para o ofício da docência em administração rural.
<b>Bibliografia Básica</b>	HOFFMANN, R. <b>Administração da empresa agrícola</b> . 2. ed. rev. São Paulo, SP: Pioneira, 1978.  SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. <b>Administração de custos na agropecuária</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.  ROSSETTI, J. P. <b>Introdução à economia</b> . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
<b>Bibliografia Complementar</b>	PROCOPIO, A. M. (et al). <b>Contabilidade e controladoria em agribusiness</b> . São Paulo: Atlas, 1996.  OLIVEIRA, C. P. <b>Economia e administração rurais</b> . 2. ed. Rio Grande do Sul Sulina, 1973.  TESCH, W. <b>Dicionário básico do cooperativismo: o cooperativismo de A a Z para construir uma economia social e solidária para que a cooperativa seja uma opção ao desemprego</b> . Brasília, DF: SESCOOP, 2000.  ANTUNES, L. M.; RIES, L. R. <b>Gerência agropecuária</b> . 2. ed. rev. e atual. Guaíba: Agropecuária, 2001.  GIORDANO, S. R.; NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. <b>Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos</b> . São Paulo, SP: Atlas, 2003

<b>Disciplina</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>105 h</b>
-------------------	----------------------------------	----------------------	--------------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Desenvolvimento do projeto de pesquisa com tema livre, relacionado às Ciências Agrárias. Coleta e análise de dados provenientes de uma ou mais escolas técnicas agrícolas ou organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão rural. Elaboração do relatório final e de um resumo científico. Seminário de socialização da pesquisa.
<b>Objetivos</b>	Compreender, refletir e trabalhar o tema dos direitos humanos, especialmente do direito pela terra, na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão, como campos de atuação do Licenciado em Ciências Agrícolas.
<b>Bibliografia Básica</b>	AFONSO, A.J. <b>Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação: Para uma Sociologia das Políticas Avaliativas Contemporâneas.</b> 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009  ARROYO, M.G.A. <b>Da Escola Carente à Escola Possível.</b> 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003  FREIRE, P. <b>Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2011.
<b>Bibliografia Complementar</b>	GIL, A. C. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social.</b> 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.  MINAYO, M. C. S. <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade.</b> 4. Ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 1995.  REA, L. M. <b>Metodologia da Pesquisa: do planejamento à execução.</b> São Paulo: Pioneira, 2000.  TRIVIÑOS, A. N. S. <b>Introdução à pesquisa em ciências sociais.</b> São Paulo: Atlas, 1987.  BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. <b>Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores.</b> São Paulo: Avercamp, 2006.

<b>Disciplina</b>	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E	<b>Carga Horária</b>	60 h
-------------------	---	----------------------	------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	VEGETAL		
<b>Ementa</b>	O ensino da tecnologia de produtos de origem animal e vegetal. Produtos de Origem Animal: Qualidade e características do leite; A indústria e os processamentos e os produtos derivados do leite; Abate de bovinos, suínos e aves; Características e processamento da carne e pescado; Cortes cárneos; Legislação sanitária; Higiene e utilização da água. Produtos de Origem Vegetal: Processamento e de pré-tratamentos; Matérias primas; Estocagem, armazenamento e conservação; Processamento de subprodutos. Legislação sanitária e higiene. Organização e execução de práticas para o ensino de tecnologia de produtos de origem animal e vegetal.		
<b>Objetivos</b>	Oportunizar ao aluno, o conhecimento e domínio de etapas de processamento necessárias para obtenção dos produtos agroindustriais principais (leite e derivados, carne / pescado e derivados, frutas / hortaliças e derivados), os fatores que interferem na qualidade dos produtos (qualidade de água, matéria prima, insumos, limpeza e sanitização) e ferramentas que a certifiquem (programas de controle de qualidade), métodos de conservação e envase adequados assim como a forma adequada de descarte dos resíduos gerados.		
<b>Bibliografia Básica</b>	ARAÚJO, J. M. A., <b>Química de Alimentos: Teoria e Prática</b> . Viçosa: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Viçosa, 1995.  GOMIDE, L. A. M., RAMOS, E. M., Fontes, P. R. <b>Tecnologia de abate e tipificação de carcaças</b> . Editora UFV, 2009.  EVANGELISTA, J., <b>Tecnologia de Alimentos</b> . Editora Atheneu, 2001.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	ASSOCIATION OF OFFICIAL ANALYTICAL CHEMISTS. <b>Official methods of analysis of AOAC International</b> . 16nd ed. USA : Patricia Cunniff, 1995.  BRANEN, A. L.; DAVIDSON, P. M.; SALMINEN, S. <b>Food additives</b> . New York: Marcel Dekker, 1990.  CHEFTEL, J. C. & CHEFTEL, H. <b>Introducción a la bioquímica y tecnología de los alimentos</b> . Zaragoza, Espanha : Acríbia, 1992.  GERMANO, P. M. L., GERMANO, SIMÕES, M. I., <b>Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos</b> . 2003.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	ORDÓÑEZ, J. A., <b>Tecnologia de Alimentos</b> . Vol. 2: Alimentos de Origem Animal. 2005.
--	--

Disciplina	TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	Carga Horária	60 h
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.		
Objetivos	Analisar e compreender a variedade de concepções de currículo referendadas por diferentes aportes teóricos, a fim de examinar aspectos da teoria curricular, suas relações e implicações na organização da escola, bem como sua implementação na instituição escolar. Dessa forma, permite a elaboração das propostas curriculares e seus impactos na gestão das redes de ensino.		
Bibliografia Básica	GOODSON, I. F. <b>Currículo: teoria e história</b> . Petrópolis: Vozes, 1995.  MOREIRA, A. F. B. (Org.) <b>Currículo: questões atuais</b> . Campinas: Papirus, 1997.  SACRISTÁN, J. G. <b>O currículo: uma reflexão sobre a prática</b> . 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.		
Bibliografia Complementar	APPLE, M. <b>Ideologia e Currículo</b> . São Paulo: Brasiliense, 1982.  DOLL Jr, W. E. <b>Currículo: uma perspectiva pós-moderna</b> . Porto alegre: Artes Médicas, 1997.  LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). <b>Currículo: debates contemporâneos</b> . São Paulo: Cortez, 2002.  SILVA, T. T. <b>Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 1998.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

	VEIGA, I. P. A.; NAVES, M. L. P. (Orgs.). <b>Currículo e avaliação na educação superior</b> . Araraquara: Junqueira&Marin, 2005.
--	--

<b>Disciplina</b>	<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30 h</b>
<b>Ementa</b>	O ensino da Gestão Ambiental nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Estudo dos problemas ambientais e da crise de percepção ambiental. Estudo sobre sustentabilidade, sistemas de gestão, certificação e licenciamento ambiental. Identificação dos principais aspectos ambientais das atividades agropecuárias, seus impactos, indicadores e meios de mitigação/control de danos. Legislação Ambiental.		
<b>Objetivos</b>	Fornecer ao discente do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas conceitos básicos no âmbito ambiental e da percepção ambiental, de forma a emancipá-los para a aplicação crítica e ética destes conhecimentos enquanto futuros docentes na educação básica na área agrícola. Os objetivos principais deste componente curricular estão inda relacionados ao entendimento dos problemas ambientais decorrentes da atividade agropecuária, bem como a legislação ambiental específica. Além disso, a inserção das práticas de educação ambiental para o despertar da percepção e medidas mitigatórias são abordadas na disciplina.		
<b>Bibliografia Básica</b>	MIDDLECAMP, C.H. et al. <b>Química para um futuro sustentável</b> . 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. 578 p. ISBN 9788580555394.  REIGOTA, M. <b>A floresta e a escola</b> : por uma educação pós-moderna. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.  RICKLEFS, R. E. <b>A economia da natureza</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.  TRIGUEIRO, A. (Coord.). <b>Meio ambiente no século 21</b> : 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 5 ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BERTÉ, R. <b>Gestão socioambiental no Brasil</b>. Curitiba: IBPEX; São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO; A.B. <b>Gestão ambiental: enfoque estratégico e aplicado ao desenvolvimento sustentável</b>. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2002.</p> <p>LEFF, E. <b>Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder</b>. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>ROCHA, J. C.; ROSA, A.H.; CARDOSO, A. A. <b>Introdução à química ambiental</b>. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>SEGANFREDO, M. (Editor Técnico). <b>Gestão ambiental na suinocultura</b>. Brasília: Embrapa, Informação Tecnológica, 2007.</p>
----------------------------------	---

Disciplina	FITOTECNIA II	Carga Horária	60 h
<b>Ementa</b>	Contextualização do ensino da fitotecnia nas organizações promotoras de ensino, pesquisa e extensão. Aplicação prática da fitotecnia nos sistemas de produção agrícola. Importância econômica e social, origem, botânica, cultivares, exigências climáticas, propagação, nutrição, tratos culturais, colheita e comercialização das principais fruteiras de clima temperado, sub-tropical e tropical, com ênfase à bananicultura, citricultura, maracujá e macieira. Importância econômica, social e ambiental da silvicultura. Dendrologia. Exigências edafoclimáticas. Viveiros e produção de mudas florestais. Biometria florestal. Tratos e métodos silviculturas. Arborização Urbana. Manejo de espécies florestais exóticas, nativas e palmáceas de interesse. Colheita e comercialização de produtos florestais. Manejo sustentado e uso múltiplo de florestas nativas. Sistemas Agrosilvipastoris. Organização de práticas para o ensino da fitotecnia.		
<b>Objetivos</b>	Desenvolver competência técnica, científica e pedagógica no âmbito da fruticultura e silvicultura, tendo em vista a formação de educadores emancipados e habilitados para atuarem no ensino das ciências agrícolas, capazes de compreender as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade, com postura crítica, humanista e pró-ativa frente aos desafios do desenvolvimento e		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	da sustentabilidade.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>KOLLER, O. C. <b>Citricultura</b>: 1. Laranja: Tecnologia de Produção, Pós-colheita, Industrialização e Comercialização. Porto alegre: Cinco Continentes, 2006.</p> <p>RAMOS, M. G. et al. <b>Manual de Silvicultura I – cultivo e manejo de florestas plantadas</b>. Boletim Didático n.61. Florianópolis: EPAGRI. 2006. 55p.</p> <p>SOUSA, J. S. I. de. <b>Poda das plantas frutíferas</b>. nova ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Nobel, 2005. 191p. (Biblioteca Rural)</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ALVES, E. J. [org.] <b>A Cultura da Banana</b>: aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais. 2.ed.,rev.-Brasília:Embrapa-SPI/Cruz das almas: Embrapa-CNPMPF, 1999.</p> <p>LIMA, W.P. <b>Impacto ambiental do eucalipto</b>. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1996. 301p.</p> <p>LORENZI, H. <b>Árvores brasileiras</b>: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. vol. 1, 2 e 3. Nova Odessa: Plantarum, 2002. v.1</p> <p>MACHADO, S. A. (coord.) <b>Inventário Nacional das florestas plantadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina</b>. Brasília, IBDF, 1984.</p> <p>SÃO JOSE, A. R. <b>Maracujá</b>: práticas de cultivo e comercialização. Vitória da Conquista (BA): UESB, 2000.</p>

## 9.2 Componentes Curriculares Optativos

<b>Componente Curricular</b>	<b>BOTÂNICA SISTEMÁTICA</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30</b>
<b>Ementa</b>	Sistemática das gimnospermas e angiospermas. Sistemas de classificação. Nomenclatura botânica. Coleções botânicas. Uso e elaboração de chaves analíticas. Caracterização de famílias e espécies vegetais de interesse agrônomo .		
<b>Bibliografia</b>	BARROSO, G.M. <b>Sistemática de Angiospermas do Brasil</b> .		





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Básica</b>	<p>Viçosa: UFV. Imprensa Universitária, 1984.</p> <p>JOLY, A.B. <b>Botânica</b> - Chaves de identificação das famílias de plantas vasculares que ocorrem no Brasil. São Paulo: Nacional, 1975.</p> <p>JOLY, A.B. <b>Introdução à Taxonomia Vegetal</b>. São Paulo: Editora Nacional, 1979.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>CUTTER, E. <b>Anatomia Vegetal</b> – células e tecidos. 2 ed. São Paulo: Roca, 1986. 304p.</p> <p>ESAU, K. <b>Anatomia das plantas com sementes</b>. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1993, 293p.</p> <p>FERRI, M.G. <b>Botânica</b>: morfologia interna das plantas (anatomia). 9 ed. São Paulo: Nobel, 1984.</p> <p>RAVEN, P. H.; EVERT, R. F. &amp; EICHHORN, S. E. <b>Biologia Vegetal</b>. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2002. 906 p.</p> <p>SOUZA, Vinicius Castro; LORENZI, Harri. <b>Botânica sistemática</b>: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. 3. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2012.768 p. ISBN 9788586714399.</p>

<b>Componente Curricular</b>	CARCINICULTURA	<b>Carga Horária</b>	30
<b>Ementa</b>	Atual conjuntura da atividade no Brasil e no mundo. Definição, histórico e principais espécies de interesse zootécnico. Ciclo de vida de crustáceos. Ciclo de produção e noções de sanidade.		
<b>Metodologia</b>	As atividades realizadas podem contar com atividades síncronas, como webconferências, chats entre outras. As atividades assíncronas podem contar com vídeos, áudios, materiais de leituras, exercícios para fixação do conteúdo, acesso a fóruns de discussão, entre outros.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	BARBIERI JR, R. C.; OSTRENSKI NETO, A. 2001 <b>Camarões marinhos</b> – Engorda. Editora Aprenda Fácil.  BARBIERI JR, R. C.; OSTRENSKI NETO, A. 2001 <b>Camarões marinhos</b> – Reprodução, Maturação e Larvicultura. Editora Aprenda Fácil.  POLI, C., R.; POLI, A. T. B. 2004 <b>AQUICULTURA</b> – Experiências Brasileiras. Multitarefa Editora Ltda.
<b>Bibliografia Complementar</b>	TAVARES, Lucia Helena Sipaubá; ROCHA, Odete. <b>Produção de plâncton (fitoplâncton e zooplâncton) para alimentação de organismos aquáticos</b> . São Carlos: Rima, 2001. 106 p.  VALENTI, Wagner Cotroni. <b>Cultivo de camarões de água doce</b> . 2. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1989. 82 p.  VALENTI, Wagner Cotroni; ROSSI, Fabrício CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS. <b>Cultivo de camarões de água doce</b> . Viçosa, MG: CPT, [200-]. 44 p. (Aqüicultura).  VINATEA ARANA, Luis. <b>Aqüicultura e desenvolvimento sustentável: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aqüicultura brasileira</b> . Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 310 p.  VINATEA ARANA, Luis. <b>Fundamentos de aqüicultura</b> . Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2004. 348p.

<b>Componente Curricular</b>	CULTURA BRASILEIRA E AFRODESCENDENTE	<b>Carga Horária</b>	30
------------------------------	--------------------------------------	----------------------	----



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Conceito de cultura. A cultura no Brasil. A formação do povo brasileiro. A participação africana na formação cultural brasileira. Cultura afro-brasileira e africana. Preconceito, estereótipo e discriminação. O negro na sociedade brasileira contemporânea. A construção da identidade brasileira. A relação entre meio ambiente e cultura.
<b>Bibliografia Básica</b>	DAMATTA, R. <b>O que é o Brasil?</b> Rio de Janeiro: Rocco, 2004. MATTO, R. A. <b>História e Cultura Afro-brasileira.</b> São Paulo: Contexto, 2007. ORTIZ, R. <b>Cultura brasileira e identidade nacional.</b> São Paulo: Brasiliense, 2006.
<b>Bibliografia Complementar</b>	FREYRE, G. <b>Casa Grande e Senzala: Em Quadrinhos.</b> São Paulo: Global, 2005. GUIMARÃES, A. S. <b>Preconceito Racial.</b> 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2012. SANTOS, G. A. <b>A Invenção do Ser Negro: Um Percurso das Idéias que Naturalizaram a Inferioridade dos Negros.</b> São Paulo: Educ/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. PINTO, V. N. <b>Comunicação e Cultura Brasileira.</b> São Paulo: Ática, 2002. VANUCCHI, A. <b>Cultura Brasileira: O Que, Como Se Faz.</b> São Paulo: Loyola, 2002.

<b>Componente Curricular</b>	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	<b>Carga Horária</b>	30
<b>Ementa</b>	Evolução da Educação Ambiental no contexto educacional e legal. Complexidade Ambiental e a intervenção antrópica. Princípios e Estratégias de Educação Ambiental. Perspectivas da interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade em ações de educação ambiental.		
<b>Bibliografia Básica</b>	GENEBALDO FREIRE DIAS. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. Global Editora 2015 211. ISBN		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	<p>9788575553350.</p> <p>SCHWANKE, Cibele (org.). Ambiente: conhecimentos e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2013. 247 p. (Série Tekne). ISBN 9788582600023.</p> <p>MAURO GUIMARÃES. A dimensão ambiental na educação. Papirus Editora 2020 112 p. ISBN 9786556500157.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>CAMINHOS e aprendizagens: educação ambiental, conservação e desenvolvimento. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2000. 92 p. ISBN 8586440043.</p> <p>MAURO GUIMARÃES. A formação de educadores ambientais. Papirus Editora 2020 172 p. ISBN 978-85-449-0350-6.</p> <p>AGIR - percepção da gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Globo, 2004. 280 p. (Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável). ISBN 8525038792.</p> <p>ALFABETIZAÇÃO ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. 1a ed. rev. São Paulo: Cultrix, 2013. 318 p. ISBN 9788531609602.</p> <p>TOZONI REIS, Marília Freitas de Campos (org.). A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007. 165 p.</p>

<b>Componente Curricular</b>	<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES, SUJEITOS E PROCESSOS DE INCLUSÃO</b>	<b>Carga Horária</b>	60
<b>Ementa</b>	Fundamentos e concepções da Educação Especial. História e Política da Educação Especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia Assistiva e Desenho Universal.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Metodologia</b>	As atividades realizadas podem contar com atividades síncronas, como webconferências, chats entre outras. As atividades assíncronas podem contar com vídeos, áudios, materiais de leituras, exercícios para fixação do conteúdo, acesso a fóruns de discussão, entre outros.
<b>Critérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.
<b>Bibliografia Básica</b>	CARVALHO, Rosita. <b>Educação Inclusiva com os pingos nos “is”</b> . Porto Alegre : Mediação, 2004. 176 p.  MANTOAN, M. T. E. <b>Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?</b> São Paulo; Summus, 2015.  MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. <b>Educação especial no Brasil: história e políticas públicas</b> . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
<b>Bibliografia Complementar</b>	CARVALHO, R. E. <b>Removendo barreiras para a aprendizagem</b> . Educação inclusiva. Porto Alegre: Mediações, 2010.  MITTLER, P. <b>Educação Inclusiva: contextos sociais</b> . Porto Alegre: Artmed, 2003. RODRIGUÊS, D. (org.) <b>Educação Inclusiva dos conceitos às práticas de formação</b> . 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.  PACHECO, José e outros. <b>Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar</b> . Porto Alegre: Artmed, 2007.  SKLIAR, C. <b>A escuta das diferenças</b> . Porto Alegre: Mediação, 2019.  SKLIAR, C. (org.). <b>Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial</b> . 7.ed.-Porto Alegre: Mediação, 2013.

<b>Componente</b>	HIDRÁULICA AGRÍCOLA	<b>Carga</b>	30
-------------------	---------------------	--------------	----



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Curricular		Horária	
<b>Ementa</b>	Hidrostática: pressão, empuxo e instrumentos de medição. Hidrodinâmica: vazão, regimes de escoamento, tipos de movimento e Teorema de Bernoulli. Noções básicas de Hidrometria. Noções básicas de escoamento em condutos forçados e perdas de carga. Noções básicas de estações elevatórias e bombas hidráulicas.		
<b>Bibliografia Básica</b>	AZEVEDO NETTO, J.M.; ALVAREZ, G.A. <b>Manual de Hidráulica</b> . Vol. 1 e 2. São Paulo: Edgard Blucher, 2003. PEREZ, JOSÉ GEANINI. <b>Hidráulica Agrícola</b> . Araras Universidade Federal de São Carlos, 2008, 377p. PORTO, R.M.M. <b>Hidráulica Básica</b> . São Carlos. EESC/USP. Projeto Reenge. 2006. 519p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>	BERNARDO, S. <b>Manual de Irrigação</b> . 6 ed. Viçosa: UFV, 1995. 657p. DAKER, A. <b>A Água na Agricultura - Hidráulica Aplicada a Agricultura</b> . 7 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987. 316p. OK MACINTYRE, A J. <b>Bombas e Instalações de Bombeamento</b> . Rio de Janeiro. Editora Guanabara Dois S. A, 667 p. (NOVO) NEVES, E.T. <b>Curso de Hidráulica</b> . 9 ed. São Paulo: Globo, 1989. 577p. TUNDISI, J.G. <b>Água no Século XXI: Enfrentando a Escassez</b> . São Carlos: RiMa, IIE, 2003. 247p.		

Componente Curricular	HIDROLOGIA AGRÍCOLA	Carga Horária	30
<b>Ementa</b>	Ciclo hidrológico. Bacias hidrográficas. Processamento de dados meteorológicos. Balanço hídrico. Precipitação. Interceptação. Evapotranspiração. Infiltração e água no solo. Escoamento superficial.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>PAIVA, J.B.D. de; PAIVA, E.M.C.D. de. <b>Hidrologia Aplicada a Gestão de Pequenas Bacias Hidrográficas</b>. Porto Alegre: ABRH, 2003.</p> <p>TUCCI C.E.M. <b>Hidrologia - Ciência e Aplicação</b>. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ABRH, 2002.</p> <p>VALENTE, O.F; GOMES, M.A. <b>Conservação de Nascentes – Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas</b>. Editora: Aprenda Fácil Editora LTDA, 2005</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BRANDAO, V. dos S; PRUSKI, F. F; DAVID, D. da S. <b>Infiltração da Água no Solo</b>. 3 ed. Viçosa. Editora UFV, 2006.</p> <p>PINTO, N.L.S.; HOLTZ, A.C.T.; MARTINS, J.A.; GOMIDE, F.L.S. <b>Hidrologia Básica</b>. São Paulo, E. Blucher, 1976.</p> <p>PRUSK, F.F; BRANDAO, V. dos S; SILVA, D.D, da. <b>Escoamento Superficial</b>. Viçosa. Editora UFV, 2003.</p> <p>TODD, D.K. <b>Hidrologia de Águas Subterrâneas</b>. USAID. Rio de Janeiro. 1967.</p> <p>LENCASTRE, M. <b>Manual de Hidráulica Geral</b>, E. Bluscher/USP, 1972.</p>

<b>Componente Curricular</b>	LEITURA E ESCRITA ACADÊMICA	<b>Carga Horária</b>	30
<b>Ementa</b>	Compreensão dos tipos de artigos. Prática com leitura, análise e escrita de artigos. Adequação de texto às normas de trabalhos científicos.		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>LUIZ, Ercília Maria de Moura Garcia. <b>Escrita acadêmica [recurso eletrônico]</b>: princípios básicos. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.</p> <p>MELLO, Marcela Tavares. <b>Letramentos Acadêmicos: teoria e prática</b>. Curitiba: CRV, 2017.</p> <p>PERISSÉ, Gabriel. <b>Ler, pensar e escrever</b>. 5.ed. São Paulo:</p>		



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Saraiva, 2011.
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. <b>Prática de texto para estudantes universitários</b>. Curitiba: Vozes, 2001.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>A importância do ato de ler</b>. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.</p> <p>KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <b>Ler e escrever: estratégias de produção textual</b>. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odette Maria Benetti. <b>Estudo e Produção de Textos – Gêneros Textuais do Relatar, Narrar e Descrever</b>. São Paulo: Vozes, 2012.</p> <p>VAL, M. da G. C. <b>Redação e Textualidade</b>. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2016.</p>

<b>Componente Curricular</b>	<b>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30</b>
<b>Ementa</b>	Aspectos linguísticos e culturais da Libras. Desenvolvimento de habilidades intermediárias de produção e compreensão em Libras. Noções básicas da fonética e fonologia da Libras.		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>CAPOVILLA, Fernando César (coord.). <b>Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em Suas Mãos</b>. 3 Volumes. São Paulo: Edusp, 2017.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>QUADROS, Ronice M. <b>Libras</b>. São Paulo: Parábola, 2019.</p>		
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BRANDÃO, F. <b>Dicionário ilustrado de libras: língua brasileira de sinais</b>. São Paulo: Global, 2011.</p> <p>BRITO, Lucinda Ferreira. <b>Por uma gramática de línguas de sinais</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Orgs.); SANTOS, Lara</p>		





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	<p>Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. <b>LIBRAS: aspectos fundamentais</b>. Editora Intersaberes – 2019.</p> <p>SACKS, O. <b>Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</b>. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.</p> <p>SEGALA, S. R.; KOJIMA, C. K. <b>Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento</b>. São Paulo. Ed. Escala. 2012.</p>
--	--

<b>Componente Curricular</b>	<b>MALACOCULTURA</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>30</b>
<b>Ementa</b>	Contexto nacional e mundial da produção de bivalves. Anatomia, fisiologia e Ecologia de bivalves de interesse zootécnico. Obtenção de sementes. Principais sistemas de produção. Noções de sanidade em produção de bivalves. Noções de beneficiamento de bivalves. Aspectos econômicos básicos na implantação de unidades produtoras de bivalves.		
<b>Metodologia</b>	As atividades realizadas podem contar com atividades síncronas, como webconferências, chats entre outras. As atividades assíncronas podem contar com vídeos, áudios, materiais de leituras, exercícios para fixação do conteúdo, acesso a fóruns de discussão, entre outros.		
<b>Critérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>GOSLING, Elizabeth. <b>Bivalve molluscs: biology, ecology and culture</b>. Oxford: Fishing News Books, 2003. x,443 p. ISBN 9780852382349.</p> <p>MARQUES, Helcio Luis de Almeida. <b>Criação comercial de mexilhões</b>. São Paulo: Nobel, 1998. 109 p. ISBN 8521309252.</p> <p>SPENCER, B. E. <b>Molluscan shellfish farming</b>. Oxford: Fishing News Books, Malden: Blackwell, 2002. xviii, 274 p. ISBN 9780852382912.</p>		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>GOMES, Luiz Antonio de Oliveira. <b>Cultivo de crustáceos e moluscos</b>. São Paulo: Liv. Nobel, 1986. xv, 226 p. ISBN 8521304110 (broch.).</p> <p>KUBITZA, Fernando. <b>Controle financeiro na aquicultura</b>. Jundiaí: F. Kubitza, 2004. 70p. [espiral] (Aquicultura avançada) ISBN 8590101797.</p> <p>POLI, Carlos Rogerio. <b>Aquicultura: experiências brasileiras</b>. Florianópolis, SC: UFSC, CCA, Multitarefa, 2004. viii,456p.</p> <p>REUNIÓN GRUPO DE TRABAJO TÉCNICO 2., 1989, Ancud. Isla Chiloe, Chile.; HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Armando. <b>Cultivo de moluscos en América Latina</b>. Bogotá: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1990. 405p.</p> <p>TAVARES, Lucia Helena Sipaubá; ROCHA, Odete. <b>Produção de plâncton (fitoplâncton e zooplâncton) para alimentação de organismos aquáticos</b>. São Carlos: Rima, 2001. 106 p. ISBN 8586552178</p>
----------------------------------	--

<b>Componente Curricular</b>	MANEJO INTEGRADO DE CULTIVOS	<b>Carga Horária</b>	30
<b>Ementa</b>	Introdução ao manejo integrado de cultivos, ecofisiologia da produção vegetal, práticas de intensificação ecológica na agricultura, sistemas de preparo do solo e desenho de paisagem para manejo integrado de cultivos.		
<b>Metodologia</b>	As atividades realizadas podem contar com atividades síncronas, como webconferências, chats entre outras. As atividades assíncronas podem contar com vídeos, áudios, materiais de leituras, exercícios para fixação do conteúdo, acesso a fóruns de discussão, entre outros.		
<b>Crítérios e Formas de avaliação</b>	Para avaliar a qualidade do desempenho do aluno e do processo de ensino e aprendizagem serão aplicados instrumentos de avaliação (trabalho orientado/dirigido, provas, atividade on-line, entre outros), podendo ser utilizado conjuntamente com as avaliações presenciais para cômputo da média semestral.		



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>AMORIM, Lilian; REZENDE, Jorge Alberto Marques; ERGAMIN FILHO, Armando (ed.). <b>Manual de fitopatologia</b>, volume 1 : princípios e conceitos. 5.ed. Minas Gerais: Agronômica Ceres, 2018. 573 p. ISBN 9788531800566.</p> <p>CARDOSO, Irene Maria; FÁVERO, Claudenir (ed.). <b>Solos e agroecologia</b>. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 373 p. (Coleção Transição Agroecológica, 4). ISBN 9788570357748.</p> <p>NAKANO, Octavio; SILVEIRA NETO, Sinval; ZUCCHI, Roberto Antonio. <b>Entomologia econômica</b>. Piracicaba: ESALQ, 2011. 429 p. 9781439837085.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ABROL, Dharam P. <b>Integrated Pest Management: Current Concepts and Ecological Perspective</b>. Elsevier. 2014. 561p. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1016/C2012-0-00720-X">https://doi.org/10.1016/C2012-0-00720-X</a> . Acesso em: 12 de Julho 2022. ISBN:978-0-12-398529-3</p> <p>BALDIN, Edson Luiz Lopes; VENDRAMIM, J. D.; LOURENÇÃO, André Luiz (ed.). <b>Resistência de plantas a insetos: fundamentos e aplicações</b>. Piracicaba: FEALQ, 2019.</p> <p>INSECT bioecology and nutrition for integrated pest management. Boca Raton 2012. 732 p 493 p. ISBN 9788571330894.</p> <p>REBELLO, José Fernando dos Santos; SAKAMOTO, Daniela Ghiringhello. <b>Agricultura sintrópica segundo Ernst Gotsch</b>. São Paulo: Reviver, 2021. 156p. Disponível em: <a href="https://www.plantebrasil.com.br/post/agricultura-sintr%C3%B3pica-segundo-ernst-g%C3%B6tsch">https://www.plantebrasil.com.br/post/agricultura-sintr%C3%B3pica-segundo-ernst-g%C3%B6tsch</a>. Acesso em: 7 mar. 2022.</p> <p>REICHARDT, Klaus; TIMM, Luís Carlos; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo (coord.). <b>Água e sustentabilidade no sistema solo-planta-atmosfera</b>. Barueri: Manole, 2016. xvi, 228 p. (Sustentabilidade). ISBN 9788520446799</p>

<b>Componente Curricular</b>	PROJETOS DE IRRIGAÇÃO LOCALIZADA	<b>Carga Horária</b>	30
------------------------------	----------------------------------	----------------------	----



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

<b>Ementa</b>	Introdução a irrigação localizada. Noções básicas de hidrostática, hidrodinâmica, hidrometria, escoamento em condutos forçados e perdas de carga. Projeto de irrigação localizada: parâmetros utilizados no dimensionamento, seleção de emissores, dimensionamento de tubulações, seleção de filtros, seleção de motobombas e memorial descritivo. Avaliação e manejo de sistemas de irrigação localizada.
<b>Bibliografia Básica</b>	AZEVEDO NETTO, J.M.; ALVAREZ, G.A. <b>Manual de Hidráulica</b> . Vol. 1 e 2. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.  BERNARDO, S. <b>Manual de Irrigação</b> . 6 ed. Viçosa: UFV, 1995. 657p.  OLITTA, A.F.L. <b>Os Métodos de Irrigação</b> . 11ed. São Paulo: Nobel, 1997.
<b>Bibliografia Complementar</b>	DAKER, A. <b>A Água na Agricultura</b> . Irrigação e Drenagem. 6ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.  DOORENBOS, J.; KASSAM, A.H. <b>Efeitos da Água no Rendimento das Culturas</b> . Tradução de GHEYI, H. R.; SOUSA, A. A. de.; DAMASCENO, F. A. V.; MEDEIROS, J.F. de. Campina Grande: UFPB, 1994. 306p.  DOORENBOS, J.; PRUITT, W.O. <b>Necessidades Hídricas das Culturas</b> . Tradução GHEYI, H. R., MET.RI, J. E. C.; DAMASCENO, F. A. V. Campina Grande: UFPB, 1997. 204p.  OLIVEIRA, Aureo Silva de; KUHN, Dalmir; SILVA, Gilson Pereira. <b>A irrigação e a relação solo-planta-atmosfera</b> . Brasília, DF: LK Editora e Comunicação, 2006.  PORTO, R. de M. <b>Hidráulica Básica</b> . 2 ed. São Carlos: EESC/USP, 1999. 519p.

<b>Componente Curricular</b>	PROJETOS DE IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO CONVENCIONAL	<b>Carga Horária</b>	30
------------------------------	---	----------------------	----



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<b>Ementa</b>	<p>Introdução a irrigação por aspersão convencional. Noções básicas de hidrostática, hidrodinâmica, hidrometria, escoamento em condutos forçados e perdas de carga. Projeto de irrigação por aspersão convencional: parâmetros utilizados no dimensionamento, seleção de emissores, dimensionamento de tubulações, seleção de motobombas e memorial descritivo. Avaliação e manejo de sistemas de irrigação por aspersão convencional.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>AZEVEDO NETTO, J.M.; ALVAREZ, G.A. <b>Manual de Hidráulica</b>. Vol. 1 e 2. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.</p> <p>BERNARDO, S. <b>Manual de Irrigação</b>. 6 ed. Viçosa: UFV, 1995. 657p.</p> <p>OLITTA, A.F.L. <b>Os Métodos de Irrigação</b>. 11ed. São Paulo: Nobel, 1997.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>DAKER, A. <b>A Água na Agricultura</b>. Irrigação e Drenagem. 6ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.</p> <p>DOORENBOS, J.; KASSAM, A.H. <b>Efeitos da Água no Rendimento das Culturas</b>. Tradução de GHEYI, H. R.; SOUSA, A. A. de.; DAMASCENO, F. A. V.; MEDEIROS, J.F. de. Campina Grande: UFPB, 1994. 306p.</p> <p>DOORENBOS, J.; PRUITT, W.O. <b>Necessidades Hídricas das Culturas</b>. Tradução GHEYI, H. R., MET. RI, J. E. C.; DAMASCENO, F. A. V. Campina Grande: UFPB, 1997. 204p.</p> <p>OLIVEIRA, Aureo Silva de; KUHN, Dalmir; SILVA, Gilson Pereira. <b>A irrigação e a relação solo-planta-atmosfera</b>. Brasília, DF: LK Editora e Comunicação, 2006.</p> <p>PORTO, R. de M. <b>Hidráulica Básica</b>. 2 ed. São Carlos: EESC/USP, 1999. 519p.</p>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

**10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

**10.1 Descrição do Corpo Docente**

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
ALCEU KUNZE	1524633	DE	Mestre	alceu.kunze@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/5802542669156612">http://lattes.cnpq.br/5802542669156612</a>	(47) 3803-7200 Ramal: 1160
ALESSANDRO EZIQUIEL DA PAIXÃO	1509143	DE	Mestre	alessandro.paixao@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/7910036078074237">http://lattes.cnpq.br/7910036078074237</a>	(47) 3803-7200 Ramal: 1134
ANA CLAUDIA FERREIRA	1332112	DE	Mestra	ana.ferreira@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/7475519966795978">http://lattes.cnpq.br/7475519966795978</a>	-
ANA CRISTINA QUINTANILHA SCHREIBER	2336009	20 h	Mestra	ana.schreiber@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/7189794514195530">http://lattes.cnpq.br/7189794514195530</a>	-
ANELISE DESTEFANI	1518992	DE	Doutora	anelise.destefani@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/0406619616561197">http://lattes.cnpq.br/0406619616561197</a>	(47)3803-7248
ANELISE GRÜNFELD DE LUCA	2102481	DE	Doutora	anelise.luca@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/9660221537454268">http://lattes.cnpq.br/9660221537454268</a>	(47)3803-7232
ARTUR DE LIMA PRETO	1741699	DE	Doutor	artur.preto@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/2656831794872958">http://lattes.cnpq.br/2656831794872958</a>	(47)3803-7228
BETHANIA DA ROCHA MEDEIROS	1827906	DE	Doutora	bethania.medeiros@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/8105445179581750">http://lattes.cnpq.br/8105445179581750</a>	(47)3803-7218
CARLOS EDUARDO NOGUEIRA MARTINS	1760760	DE	Doutor	carlos.martins@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/1431752098142423">http://lattes.cnpq.br/1431752098142423</a>	(47)3803-7261
CRISTIANE VANESSA TAGLIARI CORRÊA	1351550	DE	Doutora	cristiane.correa@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/0140407257002080">http://lattes.cnpq.br/0140407257002080</a>	(47)3803-7204
DANIEL DA ROSA FARIAS	2356032	DE	Doutor	daniel.farias@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/3031969132558098">http://lattes.cnpq.br/3031969132558098</a>	(47)3803-7216



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

DEIVISSON FERREIRA DA SILVA	2335839	DE	Mestre	deivisson.silva@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/8405175588083190">http://lattes.cnpq.br/8405175588083190</a>	(47) 3803-7200 Ramal: 1154
DELANO DIAS SCHLEDER	2613308	DE	Doutor	delano.schleder@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/3636781422595489">http://lattes.cnpq.br/3636781422595489</a>	(47)3803-7248
ERICA PEREZ MARSON BAKO	1550598	DE	Doutora	erica.bako@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/3958671092629166">http://lattes.cnpq.br/3958671092629166</a>	(47)3803-7280
FERNANDO PRATES BISSO	1815440	DE	Doutor	fernando.bisso@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/6201994349999875">http://lattes.cnpq.br/6201994349999875</a>	-
FRANCISCO JOSE MONTORIO SOBRAL	53965	DE	Doutor	francisco.sobral@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/5442422671155600">http://lattes.cnpq.br/5442422671155600</a>	-
GEANCARLO TAKANORI KATSURAYAMA	2354945	DE	Doutor	geancarlo.katsurayama@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/2292820414636526">http://lattes.cnpq.br/2292820414636526</a>	(47) 3803-7200 Ramal: 1159
GISELE GUTSTEIN	1019906	DE	Doutora	gisele.gutstein@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/4138862042210829">http://lattes.cnpq.br/4138862042210829</a>	(47)3803-7246
GRISCELE SOUZA DE JESUS	1296611	DE	Mestra	griscele.jesus@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/7556022944531405">http://lattes.cnpq.br/7556022944531405</a>	-
JEAN EDUARDO SEBOLD	1463790	DE	Doutor	jean.sebold@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/1558895083624729">http://lattes.cnpq.br/1558895083624729</a>	-
JUAHIL MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR	1849719	DE	Doutor	juahil.oliveira@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/6360826499042991">http://lattes.cnpq.br/6360826499042991</a>	(47)3803-7261
JULIANO SANTOS GUERETZ	1810731	DE	Doutor	juliano.gueretz@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/0226756068414551">http://lattes.cnpq.br/0226756068414551</a>	(47)3803-7237
LEANDRO ALVES PEREIRA	1142783	DE	Doutor	leandro.pereira@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/6769313601568045">http://lattes.cnpq.br/6769313601568045</a>	(47) 3803-7200 Ramal: 1133
LEANDRO KINGESKI PACHECO	2110600	DE	Mestre	leandro.pacheco@ifc.edu.br	<a href="http://lattes.cnpq.br/1051742419851088">http://lattes.cnpq.br/1051742419851088</a>	(47)3803-7258



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

LUCIA LORETO LACERDA	2101108	DE	Mestra	lucia.lacerda@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9748586513812508	(47) 3803-7200 Ramal: 1160
LUCIANO ALVES	2533597	DE	Mestre	luciano.alves@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8438164770486817	(47)3803-7227
MARILENE MARIA SCHMIDT	2058124	DE	Mestra	marilene.schmidt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1084613777202929	(47)3803-7258
MAURICIO LEHMANN	1160184	DE	Doutor	mauricio.lehmann@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3909517489409611	(47)3803-7237
NEIVA MARIA BATISTA VIEIRA	2737665	DE	Doutora	neiva.vieira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4093590113910115	(47) 3803-7200 Ramal: 1152
PAULA KIELSE VARGAS DO NASCIMENTO	3142173	DE	Doutora	paula.nascimento@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1716015592096752	(47) 3803-7200 Ramal: 1159
PAULA VERGARA DA SILVA	1802852	DE	Mestra	paula.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9032316549161105	-
PAULO DE ALMEIDA CORREIA JÚNIOR	1653118	DE	Mestre	paulo.almeida@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4223679245702863	(47) 3803-7200 Ramal: 1160
REGINALDO LEANDRO PLÁCIDO	2278161	DE	Doutor	reginaldo.placido@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6754849438511308	(47)3803-7263
ROBILSON ANTONIO WEBER	2356802	DE	Doutor	robilson.weber@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8313914807759368	(47)3803-7228
RODRIGO MARTINS MONZANI	2521174	DE	Doutor	rodrigo.monzani@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3255476119003017	-
SERGIO GOMES DELITSCH	1159375	DE	Mestre	sergio.delitsch@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4881418305515320	(47) 3803-7200 Ramal: 1150
SIMÃO ALBERTO	2302970	DE	Doutor	simao.alberto@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1281238982637284	(47) 3803-7200 Ramal: 1153





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

TEOMAR DUARTE DA SILVA	2691544	DE	Mestre	teomar.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9592501883667285	(47) 3803-7200 Ramal: 1159
UBERSON ROSSA	4204259	DE	Doutor	uberson.rossa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3476177132200018	-

## 10.2 Coordenação de Curso

Dados do coordenador de curso:

- Coordenador: Uberson Rossa
- CPF: 016.129.988-28
- Titulação: Licenciado em Ciências Agrárias, PhD
- Regime de trabalho: 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva (DE)
- Endereço de e-mail: cienciasagricolas.grad.araquari@ifc.edu.br
- Telefone: (47) 3803-7259

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de curso:

**Art. 80** A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.

§ 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;

§ 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.

§ 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no *caput* deste artigo.

§ 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.

**Art. 83** São atribuições da Coordenação de Curso:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;

II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

- III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;
- IV - subsidiar a gestão do *campus* no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;
- V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;
- V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;
- VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;
- VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;
- VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;
- IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;
- X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;
- XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;
- XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;
- XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;
- XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;
- XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

### 10.3 Núcleo Docente Estruturante

O NDE do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas é designado por Portaria da Direção Geral. Fazem parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso:

Nome	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail
ALCEU KUNZE	DE	Mestre	alceu.kunze@ifc.edu.br
DEIVISSON FERREIRA DA SILVA	DE	Mestre	deivisson.silva@ifc.edu.br
FERNANDO PRATES BISSO	DE	Doutor	fernando.bisso@ifc.edu.br



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

FRANCISCO JOSE MONTORIO SOBRAL	DE	Doutor	francisco.sobral@ifc.edu.br
GEANCARLO TAKANORI KATSURAYAMA	DE	Doutor	geancarlo.katsurayama@ifc.edu.br
GISELE GUTSTEIN	DE	Mestra	gisele.gutstein@ifc.edu.br
GRISCELE SOUZA DE JESUS	DE	Mestra	griscele.jesus@ifc.edu.br
JEAN EDUARDO SEBOLD	DE	Doutor	jean.sebold@ifc.edu.br
SERGIO GOMES DELITSCH	DE	Mestre	sergio.delitsch@ifc.edu.br
SIMÃO ALBERTO	DE	Doutor	simao.alberto@ifc.edu.br
TEOMAR DUARTE DA SILVA	DE	Mestre	teomar.silva@ifc.edu.br
UBERSON ROSSA	DE	Doutor	uberson.rossa@ifc.edu.br

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

**Art. 84** O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NUPE.

**Art. 85** A constituição do NDE deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação *stricto sensu*.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

§ 3º Os *campi* têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do *campus*, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

**Art. 86** São atribuições do NDE:

I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;

II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;

VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;

VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;

VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.

IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.

X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

**Art. 87** Compete ao Presidente do NDE:

I - convocar os membros;

II - presidir e garantir o registro das reuniões;

III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;

IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;

V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

## 10.4 Colegiado de Curso

O colegiado do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas é designado por Portaria da Direção Geral. Fazem parte do Colegiado do Curso:

Nome	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail
------	--------------------	-----------	--------



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

ALCEU KUNZE	DE	Mestre	alceu.kunze@ifc.edu.br
ANA CRISTINA QUINTANILHA SCHREIBER	DE	Mestra	ana.schreiber@ifc.edu.br
ARTUR DE LIMA PRETO	DE	Doutor	artur.preto@ifc.edu.br
DEIVISSON FERREIRA DA SILVA	DE	Mestre	deivisson.silva@ifc.edu.br
FERNANDO PRATES BISSO	DE	Doutor	fernando.bisso@ifc.edu.br
FRANCISCO JOSE MONTORIO SOBRAL	DE	Doutor	francisco.sobral@ifc.edu.br
GEANCARLO TAKANORI KATSURAYAMA	DE	Doutor	geancarlo.katsurayama@ifc.edu.br
GISELE GUTSTEIN	20h	Mestra	gisele.gutstein@ifc.edu.br
GRISCELE SOUZA DE JESUS	DE	Mestra	griscele.jesus@ifc.edu.br
JEAN EDUARDO SEBOLD	DE	Doutor	jean.sebold@ifc.edu.br
MARCIA HELENA CARVALHO GONZALEZ	Representante discente		marciagonzalez75@gmail.com
MARCIONE RODRIGUES NUNES	40 h	Mestre	marcione.nunes@ifc.edu.br
SERGIO GOMES DELITSCH	DE	Mestre	sergio.delitsch@ifc.edu.br
SIMÃO ALBERTO	DE	Doutor	simao.alberto@ifc.edu.br
TEOMAR DUARTE DA SILVA	DE	Mestre	teomar.silva@ifc.edu.br
UBERSON ROSSA	DE	Doutor	uberson.rossa@ifc.edu.br
VITÓRIA GREGIANIN	Representante discente		vitoriagreja@gmail.com

O Colegiado do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas segue as orientações da Resolução nº 10/2021 CONSUPER/IFC, sendo “um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos técnicos, superiores e EJA-EPT no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC”, possuindo as competências descritas a seguir:

**Art. 88** O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

**Art. 89** A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;

II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;

III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;

IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);

V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;

§ 1º Os *campi* têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.

§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do *campus*, explicitando o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

**Art. 90** Competências do Colegiado de Curso:

I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;

V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;

VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do *campus* que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;

VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, junto com a Coordenação de Curso.

VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;

IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;

**Art. 91** Compete ao Presidente do Colegiado:

I - dar posse aos membros do Colegiado;

II - convocar e presidir as reuniões;



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

- III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;
- IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;
- V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;
- VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;
- VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;
- IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
- X - decidir as questões de ordem;
- XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação;
- XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;
- XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

### 10.5 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
ADEMIR SCHEUERMANN	1159857	Auxiliar de Agropecuária	Graduado	ademir.scheuermann@ifc.edu.br
BRUNA ARIANE DA SILVA	2164100	Técnico em Agropecuária	Mestre	bruna.ariane@ifc.edu.br
CAROLINA BEIRO DA SILVEIRA	2187125	Psicólogo	Especialista	carolina.beiro@ifc.edu.br
CÁSSIO DE SOUZA GIABARDO	1834638	Bibliotecário / Documentalista	Mestre	cassio.giabardo@ifc.edu.br
CRISTIANO TWARDOWSKI	2164365	Técnico em Agropecuária	Graduado	cristiano.twardowski@ifc.edu.br
DANIEL PAULO DAMIN FERRO	1811818	Téc. em Lab. / Química	Especialista	daniel.ferro@ifc.edu.br
DANIELLE ENGEL CANSIAN	1757364	Téc. em Assuntos Educacionais	Mestra	danielle.cardoso@ifc.edu.br
FILIPPE ANTUNES DA SILVA	2156709	Téc. em Lab. / Química	Mestre	filipi.antunes@ifc.edu.br
JEFFERSON DOUGLAS VIANNA	1134696	Analista de Tecnologia da Informação	Especialista	jefferson.vianna@ifc.edu.br
JOÃO RICARDO TECHIO	1879733	Analista de Tecnologia da	Especialista	joao.techio@ifc.edu.br



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

		Informação		
JULIANA DE SOUZA	1786506	Téc. em Assuntos Educacionais	Mestra	juliana.souza@ifc.edu.br
KARINNA CARGNIN	1755231	Assistente em Administração	Mestra	karinna.cargnin@ifc.edu.br
MAIKA JANINE LAZZARIS	1755778	Assistente em Administração	Mestra	maika.lazzaris@ifc.edu.br
MARCIONE RODRIGUES NUNES	1296213	Téc. em Assuntos Educacionais	Mestre	marcione.nunes@ifc.edu.br
MARINA ROCHA DE CASTRO LEAL	1764825	Téc. em Assuntos Educacionais	Especialista	marina.rocha@ifc.edu.br
NOARA TEÓFILO KLABUNDE	1703501	Pedagogo / Orientador Educacional	Mestra	noara.klabunde@ifc.edu.br
THAIS RABELO MARTINS	1756033	Assistente em Administração	Especialista	thais@ifc.edu.br
VAGNER ANTONIO FERREIRA	1756303	Técnico em Agropecuária	Graduado	vagner.ferreira@ifc.edu.br
VÂNIA MENEGHINI DA ROCHA	1756149	Pedagogo / Orientador Educacional	Mestra	vania.rocha@ifc.edu.br

### **10.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação**

O Instituto Federal Catarinense, em consonância com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, reconhece a importância da capacitação de seus servidores como requisito para cumprir a missão relacionada à transformação do cenário regional em benefício da sociedade. Tal reconhecimento sugere não apenas a relevância de um Plano Anual de Capacitação dos Servidores do IFC, mas também o estabelecimento da capacitação como uma meta prioritária de gestão. Os recursos humanos de uma instituição deixaram de ser apenas números e passaram a fazer parte das estratégias de organizações, com conhecimentos, especialidades, competências, habilidades e





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

atitudes.

A promoção ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do IFC tem se tornado condição primordial para o desenvolvimento de toda a instituição IFC.

Vindo ao encontro desta necessidade de desenvolver estrategicamente o corpo funcional do IFC, temos elencado como principais incentivos a capacitação os diretamente ligados a legislação vigente: Afastamento integral para pós-graduação stricto sensu, onde o servidor poderá afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país ou no exterior; Horário especial para servidor estudante, que consiste no afastamento de servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação lato sensu, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação stricto sensu, dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da lei n. 8.112/90; Licença para capacitação onde após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; Ações para aperfeiçoamento (curta duração), podendo haver a autorização de afastamento do servidor para cursos de aperfeiçoamento como congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Programa Institucional de Qualificação de servidores – PIQIFC, em que os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação stricto sensu; Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFC, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores, através de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado.

O IFC desenvolve também ações internas com intervenções no dia a dia dos servidores, tais como: Plano Anual de Capacitação dos campi e da reitoria do IFC; educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos e docentes; Programa de Recepção Docentes e TAES; ações para a preparação para aposentadoria; Eventos: semana da saúde e



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

segurança de trabalho, semana da mulher, Faça uma Pausa com a Gestão, entre outros.



## **11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL**

### **11.1 Biblioteca**

A biblioteca do Campus Araquari possui 297m<sup>2</sup>, contando com ambiente climatizado, rede Wi-Fi, disponibilidade de 90 lugares, 10 computadores à disposição dos usuários para acesso à internet e ambiente Office, além de dois computadores exclusivos para consulta ao acervo. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 08h às 21h.

Seu acervo é de aproximadamente 18.756 exemplares e 8.034 títulos de materiais bibliográficos (livros, periódicos, CDs, DVDs, mapas, monografias, dissertações e teses) com destaque nas áreas de agricultura, pecuária, veterinária, química, informática, educação, agrimensura e literatura. Também é possível solicitar o empréstimo de qualquer outro material bibliográfico das demais bibliotecas da rede do IFC, sendo que o acervo de todas as bibliotecas é de aproximadamente 203.825 exemplares e 97.512 títulos nas mais diversas áreas do conhecimento. A compra de livros é realizada constantemente pela biblioteca com objetivo de manter sempre atualizado seu acervo e atender os livros previstos na bibliográfica básica e complementar do curso; como demais sugestões de livros feitas por alunos e professores.

Além de todo esse acervo físico, o IFC possui a assinatura de três plataformas (Cengage, Pearson e Saraiva) de livros online, disponibilizando um total de 13.577 e-books. Assim como, a assinatura e acesso digital de 200 normas da ABNT.

O acesso a todo esse material digital, como a consulta, reserva e empréstimos das bibliografias físicas é gerenciado através do sistema Pergamum.

Também vale destacar que o Portal de Periódicos da Capes viabiliza ao IFC através do IP do campus ou pela Rede CAFe via acesso remoto de casa, o acesso na íntegra de periódicos online de diversas bases de dados.

### **11.2 Áreas de Ensino e Laboratórios**

#### **11.2.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral**



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

Os docentes do curso possuem salas em que podem realizar o trabalho inerente à docência, como o planejamento didático-pedagógico e o atendimento aos estudantes. Essas salas são compartilhadas com um ou mais docentes, dependendo do espaço físico disponível em cada uma. Ainda, as salas contam com acesso a internet por meio de WiFi fornecida pelo campus, além de mesas, cadeiras, ar-condicionado e armários/gaveteiros, para armazenamento dos seus materiais.

### **11.2.2 Espaço de trabalho para o coordenador**

O campus possui uma sala exclusiva para o trabalho da coordenação de curso. Esta sala possui acesso a internet sem fio fornecida pelo campus, notebooks, ar-condicionado e armários/gaveteiros, para armazenamento dos seus materiais. Além disso, possui mesas e cadeiras, permitindo que sejam realizados alguns tipos de reuniões e atendimentos a terceiros.

### **11.2.3 Salas de aula**

O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas tem disponível quatro salas para as disciplinas teóricas localizadas no Bloco D. Elas são climatizadas, possuem quadros brancos, Smart TVs e 40 carteiras cada e atendem os aspectos referentes à: limpeza, iluminação, acústica, conservação, comodidade.

### **11.2.4 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática**

Os estudantes poderão acessar a internet sem fio por meio dos seus equipamentos, como celulares e notebooks. Além disso, os estudantes podem acessar a internet por meio de 10 computadores disponíveis na biblioteca do campus. O campus conta também com laboratórios de informática que podem ser utilizados para as aulas do curso.

### **11.2.5 Unidades de Ensino-Aprendizagem (UEA) e Laboratórios do Campus Araquari**

As Unidades de Ensino-Aprendizagem do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias tem como objetivo, reconhecer a vinculação entre teoria e prática contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual do futuro professor, qualidade necessária durante toda a sua vida



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

profissional, para que não seja resistente a mudanças, apegando-se a modelos conhecidos, como também não seja influenciado por modismos que prometem revolucionar a educação escolar sem promover uma prática em que o conteúdo seja ressignificado.

Quando se trabalha integralmente teoria e prática, permitindo que a primeira seja o ponto de reflexão crítica sobre a realidade a fim de poder transformá-la, o estágio poderá constituir-se um elo, que certamente culminará numa proposta significativa de interferência com vistas à mudança e à busca da qualidade de ensino. Assim, formaremos um profissional com domínio dos conhecimentos específicos e pedagógicos, que fará de sua prática um processo contínuo de investigação.

Os laboratórios abaixo mencionados são utilizados pelos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias apresentando normas de funcionamento, utilização e segurança. Atendendo de maneira significativa a quantidade de equipamentos, relacionado ao espaço físico e número de acadêmicos matriculados no curso. Ressaltamos que nas diferentes Unidades de Ensino Aprendizagem apresentam técnicos e professores responsáveis.

As Unidades atendem a comunidade interna e externa por meio dos projetos de pesquisa e extensão.

INSTALAÇÕES	EQUIPAMENTOS
Laboratório de Biologia	Balança analítica; Balanças semianalíticas; Balanças eletrônicas; Cronômetros digitais; GPS portátil; Medidores de PH; Agitadores de tubos vórtex; Agitadores magnéticos; Autoclave; Banhos maria termostático; Bomba de vácuo; Câmera para microscópio; Capelas de exaustão de gases; capela de fluxo laminar; Centrífuga elétrica digital; Cubas de ultrassom para banho seco; Deionizador de água; Destilador de água; Espectrofotômetro; Estufa de cultura bacteriológica; Estufas de esterilização e secagem; Forno; Micropipetas; Microscópios; Modelos anatômicos de articulação do joelho, célula ampliada, célula vegetal, dicotiledônea arbórea, ducto cóclea humano, esqueleto padrão, mitose, muscular, ouvido humano, rim humano e semente de milho; Ar-condicionados; desumidificador; Geladeira; Estabilizadores de voltagem; Televisor; Microcomputador desktop e monitor; Motobomba; Armários; Balcões; Banquetas; Cadeiras; Mesas.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Hardware - A12	Ar-condicionado; armários; cadeiras; computadores; estação de solda; mesas; projetor de multimídia; quadro branco
Laboratório de Aquicultura	Balanças analíticas, centesimal e eletrônica; Medidores de PH; Oxímetros; Agitadores de tubos vórtex; Agitadores magnéticos; Autoclaves; Botijão criogênico; Capela de exaustão de gases; Centrífuga digital; Centrífuga de bancada refrigerada; Estufa de cultura bacteriológica; Estufas de esterilização e secagem; Micropipetas; Microscópios; Refratômetros; Ar-condicionados; Freezer; Geladeira e refrigeradores; Microcomputador notebook; Monitores de LCD; Compressores de ar; Estufa Agrícola Climatizada; Armários; Banquetas; Cadeiras; Mesas; Carrinho de carga.
Programação - B1	Ar-condicionado; cadeiras; lousa interativa; mesas; microcomputadores; projetor de multimídia
Programação - B2	Ar-condicionados; cadeiras; mesas; microcomputadores; projetores de multimídia; quadro branco
Análise Des. Sistemas - B4	Ar-condicionado; cadeiras; mesas; microcomputador; projetor de multimídia; quadro branco; tela de projeção
Laboratório de Engenharia Agrícola	Balança de plataforma; Penetrômetro analógico; Telas de projeção; Televisor; Cadeiras; Quadro quadriculado côncavo; Bancada para apoio experimental, mesas escolares de desenho técnico; materiais de desenho técnico (régua T, jogos de esquadros, compassos, etc.); modelos técnicos diversos.
Laboratório de ensino e diagnóstico veterinário	Este laboratório está composto por sala de professores e 4 subunidades didáticas: a) laboratório de biologia molecular, b) laboratório de microbiologia, c) laboratório de parasitologia e d) laboratório didático. Vidrarias diversas que atendem à demanda de cada laboratório como: tubos de ensaio, provetas, placas de petri, pipetas, becker, almotolias, balões volumétricos, erlenmeyer, estantes para tubos, microtubos, ponteiras, etc. Ar Condicionado; Notebooks e desktops; TV e projetores multimídia. NO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR: 1agitador magnético; 2 DNA workstartion para PCR; 1 centrífuga eppendorf; 4 cubas de eletroforese; 1 estufa bacteriológica; 1 estufa de secagem; 1 fluxo laminar; 4 fontes de energia para eletroforese; 2 fornos Microondas; 1 Incubadora Shaker SL 222; 33 micropipetas de diversas graduações; 1 unidade pipetadora motorizada; 1 mini spin (centrífuga eppendorf); 1 purificador de água; 2 termocicladores; 3 geladeiras; 2 freezers; 1 Banho seco; 1 banho-maria; 1 negatoscópico, 1 aparelho qubit fluorometer Invitrogen; 1 sistema de fotodocumentação; 3 agitadores vórtex; 1 balança analítica; 1 pHmetro; 1 microscópio binocular; 1 máquina de fazer gelo em escamas; 1 aparelho Purificador de Água MILLI-Q. NO LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA: 3 estufas bacteriológicas; 2 estufas de secagem; 3 fluxos laminares; 1 forno Microondas; 10 micropipetas de diversas graduações; 2 geladeiras; 1 freezers; 1 banho-maria; 1 agitador vórtex; 1 balança analítica; 1 pHmetro; 1 microscópio binocular, 1 centrífuga microprocessada, 1 autoclave, 5 bicos de bunsen. NO LABORATÓRIO DE PARASITOLOGIA: 1 estufa bacteriológica; 1 estufa de secagem; 1 fluxo laminar; 1 forno Microondas; 10 micropipetas de diversas graduações; 2 geladeiras; 1 freezer; 1 banho-maria; 1 sistema de fotodocumentação; 1 agitador vórtex; 1 balança analítica; 1



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	<p>pHmetro; 2 microscópios binoculares, 1 centrífuga microprocessada, 2 microscópios esteroscópicos, 1 balança semi-analítica, 1 centrífuga de microhematócrito, 1 bico de Bunsen. NO LABORATÓRIO DIDÁTICO: 2 estufas bacteriológicas; 1 estufas de secagem; 20 micropipetas de diversas graduações; 1 geladeiras; 1 banho-maria; 1 agitador vórtex; 1 balança analítica; 1 pHmetro; 23 microscópios binoculares, 25 microscópios estereoscópicos, 10 bicos de Bunsen, 1 microscópio trinocular e 1 microscópio estereoscópicos com sistema de projeção.</p>
Laboratório de tecnologia de produtos de origem animal e vegetal	<p>Defumador caseiro; fritadeira elétrica; freezer horizontal; geladeira; serra fita para alimentos; tacho para fabricação de doces; câmara fria com 4 portas; câmara fria com 02 portas; fogão industrial de 06 bocas; máquina de embalar a vácuo; mesas em aço inoxidável; churrasqueira a carvão; liquidificador industrial em aço inoxidável; misturador de alimentos; máquina seladora; pia em aço inoxidável com cuba; resfriador de leite, tanques para a produção de queijo, embaladora de leite, tanque com pasteurizador, tacho para o preparo de iogurte, embaladora a vácuo, tacho para a produção de doce, misturador, freezer horizontal, seladora, balança digital, lavadora de alta pressão; utensílios diversos como panelas, bacias plásticas, tábuas de carne, organizadores plásticos, galões plásticos para o armazenamento de produtos, etc.</p>
Laboratório de ensino e aprendizagem	<p>Ar-condicionados; armários; cadeiras; carteira escolar; estante; gaveteiros; mesas; microcomputadores; quadros brancos; smart tv; tela de projeção</p>
UEA de Fruticultura	<p>Coleção de espécies de frutas cítricas com 17 variedades; pomar de figo; pomar de maracujá, pomar de banana, área experimental, estufa agrícola; casa de sombra túnel de nebulização, estrutura de apoio com área de 50m<sup>2</sup>; solarizador; roçadeira costal; pulverizadores costais manuais; pulverizador costal motorizado; ferramentas e acessórios diversos como tubetes, regadores, bandejas para produção de mudas</p>
Laboratória de produção vegetal	<p>Destilador de água; deionizador; barriletes; destiladores tipo clewenger; mantas aquecedoras; fogão industrial de 02 bocas; estufas de secagem; estufas de cultura; forno microondas; câmara de fluxo laminar vertical; câmara de fluxo laminar horizontal; centrífuga de bancada; aparelho de banho termostático; autoclave; balança de precisão digital; balanças digitais; Lupa binocular; phmetro de bancada; phmetros de bolso; pipetas automáticas; agitador magnético; refrigeradores; Freezer vertical; manta aquecedora; pasteurizador de substrato com área com volume de 15m<sup>3</sup>; quadro de comando com controle automático de temperatura e umidade para utilização em câmara de crescimento de microrganismos (cogumelos) e/ou sala de propagação vegetal; vidrarias diversas como placas de petry, balões volumétricos, erlenmeyers; beakers, frascos Duran, tubos de ensaio, pipetas de vidro, peras, etc.; estufa agrícola com sistema de irrigação regulado através de timer; casa de sombra para aclimação de plantas; túnel de nebulização com 24 nebulizadores controlado através de timer;</p>
UEA - Bovinocultura	<p>Área de pastagem; resfriador de leite; tanque com pasteurizador; lavadora de alta pressão; galpão para alimentação com canzio; ordenhadeira tipo espinha duplo seis; bretes de contenção; silos; bezerrário com 14 baias; balança</p>



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	mecânica para animais; bezerrário coletivo; bebedouros circulares; animais; galões plásticos para o armazenamento de produtos, bancada em inox, pia com cuba em inox; Bisturi Elétrico; Botijão Criogênico; Inseminador Artificial; Mesas clínicas de necropsia; Microscópio; Ar-condicionado; Gerador e estabilizador de voltagem; Microcomputador desktop e monitor LCD; Motobomba; Roçadeira; Armários; Cadeiras; Mesas; Quadro branco; Animais
UEA - Incubatório	Barreira sanitária; incubadoras automáticas; ovoscópios; câmara nascedoura; aparelho transferidor de ovos; balança digital; máquinas lava-jato; grupo gerador; Ar-condicionado; Desktop; Armários; Cadeiras e Mesas.
UEA - Anacultura	Barreira sanitária; galpões para matrizes; depósito para ração e implementos agrícolas; trator adaptado; minitrator para revolvimento de cama de aves; separador de folhas; roçadeira; ferramentas diversas, como carrinho de mão, pá e enxada.
UEA - Equinocultura	Galpão com espaço para aulas práticas; animais; piquetes; cocheiras.
UEA - Viveiro de mudas	Estufas agrícolas; galpão para a realização de atividades didáticas; trituradores de resíduos; balança mecânica de prato; área para a produção de mudas à campo; cortador de grama a gasolina; cortador de grama com nylon; bandejas para a produção de mudas; tubetes; ferramentas diversas como pá, enxada, regadores e rastelos; Microcomputador; Mesas e Cadeiras.
UEA - Gestão de resíduos	Galpão coberto; células para vermicompostagem; termômetros de solos analógico, pHmetro de solo; medidor de condutividade; ferramentas e implementos agrícolas diversos
UEA - Agrostologia	Área de total de 20.000 m <sup>2</sup>
UEA - Mecanização	Arado; Carretas; Distribuidor de Calcário; Distribuidor de Sementes; Enxada rotativa; Grade aradora; Microtratores; Pulverizadores; Roçadeiras; Aspirador de pó; Frigobar; Batedeira de Cereais; Furadeira de Bancada; Esmeril de bancada; Guincho Hidráulico; Lixadeira; Macaco Hidráulico; Perfurador; Plaina; Talha de alavanca com correntes; Torno Mecânico.
UEA - Suinocultura	Gaiolas parideiras com escamoteador; baias para gestação em alvenaria; galpão para crescimento e terminação; creche; gaiola interna para a contenção de animais; biodigestor; animais; balança digital; balança para pesagem de animais; Pulverizador Costal, Roçadeira; Motobomba; Desktop; Armários; Cadeiras e Mesas.
UEA - Apicultura	Caixas apícolas; indumentárias apícolas; centrífuga para extração de mel; fumigadores e ferramentas diversas.
UEA - Plantas medicinais	Área de 150 m <sup>2</sup>





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

### **11.3 Áreas de Esporte e Convivência**

O Campus Araquari dispõe de um ginásio poliesportivo coberto, uma quadra de vôlei de areia anexo ao ginásio, área coberta para integração e alimentação em frente a cantina, no Bloco E, área coberta de lazer e integração com mesas e bancos no Bloco A, áreas de lazer, descanso, com bancos, integrada à natureza em diversos espaços abertos do campus.

Os cursos superiores também dispõem de espaço próprio para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e para os Centros Acadêmicos, os quais têm organização própria e oferecem diversos serviços aos estudantes.

### **11.4 Áreas de Atendimento ao Estudante**

O atendimento aos estudantes ocorre principalmente nas salas dos docentes, salas de aula ou em laboratórios de ensino-aprendizagem, de acordo com o horário acadêmico e horários definidos no quadro de horários dos docentes, que encontra-se descrito no plano de ensino do componente curricular. O tempo a ser destinado ao atendimento ao estudante é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do componente curricular. O atendimento ocorre em local pré-agendado com o docente. Além do atendimento com os docentes, os acadêmicos podem buscar informações, junto à coordenação de curso, que dispõem de sala própria e na biblioteca do campus.

Os estudantes também podem ser atendidos para demais informações, orientações, atendimento, apoio pedagógico, psicológico, serviço social e de saúde junto ao Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional - SISAE, que fica localizado nas salas do piso térreo do Bloco E. Neste mesmo bloco, os estudantes também podem encontrar o Atendimento Educacional Especializado e o Napne.

No Registro Acadêmico - RACI (secretaria), o atendimento é voltado a informações e providências relacionadas à vida escolar e acadêmica, bem como a emissão de documentos que comprovem estas trajetórias, informações e procedimentos de matrícula, estágio, transferência, histórico, diploma, requerimentos, certificados, entre outros. Este atendimento é realizado em local próprio, no Bloco A.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

A Biblioteca do Campus Araquari, como mencionado no item 11.1, também atende aos estudantes, docentes e técnicos-administrativos do Campus Araquari para o uso e empréstimos de materiais, e também a comunidade geral para uso local.

### **11.5 Acessibilidade**

Em cumprimento às disposições constantes na Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 e na Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004 e que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o Campus Araquari vem adequando suas instalações visando a proporcionar a este público o pleno acesso a todas as suas instalações.

Nas áreas de estacionamento de veículos do campus, existem vagas com calçamento e identificação adequada, destinadas às pessoas idosas, com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Os acessos do campus possuem rampas e a maioria dos blocos de sala de aula possui banheiro masculino e feminino adaptados.

Os Blocos D e E, prédios com três pavimentos, possuem elevadores instalados e em funcionamento, o que proporciona o acesso às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida a todos os andares.

A área total do campus, onde localiza-se também a fazenda experimental, é uma região plana, condição que facilita o deslocamento. Com relação à fazenda experimental, parte desta encontra-se com todos os seus acessos pavimentados e com calçada, sendo meta da instituição a pavimentação total dos acessos. Além disso, destaca-se a localização do campus, às margens da Rodovia BR 280, com acesso asfaltado.

O transporte coletivo para o campus, oferecido pela empresa Verdes Mares, é realizado com veículo adaptado com rampa elevatória para o acesso de cadeirantes em horários específicos.

O campus utiliza-se de estratégias e práticas que visam favorecer a acessibilidade ao



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

currículo, observando o disposto na Resolução 15/2021 do Conselho Superior do IFC. Dispõe de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, tais como lupa circular, lupa régua, teclado colméia, globo braille, carteiras de sala de aula adaptadas para cadeirantes, cadeira de rodas, entre outros. Além disso, dispõe de profissionais para o Atendimento Educacional Especializado bem como profissionais usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Nos processos seletivos para ingresso na instituição é garantido atendimento preferencial, a disponibilização de provas em formato e com recursos acessíveis, e a dilatação de tempo conforme art. 29 da Lei Brasileira de Inclusão.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

## 12 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em 18 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017). Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC: Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC**. Blumenau, 2021. Disponível em:



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023**. Blumenau, 2019. Disponível em:

[https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI\\_2019-2023\\_VERSO\\_FINAL\\_07.06.2019\\_-\\_ps\\_Consuper.pdf](https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf). Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 15, de 29 de abril de 2021**. Institui a regulamentação para o Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense. Conselho Superior do IFC, Blumenau, SC, 29 abr. 2021. Disponível em:

<<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/4361e74ba6f29ff2df9cdc4b19278f5cfd9751edbdd40ca3af8952009d3261211619828303193521077669517234128.pdf>>. Acesso em 03 jul 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013**. Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em:

<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 30, de 26 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense (2019 - 2023). Conselho Superior do IFC, Blumenau, SC, 26 jun. 2019. Disponível em:

<[https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI\\_2019-2023\\_VERSO\\_FINAL\\_07.06.2019\\_-\\_ps\\_Consuper.pdf](https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf)>. Acesso em 03 jul 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 33, de 01 de julho de 2019**. Dispõe sobre a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC). Conselho Superior do IFC, Blumenau, SC, 01 jul. 2019. Disponível em:

<[https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resoluo\\_33.2019\\_ANEXO.pdf](https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resoluo_33.2019_ANEXO.pdf)>. Acesso em 03 jul 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Ad Referendum 02/2022 IFC/Consuper**. Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC). Disponível em:

<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

**14 ANEXOS**



## 15 APÊNDICE I - DESCRIÇÃO DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

### LCD0206 - PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I

**Ementa:** Metodologia da pesquisa. Tipos de Conhecimento. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Epistemologia da pesquisa em educação. Iniciação à pesquisa em educação. Abordagens qualitativas e quantitativas. Prática de pesquisa e a realidade educativa. Identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional/escolar do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

**Etapa prática:** Elaboração de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido em conjunto com a comunidade externa ao campus. Também poderá ser feita a identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional/escolar do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

**Professores ministrantes das áreas de sociologia, metodologia de pesquisa e Ciências Agrícolas.**

**Disciplinas do semestre que poderão se articular na PCC:** Introdução às Ciências Agrícolas, Leitura e Produção Textual e História da Educação.

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Discussões sobre os tipos de conhecimento, práticas de leitura e elaboração de resumo, elaboração de um projeto de Pesquisa, segundo as Normas ABNT, sobre problemas de pesquisa na área educacional/escolar do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, seminário para apresentação das propostas.

**Locais onde será desenvolvida a PCC:** Sala de aula, Laboratório de Informática e espaços externos à Instituição para estudo e coleta de dados.

**Resultado Final:** Elaboração e socialização de projetos de pesquisa dentro da área de ensino das ciências agrárias.

### LCD0214 - PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II

**Ementa:** Abordagem técnica para a grande área das Ciências Agrárias, para a sustentabilidade integrada à educação, com enfoque nas cinco dimensões do conceito e aplicabilidade de



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

sustentabilidade.

**Etapa prática:** Será executado o projeto desenvolvido durante a disciplina de PPE I. Também poderão ser realizadas atividades sobre a identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional/escolar do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, além do desenvolvimento de sequências didáticas envolvendo as dimensões do conceito de sustentabilidade.

**Professores ministrantes** das áreas de pedagogia, meio ambiente, sustentabilidade, agroecologia.

**Disciplinas do semestre que poderão se articular na PCC:** Solos, Climatologia Aplicada às Ciências Agrárias e Filosofia da Educação.

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Discussões sobre os tipos de princípios científicos na produção agropecuária bem como das diferentes dimensões do conceito e aplicabilidade da sustentabilidade. Também poderá haver a produção de um projeto de ensino com o tema da sustentabilidade discutindo as dimensões social; econômica; ecológica; espacial (ou geográfica); cultural.

**Locais onde será desenvolvida a PCC:** Sala de aula, laboratório de informática e laboratório de ensino e aprendizagem e espaços externos à Instituição.

**Resultado Final:** Execução do projeto de pesquisa elaborado durante a PPE I. Projetos ligados à temática da sustentabilidade.

### **LCD0219 - PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III**

**Ementa:** Construção do conceito direitos humanos como resultado das lutas da sociedade civil organizada. (MST, Comunidades tradicionais e nativas). De um conceito sociológico ao conceito jurídico: direitos humanos e legislação brasileira. Os limites atuantes dos direitos humanos: as questões de gênero, ambientais e as guerras injustas.

**Etapa prática:** Será dada continuidade no projeto desenvolvido durante a disciplina de PPE I e II. Também poderá ser feita a identificação da temática e do desenvolvimento da temática dos direitos humanos em comunidades, projetos, espaços institucionalizados ou não da contemporaneidade.

**Professores ministrantes** das áreas de Ciências Agrícolas.





**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

**Disciplinas do semestre que poderão se articular na PCC:** Educação Inclusiva e Microbiologia Agrícola.

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Discussões sobre os diferentes conceitos de direitos humanos ao longo da história. A Importância dos Movimentos Sociais do Campo na produção agropecuária brasileira. A necessária discussão das questões de gênero, ambientais e as guerras injustas no meio rural brasileiro. Seminário para apresentação das temáticas propostas

**Locais onde será desenvolvida a PCC:** Sala de aula e espaços externos à Instituição para estudo e coleta de Dados.

**Resultado Final:** Execução do projeto de pesquisa elaborado durante a PPE I. Socialização em forma de seminários dos desenvolvimentos da etapa prática.

#### **LCD0224 - PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV**

**Ementa:** Exploração teorizada e construção de práticas pedagógicas perante as condições sociais, políticas, culturais, psicossociais condicionantes das relações entre a práxis docente e o processo de ensino aprendizagem das Ciências Agrárias.

**Etapa Prática:** Será dada continuidade no projeto desenvolvido durante a disciplina de PPE I a III. Também poderá ocorrer o desenvolvimento de práticas pedagógicas na área do ensino de Ciências Agrárias.

**Professores ministrantes** das áreas Pedagógicas e das áreas de Ciências Agrícolas.

**Disciplinas do semestre que poderão se articular com a PPE IV:** Didática, Tecnologias para o Ensino de Ciências Agrárias e Sociologia da Educação.

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Discussões sobre as diferentes concepções educacionais na área de Ciências Agrárias. A Importância da Politecnia como Metodologia de Ensino nas Ciências Agrícolas. A necessária discussão das questões de avaliação escolar e metodologias de ensino. Seminário para apresentação das temáticas propostas.

**Locais onde será desenvolvida a PPE IV:** nas instituições promotoras do ensino em Ciência Agrárias, em laboratórios, sala de aula, auditório e espaços externos à Instituição para estudo.



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

**Resultado Final:** Execução do projeto de pesquisa elaborado durante a PPE I. Socialização das práticas pedagógicas desenvolvidas.

### **LCD0225 - PRÁTICAS DA PESQUISA E EXTENSÃO**

**Ementa:** A disciplina está estruturada em torno de atividades que os acadêmicos desenvolveram nos projetos de pesquisa/extensão nas disciplinas de PPE. Os acadêmicos, sob supervisão do docente da disciplina, serão responsáveis pela organização de eventos, como por exemplo, simpósios, apresentação de painéis, conferências, mini-cursos, para socialização dos projetos de pesquisa/extensão. Os docentes viabilizarão a infra-estrutura, enquanto aos acadêmicos cabe a articulação, logística e execução do evento.

**Etapa Prática:** Planejamento de um evento/momento de socialização das informações e experiências obtidas ao longo do projeto de pesquisa e extensão desenvolvido nas disciplinas de PPE I a IV.

**Professores ministrantes** das áreas Pedagógicas e das áreas de Ciências Agrícolas.

**Disciplinas do semestre que poderão se articular com a Práticas da Pesquisa e Extensão:** Didática, Tecnologias para o Ensino de Ciências Agrárias, PPE IV e Sociologia da Educação.

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Discussões sobre as aplicações da pesquisa e extensão nas instituições de ensino.

**Locais onde será desenvolvida a Práticas da Pesquisa e Extensão:** nas instituições promotoras do ensino, em laboratórios, sala de aula, auditório e espaços externos à Instituição para estudo.

**Resultado Final:** Análise e apresentação de dados provenientes de projetos de pesquisa e extensão.

### **LCD0230 - DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS/AGRÁRIAS**

**Ementa:** Discussões acerca dos métodos necessários para o desenvolvimento didático do profissional Licenciado em Ciências Agrárias visando capacitação técnica-pedagógica para ser aplicado no ensino, pesquisa e extensão em ambientes formais e informais, oportunizando vivências



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

necessárias para o diálogo teórico e prático na percepção da educação no campo para comunidades tradicionais, escolas familiares rurais, ensino agrotécnico e ambiental de nível fundamental e médio e em instituições de ensino superior. Análise do discurso técnico pedagógico para a formação técnica profissional no campo das ciências agrárias, considerando aspectos multiculturais, sociais, ambientais e econômicos

**Etapa prática:** Elaboração de estudo de casos possibilitando aos alunos, fundamentados cientificamente, constituírem-se sujeitos do processo de construção do conhecimento didático. Identificação de temas e de problemas Didáticos na área educacional/escolar do curso Técnico em Agropecuária.

**Professores ministrantes:** Das áreas de Ciências Agrícolas.

**Disciplinas do semestre que poderão se articular na PCC:** Estágio Supervisionado I, Fitotecnia Geral, Extensão Rural, Defesa Fitossanitária I.

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Desenvolver a organização do trabalho pedagógico e da Didática no ensino de Ciências Agrárias de forma crítica, indicando diferentes possibilidades de práticas pedagógicas na área de conhecimento agropecuário. Elaboração de um Plano de Ensino de disciplina técnica no Curso Técnico em Agropecuária

**Locais onde será desenvolvida a PCC:** Sala de aula e espaços externos à Instituição para estudo e coleta de dados.

**Resultado Final:** Elaboração e socialização de Plano de Ensino de disciplina técnica dentro da área de ciências agrárias.

## **LCD0232 - EXTENSÃO RURAL**

**Ementa:** Abordagens sobre o ensino da extensão rural. Histórico, conceitos e objetivos da construção, desenvolvimento rural comunitário. Planejamentos e ações a partir da metodologia participativa. Processos educacionais que visam à aprendizagem e aplicação de técnicas extensionistas perante a diversidade sociocultural. Políticas agrícolas de crédito. Pesquisa e extensão rural em direção à modernização do campo. Estudos de casos sobre a extensão rural e



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

---

desenvolvimento rural: aplicações práticas.

**Professores ministrantes:** professores da área de ciências agrárias

**Disciplinas do semestre que poderão se articular na PCC:** Defesa Fitossanitária; Fitotecnia Geral; Didática do Ensino de Ciências Agrárias

**Temas e atividades a serem desenvolvidos no semestre:** Os temas abordados serão referentes as Metodologias e planejamento de extensão rural, através de visitas técnicas em propriedades rurais de Araquari-SC ou municípios próximos.

**Locais onde será desenvolvida a PCC:** Propriedades rurais e sala de aula.

**Resultado Final:** Elaboração de um projeto de extensão rural para a propriedade visitada no semestre.

#### **LCD0238 - GESTÃO EDUCACIONAL**

**Ementa:** Gestão educacional: fundamentos e princípios. O ideário do Estado e suas implicações no sistema educacional e na gestão educacional. Gestão democrática. Planejamento e gestão do tempo e do espaço nas instituições educativas. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.

**Professores ministrantes:** Professores da área de Pedagogia

**Disciplinas do semestre que poderão se articular na PCC:** Estágio Supervisionado II e Práticas Metodológicas para o Ensino Das Ciências Agrárias.

**Temas e atividades a serem desenvolvidas no semestre:** Gestão escolar democrática; o Banco Mundial e a gestão educacional brasileiro; gestão e política da educação; a Municipalização do ensino; a escola como instituição democrática participativa e a educação brasileira.

**Locais onde será desenvolvida a PCC:** Instituições Escolares

**Resultado Final:** Elaboração de relatório individual, com destaque de princípios da gestão ou Administração constatadas na Instituição Escolar que o licenciando realizou o Estágio de Observação, podendo dialogar com os autores que pesquisam a temática e estabelecer a relação pedagógica na aplicação das tecnologias como recursos didáticos pedagógicos, bem como a